DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8119 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Decisão da Justiça trava sonho do trem de alta velocidade entre São Paulo e Campinas

Geral Pág.06

Uma decisão preliminar suspendeu a assinatura do contrato de concessão do trem intercidades. O leilão ocorrido no final de fevereiro não só envolveu a linha expressa que conectará São Paulo a Campinas, mas também a Linha 7-Rubi, responsável pelo trajeto até Jundiaí, e atualmente operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Com apenas um concorrente, o consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos saiu vitorioso, composto pelas empresas Comporte e CRRC, esta última de origem chinesa. A juíza Simone Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública, deferiu a solicitação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo, que apresentou um mandado de segurança contra o processo licitatório.

(Foto: Divulgação)

Leilão nesta quinta (29) pode transformar em realidade a volta do transporte de passageiros pela linha férrea que é discutida pelo menos desde 2007, com a proposta do trem de alta velocidade do governo federal

Leis e Projetos Pág.02

Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Síndrome de Down é instituída

Internacional Pág.05

China critica ajuda militar dos EUA a Taiwan e diz que ilha é levada a 'situação perigosa'

Política Pág.03

Governo identifica desvio de R$ 3,5 milhões em invasão do Siafi

A invasão do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) - usado pelo governo para pagar a credores, enviar transferências a Estados e municípios e repassar o salário dos servidores públicos – gerou desvio de R$ 3,5 milhões em recursos do Ministério da Gestão e da Inovação em Recursos Públicos, dos quais R$ 2 milhões foram recuperados.

Economia Pág.04

Governo começa a pagar 1ª parcela do 13º a beneficiários do INSS

O governo federal começou a pagar ontem, 24, a primeira parcela antecipada do 13º salário a beneficiários do INSS. Primeiro estão sendo pagos beneficiários que recebem até um salário mínimo. Para quem ganha acima do mínimo, os pagamentos terão início em 2 de maio.

Esportes Pág.08

Escândalo na arbitragem! CPI convoca importantes figuras do futebol brasileiro

Contexto Jurídico Pág.10

Eleições no STJ definem novo presidente e vice para gestão até 2026

Política Pág.03

AGU pede inquérito sobre vazamento de decisões sigilosas pelo X

Para o advogado-geral da União, houve violação de sigilo e prejuízo às investigações sobre 8 /1

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)

Para Jorge Messias, advogado-geral da União, houve violação de sigilo e prejuízo às investigações sobre os atos do 8 de Janeiro.

A AGU pediu ao STF a abertura de inquérito para investigar o vazamento de trechos de conteúdos de decisões judiciais sigilosas" do Supremo e do TSE que determinaram o bloqueio de perfis e a exclusão de desinformação sobre as urnas eletrônicas. O órgão apresentou uma notícia de fato ao STF sobre publicações do ativista e jornalista norte-americano Michael Shellenberger no X (antigo Twitter) sobre a divulgação de arquivos vazados pelo empresário Elon Musk depois que ele comprou a rede social. Para Jorge Messias, advogado-geral da União, houve violação de sigilo e prejuízo às investigações sobre os atos do 8 de Janeiro. A AGU também abriu investigação interna para verificar se o X incorreu em "atos lesivos à administração pública", como obstrução de justiça e influência indevida em procedimentos administrativos e judiciais.

Economia Pág.04

Confiança do consumidor tem alta em abril para 93,2 pontos

A confiança do consumidor avançou em abril, segundo dados da FGV. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) cresceu 1,9 ponto neste mês ante março, na série com ajuste sazonal, para 93,2 pontos, no segundo aumento consecutivo.

Internacional Pág.05

Brasil e mais 16 países apelam ao Hamas pela libertação de reféns

Política Pág.03

Barroso nega pedido para obrigar câmeras corporais em PMs de SP

Economia Pág.04

Confiança do empresário recua em abril em 21 de 29 setores industriais

Esportes Pág.08

Atacante Jeh de volta aos trabalhos: Ponte Preta ganha reforço de peso para a próxima partida

Política Pág.03

AGU pede inquérito sobre divulgação de decisões sigilosas no X de Elon Musk

Internacional Pág.05

Israel se prepara para iniciar ofensiva gradual em Rafah

Política Pág.03

CNBB pede que Congresso mantenha vetos de Lula a 'PL da saidinha'

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

CULTURA

CINEMATECA BRASILEIRA apresenta o Australian Film Festival de 26 a 28 de abril
https://shre.ink/8tTg

Esportes Pág.08

Bernardinho aposta na experiência: Wallace e Maurício Borges são inscritos na Liga das Nações de vôlei

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,16%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0605%
Taxa básica financeira - TBF	0,7609%
Ibovespa (pontos)	124.740
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,18%
CDB pré 90 dias - ano	10,08%
CDI acumulado - mês	0,77%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,1470/R$ 5,1480
Dolar turismo	R$ 5,1840/R$ 5,3640
Euro turismo	R$ 5,5070/R$ 5,5080

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Comissão aprova a aplicação de 30% do fundo penitenciário na melhoria de polícias penais

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 586/24, que destina, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a capacitação dos servidores do sistema prisional e a compra de equipamentos para as polícias penais.

O relator da matéria, o deputado Delegado Palumbo (MDB-SP), recomendou a aprovação do texto original, de autoria do deputado Nicoletti (União-RR).

O que é o Funpen:

• O Funpen foi criado pela Lei Complementar 79/94.

• Ele é abastecido por recursos do Orçamento da União e de multas decorrentes de sentenças penais condenatórias, entre outras fontes.

• Os recursos do fundo são aplicados na melhoria do sistema carcerário.

Próximos passos:

• O projeto será ainda analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Orlando Silva cobra do governo negociar proposta minimalista para regulação das plataformas digitais

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) está cobrando do Poder Executivo uma posição mais clara em relação à proposta de regulação das plataformas digitais (PL 2630/20). Ele acredita que o Poder Legislativo tem sido omisso no tema, enquanto o Executivo tem sido leniente. Para ele, é necessário um debate entre as lideranças dos Poderes para estabelecer um "mínimo denominador comum" para a regulação das plataformas digitais.

No início de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que a proposta não seria votada na forma apresentada pelo ex-relator, Orlando Silva, e que um grupo de trabalho seria criado para elaborar um novo texto. No entanto, até o momento, esse grupo ainda não foi constituído.

Silva destaca a importância de uma abordagem mais minimalista, focada nos temas essenciais. Dada a dinâmica política no Brasil, ele sugere que a legitimidade para conduzir a discussão sobre a regulação das plataformas digitais pode estar principalmente no Poder Executivo, que possui força política e capacidade de diálogo.

O deputado participou do Simpósio "Regulação de Plataformas Digitais - A Urgência de uma Agenda Essencial à Democracia" na Câmara dos Deputados. O evento foi promovido pela Coalizão Direitos na Rede, uma frente composta por mais de 50 organizações da sociedade civil.

Orlando Silva ressalta que há uma visão cristalizada "anti-regulação" no Parlamento, e a maior divergência gira em torno da entidade supervisora para as plataformas. A falta de avanço nesse tema leva a uma paralisia por parte daqueles que têm a responsabilidade de agir.

Torcidas organizadas pedem mudanças na Lei Geral do Esporte

As torcidas organizadas estão reivindicando mudanças na Lei Geral do Esporte para individualizar condutas em casos de violência em jogos de futebol. Atualmente, a lei geral estabelece que quem promove tumultos, pratica ou incita a violência em torno de estádios e arenas esportivas, ou se envolve em brigas entre torcidas, está sujeito a pena de reclusão de 1 a 2 anos, além de multa.

Além disso, os dirigentes das torcidas organizadas são responsáveis civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer associado ou membro no local, nas imediações ou no trajeto de ida e volta para um evento esportivo.

No entanto, o vice-presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg), Cleomar Marques, criticou essa responsabilização dos dirigentes. Ele argumenta que eles podem ser obrigados a ressarcir danos gerados por terceiros com o patrimônio pessoal. Segundo Marques, as torcidas organizadas não buscam privilégios, mas sim tratamento igualitário como qualquer outra instituição do país. Ele enfatiza que quem cometeu o crime deve pagar pelo crime, conforme a Constituição.

Por outro lado, o secretário nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, o ex-lateral Athirson Oliveira, defende que as punições não deveriam atingir as torcidas organizadas. Ele as considera "a coisa mais linda que tem".

O debate sobre esse tema ocorreu na Comissão do Esporte, a pedido do deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO), relator do Projeto de Lei 2357/23, proposto pelo deputado Lincoln Portela (PL-MG). O projeto visa implementar ações contra a violência em eventos esportivos. Ismael Alexandrino pretende considerar a individualização de condutas em seu parecer e também estabelecer uma gradação nas sanções em casos de violência, incluindo o banimento definitivo de torcedores reincidentes. As torcidas organizadas também sugerem a padronização de procedimentos das forças de segurança durante os jogos de futebol e a criação de um cadastro nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Projeto institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Down

O Projeto de Lei 910/24 propõe a instituição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Down. Essa proposta, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, estabelece diretrizes importantes:

1. Intersetorialidade e Atenção Integral:

• A política visa à intersetorialidade no desenvolvimento das ações e no atendimento à pessoa com Síndrome de Down.

• Também busca garantir atenção integral conforme as necessidades de saúde dessa população.

2. Atendimento Interdisciplinar desde os Primeiros Meses de Vida:

• O projeto prevê o atendimento desde os primeiros meses de vida em serviços de saúde que ofereçam abordagem interdisciplinar da Síndrome de Down e das doenças associadas à condição genética.

3. Diagnóstico e Aconselhamento Genético:

• Garante o acesso a estudo citogenético, quando necessário para diagnóstico, e encaminhamento da família para aconselhamento genético.

4. Monitoramento dos Serviços de Saúde:

• Propõe o estabelecimento de indicadores para avaliar e monitorar os serviços prestados na rede pública de saúde aos pacientes com Síndrome de Down.

5. Inclusão no Mercado de Trabalho e Capacitação de Profissionais:

• Incentiva a inserção da pessoa com Síndrome de Down no mercado de trabalho, considerando suas peculiaridades e garantindo o apoio necessário para adaptação.

• Estimula a formação e capacitação continuada de profissionais de saúde e educação voltadas ao atendimento dessa população.

6. Conscientização e Combate ao Capacitismo:

• Busca a ampliação da compreensão dos familiares e da sociedade sobre a disfunção genética.

• Valoriza a diversidade humana e enfrenta o capacitismo.

7. Direitos e Qualidade de Vida:

• O projeto define os direitos da pessoa com Síndrome de Down, incluindo a vida digna e a proteção da integridade física e moral.

• Garante o acesso a ações e serviços de saúde para atender às necessidades específicas dessa população.

8. Objetivo Geral:

• O autor do projeto, deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), avalia que o objetivo é garantir qualidade de vida com níveis crescentes de inclusão social e autonomia.

• Destaca que a intervenção precoce e de longo prazo é essencial para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com Síndrome de Down.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

O autor da proposta, deputado Zé Haroldo Cathedral.

Comissão aprova inclusão de escritórios de advocacia e de arquitetura entre beneficiados pela Lei de Falências

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Vitor Lippi, relator da proposta.

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que propõe alterações na Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005). O objetivo é permitir que empresas que desempenham atividades intelectuais, como escritórios de advocacia, empresas de arquitetura e empresas culturais, possam recorrer à recuperação judicial ou à decretação de falência.

O texto aprovado é resultado do trabalho do relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que substituiu o Projeto de Lei 2480/23, apresentado pelos deputados Da Vitoria (PP-ES), Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e Amom Mandel (Cidadania-AM). Segundo Lippi, a dinâmica dessas atividades econômicas e seu impacto social e econômico justificam a inclusão dessas empresas nas normas de recuperação e falência.

Vale ressaltar que o texto original também previa a possibilidade de recuperação e falência para cooperativas. No entanto, essa disposição foi excluída no substitutivo aprovado. O relator argumentou que, como as cooperativas são legalmente constituídas com a contribuição de cada associado para a atividade econômica, não seria viável discriminar o patrimônio da cooperativa e de cada associado em um processo de recuperação ou liquidação por falência.

A recuperação judicial ou extrajudicial tem como objetivo permitir que a empresa supere uma crise econômica e financeira, mantendo suas operações. Por outro lado, a falência é aplicada quando o empresário não consegue mais manter a atividade econômica e é obrigado a encerrar suas operações para pagar dívidas.

Atualmente, de acordo com a Lei de Falências, apenas sociedades empresárias têm acesso aos mecanismos de recuperação e falência. Essas sociedades são definidas como aquelas que exercem atividades econômicas visando lucro e produção ou circulação de bens e serviços. Profissionais que atuam em atividades intelectuais, como científicas, literárias ou artísticas, não são considerados empresários segundo o Código Civil.

Relatora confirma acordo sobre atividades beneficiadas pelo Perse

A relatora do projeto que altera o escopo do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), deputada Renata Abreu (Pode-SP), anunciou que os líderes chegaram a um acordo sobre o mérito da proposta. Durante uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a deputada discutiu o texto, que já teve sua urgência aprovada pelo Plenário. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também participou do encontro.

O Projeto de Lei 1026/24, proposto pelo Executivo, inicialmente reduzia o programa de 44 para 12 atividades econômicas. No entanto, o texto da relatora prevê que 29 CNAEs (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) serão beneficiadas pelo Perse.

A relatora destacou que não haverá apresentação de emendas ou destaques no Plenário, conforme o acordo firmado. Além disso, o governo disponibilizará R$ 15 bilhões para o programa, a fim de cobrir os custos das isenções fiscais. Renata Abreu também enfatizou que a fiscalização das empresas beneficiadas será mais rigorosa para evitar fraudes na concessão do benefício.

Para garantir transparência, a Receita Federal publicará bimestralmente os números por CNAEs, permitindo que os setores questionem e dialoguem sobre o programa. A isenção de tributos como PIS, Cofins, CSLL e Imposto de Renda será mantida em 2024, com uma redução gradual a partir de 2025.

(Foto: Claudio Reis/Câmara dos Deputados)

Renata Abreu: governo vai disponibilizar R$ 15 bilhões para o programa.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

AGU pede inquérito sobre divulgação de decisões sigilosas no X de Elon Musk

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou terça-feira, 23, uma notícia de fato ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre publicações do ativista e jornalista norte-americano Michael Shellenberger no X.

Shellenberger divulgou arquivos do chamado "Twitter Files" - documentos internos vazados pelo empresário Elon Musk depois que ele comprou a rede social, incluindo trocas de e-mails entre funcionários.

A AGU alega que os documentos "parecem reproduzir trechos de conteúdos de decisões judiciais sigilosas" do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinaram o bloqueio de perfis e a exclusão de desinformação sobre as urnas eletrônicas.

Para Jorge Messias, advogado-geral da União, houve violação de sigilo e prejuízo às investigações sobre os atos do 8 de Janeiro.

"É possível inferir que os fatos ora narrados têm o condão de ofender a esfera jurídica da União, considerando que, além de violarem dever de sigilo sobre documentos que tinham sob custódia, causam indesejada interferência no regular andamento de processos judiciais em trâmite perante órgãos superiores do Poder Judiciário", diz um trecho da representação.

(Foto: Getty Images)

O órgão pediu ao STF o compartilhamento de provas do inquérito das milícias digitais e da investigação sobre o empresário Elon Musk

A Advocacia-Geral da União pediu ao ministro Alexandre de Moraes que a notícia de fato seja submetida ao Ministério Público Federal para investigação criminal.

A AGU também abriu uma investigação interna para, segundo a pasta, verificar se o X incorreu em "atos lesivos à administração pública", como obstrução de justiça e influência indevida em procedimentos administrativos e judiciais.

O órgão pediu ao STF o compartilhamento de provas do inquérito das milícias digitais e da investigação sobre o empresário Elon Musk.

Invasão a sistema do governo tem desvio de pelo menos R$ 3,5 milhões

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil))

O caso é investigado pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O governo identificou um desvio de R$ 3,5 milhões em recursos do Ministério da Gestão e da Inovação em Recursos Públicos, dos quais R$ 2 milhões foram recuperados, depois da invasão do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) - usado pelo governo para pagar a credores, enviar transferências a Estados e municípios e repassar o salário dos servidores públicos.

A informação foi publicada pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmada pelo Estadão. O desvio ocorreu no dia 5 de abril. Mais tarde, houve uma segunda tentativa de movimentação, que somou R$ 9 milhões, do mesmo ministério. Desta vez, porém, o ataque foi frustrado. O caso é investigado pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Ainda não há confirmação se houve participação de servidores públicos ou de outras pessoas no crime. Outros valores podem ter sido desviados de outros ministérios. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a segurança do sistema está preservada.

O governo identificou que a fraude ocorreu com a alteração dos dados bancários do fornecedor que deveria receber o dinheiro do governo. Ao identificar a movimentação, o ministério conseguiu recuperar R$ 2 milhões porque o dinheiro ainda não havia saído da conta bancária do destinatário. O restante acabou sendo sacado ou transferido.

Mensagem de SMS - Também já se sabe que funcionários do governo receberam uma mensagem suspeita em seus celulares com tentativa de roubo de dados do Siafi. O texto trazia o nome, o CPF da pessoa e um link para atualização de dados, que era fraudulento: "SIAFI: (nome do usuário) Informamos que a partir de 08/04 o uso do certificado digital será obrigatório", dizia a mensagem, seguida de um link e do CPF do funcionário.

Todo o dinheiro da União precisa ser registrado na plataforma. Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para acessar o sistema.

'Saidinha' de presos: CNBB pede ao Congresso que mantenha vetos de Lula

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pediu para que os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o "PL da saidinha", projeto de lei que extingue a saída temporária de presos, sejam mantidos pelo Congresso Nacional. O pedido, publicado terça-feira, 23, foi endereçado diretamente aos deputados federais.

"A Conferência Nacional dos Bispos Brasil-CNBB manifesta ao Congresso Nacional, em consonância com sua Tradição explicitada na Doutrina Social da Igreja e com os objetivos do sistema penal brasileiro, que o veto parcial submetido aos parlamentares para avaliação seja mantido", escreveu a CNBB.

No último dia 11, Lula sancionou o projeto que reformula as regras das saídas temporárias dos presos, mas derrubou o principal trecho do texto e manteve o direito às saídas temporárias para os detentos que se encontram em regime semiaberto, que têm bom comportamento e que já cumpriram um sexto da pena total.

(Foto: Brunno Dantas/TJRJ)

CNBB pede ao Congresso que aprove os vetos de Lula sobre o projeto da saidinha.

Na carta enviada aos congressistas, que vão decidir se derrubam os vetos, os bispos reconhecem que o Estado é legítimo para aplicar penas aos criminosos e manter as pessoas presas. Porém, defendem que sistema estatal "deve favorecer a reinserção das pessoas condenadas e promover uma justiça."

"A legislação brasileira tem as mesmas premissas de reinserção gradual de nossas irmãs e irmãos na sociedade. As saídas temporárias no decorrer do cumprimento da pena respondem a essas premissas", diz a nota.

Barroso nega impor já câmeras corporais a policiais de SP após 'compromisso' de Tarcísio

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, negou ontem, 24, um pedido da Defensoria Pública de São Paulo para obrigar policiais a usarem câmeras corporais em operações no Estado. A decisão foi dada após o Palácio dos Bandeirantes apresentar cronograma de ampliação da compra e uso dos equipamentos, com a conclusão da efetiva instalação das câmeras até setembro, às vésperas da eleição.

Segundo Barroso, a gestão Tarcísio de Freitas 'tornou público o planejamento da estratégia de expansão da aquisição e utilização das câmeras, prevendo de maneira adequada a alocação de custos, o processo licitatório, e a logística de capacitação de seus operadores'. "Portanto, diante do compromisso assumido pelo Estado, neste momento, não é necessário expedir ordem judicial determinando que o Estado faça aquilo que já se comprometeu a fazer", anotou.

O presidente do STF ressalvou, no entanto, que pode reapreciar o pedido, conforme a evolução do cronograma de Tarcísio. "A mera previsão da ação é incapaz de tutelar adequadamente os direitos fundamentais, que devem ser garantidos pelo Estado em um cenário de falha sistêmica de políticas públicas de segurança e da política de uso de câmeras corporais pelas forças policiais", explicou o ministro.

Caberá ao Núcleo de Processos Estruturais Complexos do Supremo acompanhar a execução do planejamento.

Haddad alerta senadores do impacto fiscal da PEC do Quinquênio, inclusive para Estados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de um jantar na noite da última terça-feira, 23, com senadores da base de apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre outros assuntos tratados no encontro, expôs aos parlamentares preocupação com o impacto fiscal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, apurou o Broadcast Político/Estadão. O jantar ocorreu na casa do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Participaram diversos senadores de partidos da base governista, como PT, PDT e MDB.

Segundo fontes ouvidas pelo Broadcast Político/Estadão, Haddad disse aos senadores que há um risco fiscal com a PEC do quinquênio, que está sendo discutida no plenário do Senado. Afirmou que a inclusão de categorias na proposta fez com que o impacto ficasse ainda maior.

O ministro disse, ainda, que a PEC tem também um impacto fiscal ainda não mensurado sobre os Estados, já que o quinquênio pode acabar beneficiando servidores estaduais. Tudo isso somado representaria o risco da proposta em debate no Senado.

Com o privilégio, um juiz que ganha mais de R$ 40 mil por mês pode ter um aumento de 5% a cada cinco anos até o fim da carreira, além dos benefícios que já estão garantidos, como auxílio-moradia e vantagens a quem trabalha em mais de uma comarca.

O benefício será pago sem respeitar o teto que limita quanto um funcionário público pode receber por mês - o máximo hoje é de R$ 44.008,52 mensais, equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Haddad fez uma exposição sobre o esforço que o governo vem fazendo do ponto de fiscal para equilibrar as contas públicas. Citou, por exemplo, o acordo firmado com a Câmara dos Deputados em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que terá um impacto de R$ 15 bilhões nos próximos três anos, como um sinal de diálogo com o Congresso. O PL do Perse foi aprovado na última terça-feira pelos deputados e agora seguirá para o Senado.

Google proíbe anúncios políticos nas eleições de 2024 para cumprir normas do TSE

O Google vai proibir, a partir de maio deste ano, o impulsionamento de conteúdos políticos em todas as suas plataformas. A big tech vai atualizar a política que vigora atualmente no Google Ads, que é a interface de compra e venda de anúncios. A mudança foi promovida para atender as exigências de uma resolução publicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro deste ano.

As alterações vetam o impulsionamento de qualquer tipo de anúncio que fale sobre eleições, partidos políticos, federações e coligações, cargos eletivos, propostas de governo, projetos de lei, exercício do direito ao voto e de outros direitos políticos ou matérias relacionadas ao processo eleitoral. A decisão do Google foi revelada pelo site Poder360 e confirmada pelo Estadão.

O Estadão apurou que a big tech passou os últimos dois meses imersa em discussões internas para definir como iria cumprir as regras do TSE. Em nota, o Google afirma que a medida foi adotada para "não mais permitir a veiculação de anúncios políticos no país". "Temos o compromisso global de apoiar a integridade das eleições e continuaremos a dialogar com autoridades em relação a este assunto", diz o texto.

A resolução nº 23.732 do TSE determina que os provedores de propagandas pagas na internet deverão "manter repositório desses anúncios para acompanhamento, em tempo real, do conteúdo, dos valores, dos responsáveis pelo pagamento e das características dos grupos populacionais que compõem a audiência".

Lira: Governo não tem respaldo para retroagir com nenhum avanço que o Congresso fez

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na última quarta-feira que o governo não tem "respaldo" para "retroagir" em matérias aprovadas pelo Congresso nos últimos anos. Lira citou exemplos como a reforma trabalhista, a privatização da Eletrobras e a autonomia do Banco Central. As declarações foram dadas em um debate sobre a pauta econômica organizado pela Confederação das Associações Empresariais e Comerciais do Brasil (CACB), em Brasília. "O governo não tem respaldo para retroagir com nenhum avanço que o Congresso fez", disse Arthur Lira. "Conversei com o Marinho Luiz Marinho, ministro do Trabalho que, se a Câmara sentir cheiro de alterações na reforma trabalhista, derrubaremos as alterações". Ele também disse que "assuntos como Eletrobras e Banco Central independente não retroagirão". Lira disse que o Congresso não topa a modificação de algumas regras por portarias ou decretos, mecanismos que dependem só do governo sem precisar de autorização do Legislativo. Citou, como exemplo, as normas para igualdade salarial.

O presidente da Câmara também disse que é necessário "elevar o sarrafo de quem pode propor ADI ação direta de inconstitucionalidade". Ou seja, reduzir o número de atores que podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra medidas aprovadas pelo Congresso. Segundo ele, é necessária uma regulamentação pelo Legislativo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DESENROLA PARA PEQUENAS EMPRESAS

O QUE É

Programa de renegociação de dívidas de pequenos negócios deve ter juros mais baixos, seis meses de carência e garantia a credores

6,3 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes em janeiro de 2024

PÚBLICO ALVO

Microempreendedores individuais (MEIs), as microempresas e as pequenas empresas com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões

EXPECTATIVA DO GOVERNO

Que as renegociações feitas pelo programa tenham juros abaixo dos praticados no mercado – oferecendo descontos às empresas interessadas

FONTE Ministério da Economia INFOGRAFFO

Pesquisa da CNI mostra queda da confiança do empresário para maior parte da indústria

A confiança do empresário industrial em abril caiu em 21 dos 29 setores considerados pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado ontem, 24, pela CNI. Segundo a pesquisa, em oito desses setores houve transição de confiança para falta de confiança: máquinas e equipamentos (49,8 pontos); serviços especializados para a construção (49,8 pontos); impressão e reprodução (49,7 pontos); produtos de material plástico (49,5 pontos); couros e artefatos de couro (49,3 pontos); produtos de borracha (49,0 pontos); perfumaria, limpeza e higiene pessoal (48,2 pontos); e móveis (47,8 pontos).

Outros dois setores fizeram a transição contrária, em abril, de falta de confiança para confiança: Biocombustíveis (55,9 pontos) e Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (52,2 pontos).

O Icei varia de zero a 100 pontos, sendo que valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança. Já valores abaixo de 50 indicam falta de confiança do empresário.

"A piora da confiança é resultado da piora na avaliação das condições correntes dos empresários. Tanto a avaliação da economia brasileira quanto da própria empresa piorou em abril. A Sondagem Industrial e a Sondagem Indústria da Construção do mesmo mês mostraram a insatisfação com a situação financeira e a dificuldade de acesso ao crédito no primeiro trimestre de 2024, o que pode explicar essa piora da confiança dos setores da indústria", diz o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

(Foto: EBC)

O Icei varia de zero a 100 pontos, sendo que valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.

Apesar da queda da confiança na maior parte dos setores, 18 setores ainda seguem confiantes em abril, com índices acima de 50 pontos. Em fevereiro e março, eram 25 setores considerados confiantes. O levantamento mostra que os setores com confiança mais alta são manutenção e reparação (59,0 pontos), biocombustíveis (55,9 pontos), farmoquímicos e farmacêuticos (55,5 pontos) e veículos automotores (54,2 pontos).

O índice de confiança da indústria extrativa subiu 0,6 ponto em abril para 54,4 pontos. Já o indicador para os demais segmentos industriais caiu. Na indústria da construção, houve um recuo de 1,3 ponto, para 52,5 pontos. Na indústria de transformação, o Icei caiu 1,1 ponto, para 51,8 pontos.

A confiança caiu para todos os portes de empresa. Entre as pequenas empresas, houve um recuo de 1,6 ponto para 49,7 pontos. Nos demais portes, a queda foi menor e reduziu a confiança, mas não levou o índice a ultrapassar a linha divisória. No caso das médias empresas, o Icei caiu 1,3 ponto, para 50,7 pontos. Já para as grandes, o índice caiu 0,8 ponto, para 53,8 pontos.

Começa pagamento da primeira parcela antecipada do 13º a beneficiários do INSS

Beneficiários do INSS começam a receber ontem, 24, a primeira parcela antecipada do 13º salário. Neste primeiro momento, o pagamento é feito para quem recebe até um salário mínimo. Para quem ganha acima de um salário mínimo, os pagamentos terão início no dia 2 de maio.

A ordem de pagamento obedecerá ao dígito final do Número de Identificação Social (NIS) do segurado.

Os primeiros a receber serão os beneficiários de NIS com final 1

Em geral, a primeira parcela do abono anual ocorre em agosto de cada ano, mas o governo federal determinou a antecipação do pagamento.

Pelos cálculos do instituto, o pagamento da primeira parcela do 13º beneficiará 33,6 milhões de pessoas e injetará R$ 33,68 bilhões na economia.

A primeira parcela será correspondente a 50% do total do abono devido no mês de abril, sem o desconto do Imposto de Renda.

A segunda parcela, que poderá ter o desconto do IR dependendo do valor recebido, está prevista para ser paga entre o final de maio e começo de junho. Cada parcela será paga junto ao benefício de cada mês (abril e maio).

Terão direito aposentados e pensionistas, além de pessoas que receberam, no decorrer deste ano, benefícios como auxílio por incapacidade temporária e auxílio-reclusão. Nestes últimos dois casos, o valor a ser recebido será proporcional ao tempo de recebimento do benefício.

FGV: expectativas melhores para finanças das famílias puxam alta na confiança do consumidor

(Foto: EBC)

As perspectivas melhores para as finanças das famílias nos próximos meses impulsionaram o avanço na confiança do consumidor em abril, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 1,9 ponto em abril ante março, na série com ajuste sazonal, para 93,2 pontos, o segundo aumento consecutivo, informou a FGV. Em médias móveis trimestrais, o índice cresceu 0,8 ponto, após seis recuos seguidos. "A melhora da confiança no mês foi influenciada, principalmente, pelas expectativas para os próximos meses, enquanto a percepção sobre a situação atual ficou praticamente constante entre março e abril. Entre as faixas de renda, a alta da confiança ocorreu nas faixas mais baixas, com maior magnitude na faixa 1 (renda de até R$ 2.100,00). A segunda alta consecutiva sugere uma possível reversão da desaceleração iniciada no último trimestre do ano passado, com o indicador de situação financeira futura sendo o principal impulsionador dessa melhora. No entanto, com as limitações financeiras que muitas famílias enfrentam, ainda é cedo para confirmar uma tendência mais clara de recuperação da confiança nos próximos meses", avaliou Anna Carolina Gouveia, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em abril, o Índice de Situação Atual (ISA) teve ligeira redução de 0,1 pontos, para 80,6 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) cresceu 3,1 pontos, para 102,2 pontos.

Entre os componentes de expectativas para os próximos meses, as perspectivas para as finanças familiares futuras voltaram a dar a maior contribuição para a alta da confiança no mês, com crescimento de 5,4 pontos, para 106,2 pontos, maior nível desde agosto de 2023.

Cade aprova investimento do Itaú Unibanco em SPEs de energia renovável da Casa dos Ventos

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições ato de concentração entre Itaú Unibanco e Casa dos Ventos, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, 24.

A operação aprovada consiste em investimento, pelo Itaú Unibanco, em empresa a ser constituída pela Casa dos Ventos, por meio da subscrição de ações preferenciais resgatáveis de emissão da nova companhia. O parecer do negócio divulgado pelo Cade não explicita o valor nem os porcentuais acionários da operação.

De acordo com o documento, a nova empresa será constituída como uma subsidiária e passará a deter as participações societárias da Casa dos Ventos em sociedades de propósito específico (SPEs) operacionais de geração de energia elétrica.

As empresas não listam quais são essas SPEs, apenas informam que todas elas estão localizadas na Região Nordeste.

"Como justificativa para a realização da operação, as requerentes explicam que, para o Itaú Unibanco, a operação representa uma boa oportunidade de investir em projetos de energia renovável no Brasil.

Para o Grupo Casa dos Ventos, por sua vez, a operação representa oportunidade de investimento de uma importante instituição financeira brasileira para expandir e desenvolver seus projetos de energia renovável no Brasil", cita o parecer.

Entre unidades habilitadas pela Malásia estão 2 da BRF e uma da JBS, diz ABPA

A BRF, com duas unidades, e a JBS Aves, com uma, estão entre as empresas habilitadas na segunda-feira, 22, para exportação de carne de frango halal ao mercado da Malásia, informou, em nota, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). A outra habilitação foi concedida à Vibra Agroindustrial

De acordo com a ABPA, as unidades da BRF estão localizadas em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a da JBS Aves no Paraná e a da Vibra no Rio Grande do Sul.

O Brasil já tinha três plantas habilitadas pela Malásia, sendo duas da BRF e uma da Jaguafrangos, localizadas em Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná.

Segundo a ABPA, em 2023, a Malásia importou 13,6 mil toneladas de carne de frango do Brasil, alta de 45,7% em relação ao ano anterior, com receita de US$ 20 milhões.

"Mais que dobramos o número de plantas habilitadas a atender o mercado malásio, que deverá registrar bons incrementos nos volumes embarcados ao longo de 2024. É uma importante notícia para o Brasil, que é o maior exportador global de carne de frango halal e tem visto sua presença aumentar no mercado islâmico", disse, em nota, o presidente da ABPA, Ricardo Santin

O aval às plantas industriais pelo Departamento de Serviços Veterinários (DVS) e pelo Departamento de Desenvolvimento Islâmico (Jakim) da Malásia veio, segundo o Ministério da Agricultura, após uma auditoria e missão realizadas pelas autoridades sanitárias a frigoríficos do Brasil entre outubro e novembro do ano passado.

"A articulação de ações entre o Ministério da Agricultura e as demais pastas do governo, como o Ministério das Relações Exteriores, vem conquistando grandes avanços para a ampliação da presença internacional das proteínas do Brasil, o que se reflete, por exemplo, nas novas habilitações para a Malásia", acrescentou o diretor de mercados da ABPA, Luís Rua, na nota.

Haddad alerta senadores do impacto fiscal da PEC do Quinquênio, inclusive para Estados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de um jantar na noite de terça-feira, 23, com senadores da base de apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre outros assuntos tratados no encontro, expôs aos parlamentares preocupação com o impacto fiscal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, apurou o Broadcast Político/Estadão. O jantar ocorreu na casa do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Participaram diversos senadores de partidos da base governista, como PT, PDT e MDB.

Segundo fontes ouvidas pelo Broadcast Político/Estadão, Haddad disse aos senadores que há um risco fiscal com a PEC do quinquênio, que está sendo discutida no plenário do Senado. Afirmou que a inclusão de categorias na proposta fez com que o impacto ficasse ainda maior.

O ministro disse, ainda, que a PEC tem também um impacto fiscal ainda não mensurado sobre os Estados, já que o quinquênio pode acabar beneficiando servidores estaduais. Tudo isso somado representaria o risco da proposta em debate no Senado. Com o privilégio, um juiz que ganha mais de R$ 40 mil por mês pode ter um aumento de 5% a cada cinco anos até o fim da carreira, além dos benefícios que já estão garantidos, como auxílio-moradia e vantagens a quem trabalha em mais de uma comarca. O benefício será pago sem respeitar o teto que limita quanto um funcionário público pode receber por mês - o máximo hoje é de R$ 44.008,52 mensais, equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Haddad fez uma exposição sobre o esforço que o governo vem fazendo do ponto de fiscal para equilibrar as contas públicas. Citou, por exemplo, o acordo firmado com a Câmara dos Deputados em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que terá um impacto de R$ 15 bilhões nos próximos três anos, como um sinal de diálogo com o Congresso. O PL do Perse foi aprovado nesta terça-feira pelos deputados e agora seguirá para o Senado.

Aço Brasil: governo mostrou extrema sensibilidade para a dificuldade que a siderurgia vive

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse em entrevista que a decisão tomada pelo governo, terça-feira, 23, de estabelecer cotas de importação para 11 tipos diferentes de produtos siderúrgicos, mostra uma extrema sensibilidade das lideranças do poder público com relação ao momento vivido pela indústria de siderurgia.

"A nossa posição é de reconhecimento ao trabalho que o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), na pessoa do ministro Geraldo Alckmin e do secretário Márcio Fernando Elias Rosa, que mostraram extrema sensibilidade para a grande dificuldade que a siderurgia brasileira está vivendo. Recebemos com bastante otimismo a decisão que foi tomada hoje", afirmou Marco Polo. Segundo o executivo, a decisão tomada pelo Brasil acompanha ações que estão sendo realizadas em outras nações. Marco Polo citou como exemplo medidas de restrição tomadas pelos Estados Unidos, União Europeia, Chile, Reino Unido e México. "Todos esses países adotaram medidas para tentar proteger e defender aquilo que é tido como mais importante, que são os mercados internos". Segundo Marco Polo, o Instituto Aço Brasil trabalhou ao longo do tempo para mostrar que a necessidade do setor siderúrgico é recuperar a participação do mercado que foi perdida por importações predatórias. Ele acrescentou que a solução por meio da implementação de cotas foi uma alternativa sugerida pelo setor ao governo.

"É uma falácia dizer que o aço chinês é mais barato. O que ocorre é que há uma venda dos produtos chineses abaixo do custo de produção Isso é uma prática predatória. Os dados de consumo na China estão caindo e a produção se mantém, então há uma política de Estado que incentiva a exportação", acrescentou. O executivo citou que há trabalhos apontando para a existência de margens negativas nas operações siderúrgicas na China, em torno de US$ 50 a US$ 56 a tonelada exportada do produto.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Brasil e mais 16 países apelam ao Hamas pela libertação de reféns capturados em Israel

O governo Luiz Inácio Lula da Silva assinou, terça-feira, dia 23, um apelo ao grupo terrorista Hamas para que liberte imediatamente os reféns capturados em Israel, no ataque de 7 de outubro do ano passado. O documento foi assinado por 17 países que têm cidadãos mantidos em cativeiro, na rede de túneis na Faixa de Gaza.

"Apelamos pela libertação imediata de todos os reféns do Hamas, que se encontram detidos em Gaza há mais de 200 dias. Entre eles estão os nossos próprios cidadãos", diz o texto, divulgado pelo Palácio do Planalto. "O destino dos reféns e da população em Gaza, que estão protegidos pelo direito internacional, é motivo de preocupação internacional."

Além do Brasil, endossaram o apelo a Alemanha, Argentina, Áustria, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Polônia, Portugal, Romênia, Reino Unido, Sérvia e Tailândia. Israel não assinou a declaração conjunta.

O gesto do governo Lula era uma cobrança da diplomacia israelense, que defendia nos bastidores que Lula intercedesse até mesmo junto ao Irã em prol da libertação dos reféns. Entre os 132 reféns remanescentes em poder dos terroristas do Hamas, a inteligência israelense estima que cerca de 30 tenham morrido.

Entre os capturados está o brasileiro Michel Nisenbaum, de 59 anos, cujo paradeiro e estado são desconhecidos. A família dele tem mantido contato com as diplomacias. O governo Benjamin Netanyahu rejeita qualquer acordo de cessar-fogo que não inclua a ordem de libertação de todos os reféns do Hamas.

O premiê rejeitou uma deliberação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que poderia pausar o conflito.

"Salientamos que o acordo sobre a mesa para a libertação dos reféns permitiria um cessar-fogo imediato e prolongado em Gaza, o que facilitaria o envio de assistência humanitária adicional necessária a toda a Faixa de Gaza e conduziria ao fim crível das hostilidades", afirma o comunicado.

(Foto: EBC)

O gesto do governo Lula era uma cobrança da diplomacia israelense, que defendia nos bastidores que Lula intercedesse até mesmo junto ao Irã em prol da libertação dos reféns.

Milei ordena revisão de indenizações às vítimas da ditadura argentina

(Foto: EBC)

O ministro da Justiça de Milei, Mariano Cúneo Libarona, afirmou que existem "mais de 100 casos" suspeitos de terem recebido cerca de US$ 150 mil de maneira irregular.

O governo de Javier Milei ordenou um pente fino nas indenizações concedidas às vítimas de violações dos direitos humanos durante a ditadura argentina após casos de "irregularidades no pagamento". Em comunicado, o Ministério da Justiça anunciou que pretende auditar todos os pedidos em busca de fraudes.

A compensação pelas violações dos direitos humanos durante a ditadura está prevista em diversas leis denominadas "reparação às vítimas do terrorismo de Estado", promulgadas entre 1990 e 2000. Nos últimos anos, vários processos judiciais revelaram fraudes, incluindo um caso em que cinco pessoas foram acusadas, em 2023, de utilizar documentos e testemunhos falsos. O governo anterior, do peronista Alberto Fernández, também iniciou ações judiciais e investigações contra "gangues" especializadas na obtenção deste tipo de reparações.

O ministro da Justiça de Milei, Mariano Cúneo Libarona, afirmou que existem "mais de 100 casos" suspeitos de terem recebido cerca de US$ 150 mil de maneira irregular. "Em 2021, os pedidos de indenização de parentes de desaparecidos somaram 7.996 casos.

De exilados, 14.400 casos", disse o ministro à emissora LN+. "Há muitos casos legítimos, mas também muitos pecadores. Uma enorme quantidade de dinheiro foi paga e ainda precisa ser paga. Mas quero descobrir quem são os pecadores."

Celebração - Após a medida, a vice-presidente da Argentina, Victoria Villarruel, comemorou a auditoria. "Temos de auditar os negócios espúrios dos direitos humanos e rever as compensações milionárias que foram dadas", afirmou Victoria, que é filha de militar e defende uma indenização para o que ela considera "vítimas do terrorismo" perpetrado por grupos que se opuseram à ditadura.

Biden insinua que seu tio foi comido por canibais em Papua-Nova Guiné e irrita premiê do país

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, criou uma saia justa com a Papua-Nova Guiné, na Oceania, após insinuar que um tio seu foi comido por "canibais" no país, durante a 2ª Guerra Mundial. No último domingo, 21, o primeiro-ministro James Marape, acusou Biden de menosprezar a nação insular, que é um importante parceiro para os Estados Unidos nas ilhas do Pacífico.

O presidente americano sugeriu duas vezes, sem provas, na semana passada, que seu tio aviador do Corpo Aéreo do Exército, o segundo tenente Ambrose Finnegan Jr., tinha sido comido por canibais depois que o avião no qual estava caiu.

"Ele foi abatido na Nova Guiné e nunca encontraram o corpo porque costumava haver - havia muitos canibais, de verdade, naquela parte da Nova Guiné", disse Biden durante um discurso sobre tarifas de aço e alumínio em Pittsburgh no dia 17 de abril Ele repetiu a mesma história mais cedo no mesmo dia, no memorial de Scranton.

Biden falou sobre o assunto em meio a uma crítica a Donald Trump por comentários que o ex-presidente teria feito chamando os americanos mortos em combate de "otários" e "perdedores". Trump nega ter dito isso.

Como reação, Marape acusou Biden de menosprezar a Papua-Nova Guiné. "As observações do presidente Biden podem ter sido um lapso linguístico; no entanto, o meu país não merece ser rotulado como tal", disse Marape em comunicado.

"A 2ª Guerra Mundial não foi obra do meu povo; no entanto, foram arrastados desnecessariamente para um conflito que não foi obra deles", acrescentou Marape. Ele também apelou para que os EUA "encontrem os seus mortos de guerra" nas selvas da Papua-Nova Guiné e "limpem os destroços da guerra".

"Os restos da 2ª Guerra Mundial estão espalhados por toda a Papua-Nova Guiné, incluindo o avião que transportava o tio do presidente Biden", disse Marape.

(Foto: EBC)

Israel se prepara para iniciar ofensiva gradual em Rafah

Israel está avançando com planos para uma ofensiva militar para tomar Rafah, o último reduto remanescente do Hamas em Gaza, mas respondeu à pressão dos EUA e internacional desmantelando planos para um ataque total em favor de uma abordagem mais gradual que procura limitar vítimas civis, de acordo com autoridades egípcias e ex-autoridades israelenses. Israel planeja proceder em fases, evacuando bairros com antecedência antes de passar para novas áreas, disseram essas autoridades.

As operações também serão provavelmente mais direcionadas do que os ataques anteriores em Gaza e envolverão a coordenação com autoridades egípcias para proteger a fronteira Egito-Gaza.

As autoridades israelenses comprometeram-se a tentar minimizar as vítimas civis, transferindo os palestinos para enclaves humanitários que tenham comida, água, abrigo e serviços médicos. Espera-se também que Israel oriente as pessoas com folhetos e telefonemas sobre onde ir, como fez no passado. Jacob Nagel, ex-conselheiro de segurança nacional israelense, disse acreditar que a operação em Rafah provavelmente seria diferente dos ataques terrestres israelenses ao norte de Gaza e a Khan Younis no início da guerra. Ele disse que Israel teria como alvo partes da cidade de forma independente, movimentando a população de acordo.

Israel tem prosseguido com os seus planos para Rafah nos últimos dias e semanas, especialmente porque as negociações para o Hamas libertar os reféns detidos pelo grupo militante parecem ter fracassado, aumentando a pressão pública sobre o governo para agir. "A principal razão pela qual não entramos em Rafah foi porque havia um acordo no ar", disse Nagel. "Agora as pessoas entendem que não há acordo."

As autoridades israelenses compartilharam os seus planos com o Egito, que alertou que uma invasão de Rafah empurraria os palestinos para a Península do Sinai.

Embora o Egito tenha trabalhado para preparar tendas dentro da faixa, também intensificou os reforços de segurança no seu lado da fronteira.

China critica ajuda militar dos EUA a Taiwan e diz que ilha é levada para 'situação perigosa'

A China criticou ontem (24) o último pacote de assistência militar dos EUA a Taiwan, com o argumento de que a iniciativa está arrastando a ilha autônoma para uma "situação perigosa".

Na noite de terça-feira (23), o Senado dos EUA aprovou US$ 95 bilhões em ajuda militar para Ucrânia, Israel e Taiwan, após meses de atrasos e polêmicos debates sobre até que ponto Washington deveria se envolver em conflitos externos. A China reivindica Taiwan como parte de seu território e ameaça tomar a ilha à força, se necessário.

Com sede na China continental, o Gabinete de Assuntos de Taiwan disse que a ajuda "viola gravemente" os compromissos dos EUA com Pequim e "envia um sinal errado às forças separatistas pela independência de Taiwan".

Porta-voz do gabinete, Zhu Fenglian acrescentou que o governista Partido Democrático Progressista de Taiwan, grupo pró-independência que conquistou um terceiro mandato presidencial de quatro anos em janeiro, está disposto a "virar um peão para que forças externas usem Taiwan com o objetivo de conter a China, colocando Taiwan em uma situação perigosa".

O presidente eleito de Taiwan, Lai Ching-te, disse na terça a uma delegação de parlamentares dos EUA em visita à ilha que o pacote irá "fortalecer a dissuasão contra o autoritarismo na cadeia de aliados do Pacífico Ocidental".

Empresário admirador de Elon Musk patrocina evento com Moraes e ministros de Lula em Londres

O empresário Alberto Leite, admirador do dono da Tesla e do X (antigo Twitter), Elon Musk, está patrocinando um evento em Londres que terá a presença de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive Alexandre de Moraes. O magistrado, que determinou o bloqueio de perfis nas redes sociais de investigados por disseminação de fake news e atos antidemocráticos, passou a ser criticado por Musk no início deste mês. O bilionário considera as ordens judiciais uma "censura" e acusa a Corte de desrespeitar as leis brasileiras. O 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias que reúne, desde ontem, 24, diversos juízes e políticos, é apoiado pela FS Security, empresa de Leite especializada em tecnologia e segurança digital. Em maio de 2022, quando Musk esteve no Brasil para encontrar o então presidente Jair Bolsonaro (PL) em Porto Feliz, no interior de São Paulo, Leite, também apoiador do ex-chefe do Executivo, se reuniu com o bilionário. Após o encontro, o empresário brasileiro disse à revista Época que o dono da Tesla "foi simpático e aberto".

Nicolás Maduro mostra cédula eleitoral com sua foto repetida 13 vezes e ironiza: 'Ditadura'

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, apresentou na última segunda-feira, 22, a cédula de votação para as eleições presidenciais de 28 de julho.

Na cédula, o nome de Maduro e sua foto aparecem 13 vezes, dominando toda a primeira fileira. De forma sarcástica, o ditador disse: "Maduro tem 13 cartões. Hegemonia. Candidato único. Ditadura".

"Não querem dizer que eu só tenho 13 cartões legais, como ocorreu nas outras eleições, porque temos 13 movimentos políticos, todos muito poderosos, da esquerda, do marxismo, do leninismo, do comunismo, do cristianismo, dos movimentos sociais, que apoiam unitariamente a candidatura", acrescentou durante seu programa Con Maduro +. De acordo com o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, 37 organizações políticas nomearam um total de 10 candidatos, todos homens, incluindo Maduro, e o inscrito pela Plataforma Democrática Unitária (PUD), a principal aliança da oposição, Edmundo González Urrutia.

Segundo o CNE, o número de vezes que um candidato aparece na cédula corresponde a cada partido que ele representa na sua coalizão. E a posição de cada partido no cartão de votação é escolhida com base nos votos obtidos nas eleições anteriores e a data de fundação do partido registrada no conselho. González, por exemplo, aparece com três partidos na cédula.

O prazo para modificação das candidaturas presidenciais terminou na terça-feira, 23, depois da prorrogação dada pelo CNE no fim de semana. O cartão, portanto, ainda pode ser atualizado, conforme as mudanças feitas no período de prorrogação.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

'Não acredito que esteja completo ciclo de investigações', afirma Haddad, sobre Siafi

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, terça-feira, 23, não acreditar que o ciclo de investigações sobre a invasão registrada em abril no sistema de administração financeira do governo federal, o Siafi, esteja concluído. Ele afirmou que um dos responsáveis já foi identificado.

"Não acredito que esteja completo ciclo de investigações, mas teve início e parece que um dos responsáveis já foi identificado Não tenho nome nem nada disso porque a investigação está sendo feita sob sigilo", disse o ministro, ao ser questionado por jornalistas. Como mostrou na segunda-feira o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigam uma invasão realizada neste mês ao Siafi, com suspeita de desvio de recursos do governo federal.

O Siafi, gerido pelo Tesouro Nacional, é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal.

Liminar suspende licitação de trem para ligar São Paulo a Campinas

Uma liminar suspendeu a assinatura do contrato de concessão do trem intercidades. O leilão realizado no final de fevereiro incluiu, além da linha expressa que ligará a capital paulista a Campinas, a Linha 7-Rubi que faz o trajeto até Jundiaí e é operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Com única participante, a concorrência foi vencida pelo consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos, formado pelas companhias Comporte e a chinesa CRRC.

A juíza Simone Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública, acatou o pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo que entrou com um mandado de segurança contra a licitação.

Entre os argumentos apresentados pelo sindicato na ação está a ausência de informações em relação ao tratamento que será dispensado aos atuais trabalhadores da linha metropolitana. Também é questionado o fato da licitação ter combinado dois serviços diferentes - o trem expresso entre São Paulo e Campinas e a linha metropolitana já existente.

"Uma aglutinação infundada impede a participação de licitantes incapazes de fornecerem todos os serviços que compõem o objeto do edital, por exemplo, uma aquisição de autopeças atrelada a um serviço de instalação, tal agrupamento restringe a participação de empresas cujo objeto social seja apenas a venda de autopeças", exemplifica a ação.

A licitação - O consórcio vencedor ofereceu lance com desconto mínimo, de 0,01%, ao que o estado deverá investir no novo sistema de transporte: uma contraprestação de R$ 8,06 bilhões durante os 30 anos de concessão. Além desse valor, o estado fará também um aporte inicial de R$ 8,9 bilhões, sem desconto.

O consórcio vencedor deverá efetuar investimentos de R$ 14,2 bilhões durante os 30 anos da concessão e será o responsável pelo projeto, financiamento execução e operação dos serviços do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC).

Trem - O veículo ligará Campinas a São Paulo em 64 minutos, com 15 minutos de intervalo entre os trens, e com uma parada em Jundiaí. A velocidade média será de 95 quilômetros por hora - (km/h), podendo chegar a 140 km/h em alguns trechos. Cada trem poderá levar até 860 passageiros. A previsão é que o novo sistema de transporte fique pronto em 2031.

O consórcio também deverá realizar melhorias na Linha 7-Rubi, que já liga São Paulo a Jundiaí, e implementar o Trem Intermetropolitano (TIM) entre Jundiaí e Campinas, linha que terá 44 km de extensão, com paradas em Louveira, Vinhedo e Valinhos. O percurso será feito em 33 minutos, com velocidade média de 80 km/h, superior aos 56 km/h médios do metrô. Os trens terão capacidade para até 2.048 passageiros cada. A previsão é que o sistema fique pronto em 2029.

Pacheco: Não há nenhum tipo, nem mínimo, de crise entre o Senado e o governo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse, terça-feira, 23, que "não há nenhum tipo" de crise entre a Casa Alta do Congresso e o governo federal. A declaração se dá no momento em que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), expôs publicamente sua relação ruim com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação política. "O diálogo com Planalto continua pleno, com os líderes Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues, os ministros Alexandre Padilha e Fernando Haddad. Nosso diálogo é produtivo e aberto. Não há nenhum tipo, nem mínimo, de crise entre o Senado e o governo", disse Pacheco.

O presidente do Senado confirmou, ainda, que deve se reunir nesta semana com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir a pauta no Senado.

Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente do Senado disse que "divergências são normais na política" e negou um problema na articulação política do governo junto ao Congresso.

Anvisa publica resolução que proíbe cigarro eletrônico no Brasil

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou ontem (24) resolução que proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, popularmente conhecidos como cigarro eletrônico.

O texto define os dispositivos eletrônicos para fumar como "produto fumígeno cuja geração de emissões é feita com auxílio de um sistema alimentado por eletricidade, bateria ou outra fonte não combustível, que mimetiza o ato de fumar". Estão incluídos na categoria e, portanto, proibidos:

- produtos descartáveis ou reutilizáveis;
- produtos que utilizem matriz sólida, líquida ou outras, dependendo de sua construção e design;
- produtos compostos por unidade que aquece uma ou mais matrizes: líquida (com ou sem nicotina); sólida (usualmente composta por extrato ou folhas de tabaco - trituradas, migadas, moídas, cortadas ou inteiras, ou outras plantas); composta por substâncias sintéticas que reproduzam componentes do tabaco, de extratos de outras plantas; por óleos essenciais; por complexos vitamínicos, ou outras substâncias;
- produtos conhecidos como e-cigs, electronic nicotine delivery systems (ENDS), electronic non-nicotine delivery systems (ENNDS), e-pod, pen-drive, pod, vapes, produto de tabaco aquecido, heated tobacco product (HTP), heat not burn e vaporizadores, entre outros.

A publicação proíbe ainda o ingresso no país de produto trazido por viajantes por qualquer forma de importação, incluindo a modalidade de bagagem acompanhada ou bagagem de mão. "O não cumprimento desta resolução constitui infração sanitária", destacou a Anvisa no texto.

(Foto: EBC)

A publicação proíbe ainda o ingresso no país de produto trazido por viajantes por qualquer forma de mportação, incluindo a modalidade de bagagem acompanhada ou bagagem de mão.

Syngenta vai apresentar na Agrishow ferramenta de IA pela primeira vez no Brasil

A Syngenta, de proteção de cultivos, apresentará pela primeira vez no Brasil, durante a Agrishow, sua tecnologia de Inteligência Artificial (IA), que passará a integrar a Cropwise, plataforma de agricultura digital presente há cinco anos no País e que já alcança 100 milhões de hectares no País. Segundo o líder global de agricultura digital da Syngenta, Feroz Sheikh, que estará no evento em Ribeirão Preto (SP), a escolha do País para a estreia do produto pode ser atribuída à visão de que o Brasil é um dos principais e mais avançados mercados em questão de sustentabilidade e avanço tecnológico no agronegócio. A Syngenta investe 10% do seu faturamento anual em pesquisa e desenvolvimento. Em 2023, teve receita de US$ 32,2 bilhões. Para Sheikh, o mercado brasileiro tem o maior potencial de crescimento no mundo no setor, o que demanda energia e recursos para novos investimentos por aqui. "É onde os produtores estão prontos para adotar inovações", disse o executivo. "Quando trazemos essas inovações, os agricultores entendem o valor dessa tecnologia e ficam ansiosos para adotá-las."

Casino amarga prejuízo e queda nas vendas no 1º trimestre, após ter deixado controle do GPA

A Casino informou ontem, 24, ter amargado prejuízo antes de juros, impostos, depreciação e amortização de 10 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024. O resultado reverte o Ebitda de 35 milhões de euros apurado em igual período do ano passado.

Já as vendas do grupo varejista francês tiveram queda de 3,8% na mesma base comparativa e somaram 2,106 bilhões de euros nos três primeiros meses deste ano, conforme balanço corporativo divulgado nesta quarta.

Em março, em meio ao processo de reestruturação financeira, a empresa deixou de ser controladora do Grupo Pão de Açúcar (GPA), mas ainda detém 22,5% do capital da companhia brasileira. A Casino também anunciou planos de vender dezenas de supermercados na França ao rivais Carrefour, Auchan e Les Mousquetaires.

Diante disso, a varejista agora espera, em 2024, uma Ebitda ajustado menor que o valor de 126 milhões de euros previsto no ano passado.

CONFLITOS NO CAMPO

Dados de 2023

EVOLUÇÃO

Ano	Conflitos
2018	1.567
2019	1.963
2020	2.130
2021	1.838
2022	2.050
2023	**2.203**

O Norte é a região com mais casos de disputas, com **35%** das ocorrências

Seguida do **Nordeste**, com **32%**

PRINCIPAIS MOTIVOS

Motivo	Casos
Invasão das propriedades	359 casos
Pistolagem	264 casos
Destruição de pertences	101 casos

ASSASSINATOS POR CONFLITOS

Ano	Assassinatos
2018	30
2019	32
2020	21
2021	36
2022	47
2023	31

FONTE Comissão Pastoral da Terra (CPT) ® INFOGRAFFO

Portugal reconhece responsabilidade por crimes relacionados à escravidão: 'Pagar custos'

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, reconheceu na terça-feira, 23, que o país "assume total responsabilidade" pelos crimes cometidos durante a escravidão no período colonial e que esses crimes, incluindo massacres coloniais, tiveram "custos" que devem ser pagos.

As informações são do jornal britânico The Guardian.

"Temos que pagar os custos", disse o presidente português em um evento com jornalistas estrangeiros. "Existem ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos? Existem bens que foram saqueados e não foram devolvidos? Vamos ver como podemos consertar isso."

São raros os casos em que autoridades de Portugal comentam diretamente sobre o passado colonial do país, que foi o maior traficante no comércio transatlântico de pessoas escravizadas - quase 6 milhões de pessoas. Somente para o Brasil, segundo o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos, vieram cerca de 4,86 milhões de escravos entre os séculos 15 e 19.

Há exatamente um ano, durante a comemoração anual da Revolução dos Cravos, Rebelo de Sousa também afirmou que Portugal deveria pedir desculpas e assumir um papel de maior responsabilidade pelo comércio de escravos, mas não chegou a realizar qualquer pedido de desculpa formal.

Na época, o presidente do país também afirmou que a colonização do Brasil teve impactos positivos como a difusão da língua portuguesa.

Um relatório do Conselho da Europa de março de 2021, a principal instituição de direitos humanos do continente europeu, concluiu que Lisboa precisa de mais ações afirmativas para confrontar o seu passado colonial e o seu papel no tráfico de escravos, com o objetivo de combater o racismo e a discriminação.

Durante evento do PL em SC, Bolsonaro encontra prefeita que jogou livros no lixo

O ex-presidente Jair Bolsonaro encontrou, terça-feira, 23, a prefeita de Canoinhas, Juliana Maciel, durante encontro do Partido Liberal (PL) em Florianópolis, Santa Catarina.

Na última quinta-feira, a gestora publicou um vídeo em sua rede social jogando diversos livros no lixo alegando que são "porcarias em Canoinhas".

Além de Bolsonaro, Juliana comemorou que estava com "seu time" em foto ao lado do governador do Estado, Jorginho Mello, e do deputado estadual Maurício José Eskudlark, além de ironizar o ocorrido.

"Vocês imaginam qual era o assunto com o nosso eterno presidente Jair Bolsonaro? Hoje estive com o ex mais amado do Brasil", escreveu na legenda. A prefeita foi eleita em 2022 pelo PSDB e se filiou ao PL em 2023.

O ex-presidente esteve na capital catarinense nesta terça-feira para participar de evento da sigla. Na ocasião, Bolsonaro foi recepcionado no aeroporto de Florianópolis e, depois, esteve no Congresso Gideões, em Camboriú.

O caso da prefeita veio à tona depois de Juliana Maciel publicar um vídeo arremessando livros no lixo, e afirmar que a culpa deles estarem nas escolas seria do governo federal, Lei Rouanet, e do Partido dos Trabalhadores (PT). No postagem, ela ainda incentiva que outros gestores municipais "façam um pente fino" nas bibliotecas de suas cidades.

"Eu jamais jogaria um livro no lixo, mas porcaria numa biblioteca aqui do nosso município, não vai ter mais não. A Mundoteca é um programa do governo federal. Então, da Lei Rouanet, coisa que vocês também já conhecem. Mais uma vez o governo do PT faz esse tipo de coisa, bota o adolescente, a criança, induz a coisas que não são dos valores que a gente acredita. Não é o que a família quer que ele aprenda. Não é o que realmente uma criança, ou até um adolescente, precisa ler em uma biblioteca. Então, aqui em Canoinhas, a gente jogou esse tipo de porcaria no lixo", disse a prefeita.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Congresso dos EUA aprova projeto de lei que pode banir o TikTok do país

O Congresso dos EUA aprovou, terça-feira, 23, o projeto de lei que pode proibir o TikTok no país ou forçar a venda do aplicativo, fazendo uma repreensão histórica à propriedade chinesa da plataforma de compartilhamento de vídeos após anos de tentativas fracassadas de lidar com os supostos riscos à segurança nacional do aplicativo.

O Senado aprovou a medida por 79 a 18 votos como parte de um amplo pacote que oferece ajuda econômica a Israel, Ucrânia e Taiwan, enviando a proposta para a mesa do presidente Joe Biden - com a Câmara tendo aprovado no sábado. Biden emitiu uma declaração minutos após a votação no Senado dizendo que planeja assinar o projeto de lei na quarta-feira.

Uma vez assinada, a proposta daria à empresa controladora do TikTok, a ByteDance, cerca de nove meses para vender o aplicativo extremamente popular ou enfrentar uma proibição nacional, um prazo que o presidente poderia estender por 90 dias se a venda estiver em andamento.

A decisão tomada pelos republicanos da Câmara na semana passada de anexar o projeto de lei do TikTok ao pacote de alta prioridade ajudou a acelerar sua aprovação no Congresso e veio após negociações com o Senado, onde uma versão anterior do projeto de lei havia sido paralisada. Essa versão havia dado à ByteDance, seis meses para alienar suas participações na plataforma. Mas ela atraiu o ceticismo de alguns legisladores importantes, preocupados com o fato de ser um prazo muito curto para um negócio complexo que poderia valer dezenas de bilhões de dólares.

(Foto: EBC)

O projeto de lei também impediria a empresa de controlar o ingrediente secreto do TikTok: o algoritmo que alimenta os vídeos dos usuários com base em seus interesses e que transformou a plataforma em um fenômeno de definição de tendências.

A medida - que tem amplo apoio bipartidário - representa a ameaça mais significativa até o momento às operações do aplicativo nos Estados Unidos, onde ele tem mais de 170 milhões de usuários e se tornou uma potência econômica e cultural. Os legisladores que pressionam pela restrição citaram preocupações de que a estrutura de propriedade da empresa poderia permitir que o governo chinês obtivesse acesso aos dados dos americanos, alegações que o TikTok contesta.

Espera-se que o TikTok conteste a medida, estabelecendo uma batalha legal de alto risco e potencialmente longa que testará o argumento da empresa de que qualquer lei desse tipo violaria os direitos de liberdade de expressão de milhões de pessoas.

Mas seus esforços frenéticos para inviabilizar a proposta – incluindo a orientação aos usuários para registrarem reclamações junto a seus representantes no Congresso e a veiculação de anúncios divulgando os esforços de segurança de dados do TikTok a poucos dias da votação final – não conseguiram dissuadir os legisladores.

Lula tem a melhor condição para governar desde que assumi a Câmara, diz Lira

(Foto: EBC)

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem o cenário mais favorável para governar desde que o deputado assumiu o cargo, em 2021. “Se você olhar três anos de trabalho meu para frente: qual pauta-bomba foi pautada, qual instabilidade [ocorreu na transição] de um governo para outro? Não há nenhum governo desde que entrei na presidência da Casa que tenha tido melhores condições de governar o País”, afirmou Lira, em entrevista ao programa Conversa com Bial, exibido pela TV Globo na noite da terça-feira, 23. O deputado citou a aprovação da reforma tributária, no ano passado, como um exemplo da boa relação com a gestão petista, a despeito dos desacertos com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

No início do mês, Lira chamou Padilha de “desafeto pessoal” e de “incompetente”. “Eu tenho erros e acertos e não tenho problema de reconhecê-los”, disse o presidente da Câmara, na entrevista.

Sobre a relação com Lula, Lira afirmou que não tem do que se queixar. “Ele se preocupa com a equiparação do nível de crescimento, principalmente das camadas mais pobres.” Na noite do domingo, 21, ambos se encontraram no Palácio da Alvorada.

Lira criticou deputados da base governista ligados a minorias que recorrem ao Judiciário para contestar derrotas que sofrem no Congresso e sugeriu a possibilidade de impor restrições à apresentação de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Advogado do PT diz que deixar Moro impune é ‘recado de que vale a pena abusar na pré-campanha’

O advogado do PT, Luiz Eduardo Peccinin, disse terça-feira, 23, que, caso o senador Sérgio Moro (União-PR) não seja punido por abuso de poder econômico, arrecadação ilícita e uso indevido dos meios de comunicação na campanha eleitoral de 2022, isso representaria um “recado de que vale a pena abusar na pré-campanha e que o limite legal de gastos previsto pelo legislador no período eleitoral pode ser facilmente burlado”.

O partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, entraram com recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar a cassação do ex-juiz da Operação Lava Jato.

A ação dos partidos busca reverter a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que livrou Moro da cassação. Para Peccinin, a Justiça Eleitoral do Estado “fez uma interpretação equivocada das provas que foram produzidas a partir de algumas premissas que violam o entendimento que existe no TSE”. De acordo com ele, o partido espera que “agora, com certo distanciamento dos fatos, uma visão de respeito aos próprios precedentes e com uma preocupação em relação às futuras pré-campanhas”, o TSE reconheça o abuso “dos valores empregados por Moro no período pré-eleitoral”. “O TRE tem uma preocupação maior em dar preferência à escolha das urnas. O que esperamos do TSE é uma visão mais distante da questão eleitoral para que sejam definidos os parâmetros de interpretação da legislação eleitoral”, explicou Peccinin. Ainda para ele, com base no entendimento da Corte sobre o assunto, “não existe qualquer chance de o valor gasto por Moro na pré-campanha ser considerado razoável”.

(Foto: EBC)

Visa amplia lucro para US$ 4,7 bilhões no 2º trimestre fiscal

A Visa informou lucro líquido de US$ 4,7 bilhões no segundo trimestre fiscal de 2024, 10% maior que o de igual período em 2023. O resultado corresponde a lucro por ação de US$ 2,51 - acima dos US$ 2,44 esperados por analistas ouvidos pela FactSet.

Já a receita líquida foi de US$ 8,8 bilhões no período, também 10% maior na mesma base comparativa.

Entre as métricas que a Visa destaca como “business drivers”, o crescimento anual no volume de pagamentos foi de 8%; o de volumes transfronteiriços foi de 16% e de transações processadas, de 11%.

“Continuaremos focados nos trilhões de dólares em oportunidades em pagamentos de consumidor e em novos fluxos, e em continuar a aprofundar as nossas parcerias com clientes em todo o mundo”, comentou o CEO Ryan McInerney no comunicado de divulgação de resultados.

Após a publicação, a ação da Visa subia 3,24% no after hours em Nova York às 17h21 (de Brasília).

Lula nega crise na Petrobras e diz que desentendimentos fazem parte do ser humano

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou, terça-feira, 23, que não há crise na Petrobras e que os desentendimentos relacionados à estatal “fazem parte do ser humano”. Nas últimas semanas, a petroleira ficou no centro de uma disputa no governo, que envolvia a distribuição de dividendos extraordinários e colocou em lados opostos o presidente da empresa, Jean Paul Prates, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

“Não tem crise na Petrobras, a crise da Petrobras é o fato de ela ser uma empresa muito grande”, declarou Lula, durante café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto.

Ele disse que a capacidade de investimento da companhia é maior que a do próprio País. “É crise de crescimento, de descobrir novos poços de petróleo, de se transformar em uma empresa não só de petróleo e gás, mas de energia”, emendou.

Lula acrescentou que a Petrobras “está tranquila” e que não vê “problema” na empresa. “O fato de se ter um desentendimento, uma divergência faz parte do ser humano”, afirmou. “Nem sempre a boca fala somente as coisas que são boas.”

Na semana passada, o Conselho da Petrobras decidiu distribuir 50% dos dividendos extraordinários da empresa, como vinha sendo defendido por Prates. Silveira, por sua vez, não queria a destinação dos recursos aos acionistas e recebeu o apoio do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

O titular da Fazenda, Fernando Haddad, contudo, ficou do lado de Prates porque a União é a maior acionista da petroleira e receberá recursos.

Meta de inflação não é para se discutir, é para se perseguir, afirma Galípolo, diretor do BC

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse que a viabilidade de cumprir a meta de inflação do Brasil, de 3%, é um “não-tema” para o Comitê de Política Monetária (Copom). “A meta não é para se discutir, é para se perseguir”, afirmou, em um evento organizado pela Upload Ventures, em São Paulo. “Na minha opinião, o Banco Central nem deveria votar na meta de inflação no CMN [Conselho Monetário Nacional].” Galípolo defendeu que o BC deveria perseguir as metas estabelecidas pelo Poder democraticamente eleito.

As declarações vieram em resposta a uma pergunta sobre a viabilidade de se atingir a meta de inflação de 3%, considerando a situação fiscal do País. Segundo Galípolo, essa dúvida aparece no mercado desde o ano passado.

Ele relatou que, quando chegou ao Banco Central, havia ceticismo no mercado sobre a possibilidade de cumprir o alvo. No segundo semestre de 2023, afirmou, a preocupação diminuiu e, agora, voltou a aparecer.

“Tem havido idas e vindas, e para a gente é perseguir a meta que foi determinada”, disse o diretor do BC.

Período de redução de balanços dos BCs - Gabriel Galípolo voltou a afirmar que “estamos num período de redução dos balanços dos bancos centrais e de juros mais altos”. A discussão, de acordo com ele, é sobre quão longo é o ‘higher for longer’ - ou seja, o período em que os juros precisarão ficar elevados por mais tempo -, especialmente nos Estados Unidos.

A questão, segundo Galípolo, é que a permanência do juro norte-americano em níveis altos aumenta a dificuldade na disputa por capital, já que há algum enxugamento da liquidez.

Como o aumento da necessidade de rolagem da dívida norte-americana afeta a relação de oferta e demanda, o “yield” torna-se mais alto.

“Há uma adversidade adicional quando se fala de juro americano mais alto porque com o Tesouro americano pagando o juro o que paga, fica difícil competir por recursos”, destacou o diretor do BC.

Ainda, de acordo com Galípolo, o estresse nos juros de Treasuries hoje parece relacionado a leilão do Tesouro dos EUA. Para ele, a pressão de rolagem de dívida nos EUA vem crescendo.

Lucro da Tesla cai 55% e atinge US$ 1,1 bilhão no 1º trimestre

A Tesla registrou lucro líquido de US$ 1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2024, uma queda de 55% comparado ao mesmo período do ano passado. O número ficou aquém do esperado por analistas da FactSet, que esperavam lucro por volta de US$ 1,7 bilhão.

O lucro por ação ajustado, porém, foi de US$ 0,45, abaixo da previsão de US$ 0,49, tendo caído 42% em comparação ao mesmo período de 2023.

A receita da montadora mais valiosa do mundo subiu US$ 21,3 bilhões, recuando 9% na comparação anual. As entregas registradas no período foram de 386 mil, abaixo da projeção de 411 mil. Mesmo com os números negativos, as ações da Tesla subiam 6,44% no after hours de Nova York, perto das 17h30 (de Brasília).

No balanço, a empresa de Elon Musk também anunciou planos de acelerar o lançamento de veículos antes da previsão anterior para o segundo semestre de 2025.

Dentre os novos veículos estão modelos de baixo custo, que poderão ser produzidos nas mesmas linhas de produção da atual linha de veículos.

Segundo a Tesla, esta medida trará crescimento de mais de 50% na produção comparada a 2023.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Instituto Vita

CNPJ/MF nº 06.334.269/0001-90

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Na qualidade de Diretor Presidente do Instituto Vita, associação sem fins lucrativos, CNPJ 06.334.269/0001-90, e com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º do Estatuto Social, venho convocar todos os Associados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024 às 14 horas, em primeira convocação ou meia hora após, em segunda convocação, em São Paulo, SP, na Praça Roberto Gomes Pedrosa, 1, Espaço Instituto Vita, CEP 05653-070, sendo a ordem do dia a seguinte: **(i)** Aprovação do orçamento de 2023 **(ii)** Alteração Dados Cadastrais (marca, nome e endereço)

São Paulo, 22 de abril de 2024. **Mateus Saito** - Diretor Presidente.

Alterparts Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 44.574.708/0001-21

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro - 2023 e 2022

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo Circulante			**Passivo Circulante**		
Disponível			**Total do Passivo Circulante**	-	-
Disponibilidades	3.901,47	2.150,00	**Passivo Não Circulante**		
Outras Contas a Receber	1.284.000,00	-	**Total do Passivo Não Circulante**	-	-
Total do Ativo Circulante	1.287.901,47	2.150,00	**Patrimônio Líquido**		
Ativo Não Circulante			Capital Social	1.000,00	1.000,00
			Reservas P/ Aumento de Capital	1.307.400,00	3.000,00
			Lucros/Prejuízos Acumulados	(20.498,53)	(1.850,00)
Total do Ativo Não Circulante	-	-	**Total do Patrimônio Líquido**	1.287.901,47	2.150,00
Total do Ativo	1.287.901,47	2.150,00	**Total do Passivo**	1.287.901,47	2.150,00

Demonstração do Resultado (em reais)

	2023	2022		2023	2022
Receitas	-	-	Despesas Gerais	(14.873,86)	(750,00)
(=) Receita Liquidas	-	-	Despesas Financeiras	(1.194,08)	(1.010,87)
Entradas e Custos			Tributos Gerais	(2.635,45)	(100,00)
Custos	-	-	Receitas Financeiras	54,86	10,87
(=) Lucro Bruto	-	-	**(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL**	(18.648,53)	(1.850,00)
Receitas Operacionais	-	-	IR e CS	-	-
Despesas Operacionais	-	-			
(=) Resultado Lúquido Operacional	-	-	**(=) Resultado do Exercício**	(18.648,53)	(1.850,00)

Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: ALTERPARTS EMPREEND E PARTICIP S.A. ("Empresa") com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº328, Sala 1605, 169 Pavimento, Condomínio Complexo Madeira Centro Industrial e Empresarial Alphaville, CEP 06454 010, devidamente registrada na Junta Comercial de Sao Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 35238287342. A Empresa iniciou suas operações em 13 de dezembro de 2021, tem por objeto a participação em outras empresas na qualidade de sócia titular ou acionista. **Nota 2 - Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **Nota 3 – Outras Contas a Receber:** valor relacionado a receber da empresa Paviengе – 1.284.000,00 para Futuro Aumento de Capital. **Nota 4 - Capital Social:** O Capital Social de R$ 1.000,00 encontra-se totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 1.000 quotas valor de R$ 1,00. **Nota 5 – Reservas para Aumento de Capital:** Foi constituída reserva para Aumento de Capital no montante de R$ 1.304.400,00 durante o ano de 2023.

Dario Ferreira - Sócio - Administrador | **Osvaldo Francisco Paes** - Contador 1SP090825-O/0

HOLDPLAN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 43.197.277/0001-69

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro - 2023

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo Circulante			**Passivo Circulante**		
Disponível			Fornecedores	-	1.568,00
Disponibilidades	13.720,95	9.526,23	Outras Contas a Pagar	5.878.000,00	-
Outras Contas a Receber	1.294.011,41	3.793,00	**Total do Passivo Circulante**	5.878.000,00	1.568,00
Impostos a Compensar	20,66	11,97	**Passivo Não Circulante**		
Total do Ativo Circulante	1.307.753,02	13.331,20	Outras Contas a Pagar.	127.000,00	3.836.000,00
Ativo Não Circulante			Investimentos a Amortizar	38.859.306,09	42.982.116,32
Depósitos Recursais e Valores Vinculados	716.000,00	-	**Total do Passivo Não Circulante**	38.986.306,09	46.818.116,32
Participações Societárias.	110.887.410,62	117.243.376,01	**Patrimônio Líquido**		
			Capital Social	70.295.625,00	70.295.625,00
			Reserva de Lucros	62.226.723,15	62.226.723,15
			Lucros/Prejuízos Acums	(64.475.490,60)	(62.085.325,26)
Total do Ativo Não Circulante.	111.603.410,62	117.243.376,01	**Total do Patrim. Líquido**	68.046.857,55	70.437.022,89
Total do Ativo.	112.911.163,64	117.256.707,21	**Total do Passivo.**	112.911.163,64	117.256.707,21

Demonstração do Resultado (em reais)

	2023	2022		2023	2022
Receita Venda de Mercadorias	-	-	Despesas Operacionais	-	(1.723,02)
Impostos S/Venda de Mercadoria	-	-	**(=) Resultado Líquido Operacional**	-	(1.723,02)
Receita de Venda de Serviços	-	-	Despesas Gerais	(1.438,56)	(50.067,16)
Imposto S/Venda de Serviço	-	-	Despesas Financeiras	(2.859,85)	(2.530,39)
Devolucao de Venda	-	-	Tributos Gerais	(1.253,20)	(3.225,45)
(=) Receita Liquida Vendas	-	-	Receitas Financeiras	41,43	468,05
Entradas e Custos			Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	(6.773.872,89)	(207.328,29)
Custo das Mercadorias	-	-	Resultado de Participações Societárias	4.540.717,73	4.954.874,14
Devolução de Compra	-	-	**(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL**	(2.238.665,34)	4.690.467,88
Custo de Serviço	-	-	IR e CS	-	-
Custo de Mao de obra	-	-			
(=) Lucro Bruto	-	-	**(=) Resultado do Exercício**	(2.238.665,34)	4.690.467,88
Receitas Operacionais	-	-			

Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: Holplan Participações S/A. ("Empresa") com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Remédios, no. 101 sala 01, Bairro dos Remédios, CEP 06298-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE no. 35.237.651.288. A Empresa iniciou suas operações em 19 de agosto de 2021, tem por objeto a participação em outras empresas na qualidade de sócia titular ou acionista. **Nota 2 - Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).**Nota 3 – Participações Societárias:**

a) **Investimentos**	2023	2022
CL Nogueiras & Cirprestes	5.308.300,37	5.308.300,37
Nova Perimetral	4.941.842,20	4.524.603,11
Schunck Terrapl e Transp Ltda.	100.637.268,05	107.410.472,53

Estes investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos efeitos estão reconhecidos com base nos balanços apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **Nota 4 – Outras Contas a Pagar - Circulante: Valor relacionado com: SCHUNCK TERRAPL E TRANSP LTDA – R$ 5.878.000,00**

Nota 5 – Investimentos a Amortizar:

	2023	2022
Marpore -Provisão para passivo a descoberto –	38.859.306,09	42.982.116,32

Agnaldo Bauermann Schunck - **Sócio** | **Osvaldo Francisco Paes** - Contador 1SP090825-O/0

Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo - SEINESP

CNPJ/MF nº 04.113.434/0001-59

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente Edital, no uso de suas atribuições estatutárias, ficam convocadas todas as Empresas de Internet para participarem da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo - SEINESP, doravante também nomeado por SEIBRA - Sindicato das Empresas de Internet do Brasil, inscrito no CNPJ sob nº 04.113.434/001-59, a realizar-se no dia 29 de Abril de 2024, na sede dessa Entidade à Rua da Quitanda, nº 96 - 3º Andar - conjunto 31 - Capital - São Paulo; com início às 8 horas da manhã em primeira convocação, não havendo número legal de empresas aptas para a instalação de trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação 30 (trinta) minutos após, no mesmo dia e local, com qualquer número de empresas legalmente representadas, a fim de deliberarem sobre a Pauta de Reivindicações elaborada pelo SINDIESP - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ nº 04.912.405/0001-57, visando a análise das reivindicações e posterior deliberação e aprovação de proposta do sindicato patronal para assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2024-2025 em conjunto com o sindicato dos trabalhadores. São Paulo, 25 de Abril de 2024.

José Janone Junior - Presidente do Sindicato.

Agropecuária Jubran S.A.

CNPJ/MF nº 45.165.594/0001-29 - NIRE 35.300.094.841

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da sociedade convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária,** que será realizada no dia **07 de maio de 2024,** às **09:30,** em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 8, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem acerca de ajuizamento de ação judicial de responsabilidade, em conformidade com artigo 159 da Lei das S.A., nos termos do Requerimento de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária da sociedade, enviado por acionistas minoritários, em 16 de abril de 2024.

São Paulo, 24 de abril de 2024

Atenciosamente,

Solange Rapp Jubran

Diretora Presidente

AGROPECUÁRIA SANTA MARIANA LTDA.

CNPJ Nº 51.717.981/0001-23

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os sócios da Agropecuária Santa Mariana Ltda, a reunirem-se em Assembleia de Sócios, a realizar-se no dia 07/05/2024, às 15:00 horas, no endereço situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811 - 5º andar – conjunto 518, Jardim Paulistano – São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação da avaliação dos imóveis urbanos, que se encontram no ativo da empresa e ou das pessoas físicas dos sócios. b) Outros assuntos de interesse geral. c) Posteriormente votada e aprovada esta Ata, será marcada nova Assembleia para tratar da sequência da Cisão Parcial da Sociedade. A matéria a ser discutida encontra-se à disposição dos sócios para análise no Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1811 – 5º andar, cjto. 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de todos os sócios com direito a voto e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, com qualquer quórum presente na reunião. SP, 23/04/2024. Sylla Burani Junior - Sócio Quotista (24, 25, 26)

Edital de Convocação - Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores de Propaganda e dos Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Estado de São Paulo - Pelo presente edital ficam convocados os **Trabalhadores em Empresas Representantes de Veículos de Comunicação do Estado de São Paulo**, associados ou não deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem na **Assembléia Geral Extraordinária**, que será realizada no auditório da Sede Social, na Rua Apeninos, 1025, Paraíso, nesta cidade, no dia 30 de abril de 2024, às 17:00 horas em primeira convocação e, caso não haja número legal, às 19:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, para deliberar sobra a seguinte ordem do dia: **a)** Autorização para a Diretoria celebrar Acordo Coletivo, a partir de **1º de Maio de 2024**, com fundamento no artigo 611 § 1º da CLT, para atender ao disposto no artigo 612, § único da CLT; **b)** Autorização para a Diretoria do Sindicato negociar, assinar o Acordo Coletivo e se necessário ingressar com Dissídio Coletivo no TRT -TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO; **c)** Autorizar o desconto de todos os empregados associados ou não de uma contribuição assistencial, com amplo direito a oposição, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal; Tendo em vista a inaptidão do sindicato patronal representante e na forma do diploma legal em seu artigo 611 §1º da CLT a realização de Acordo Coletivo de Trabalho, permite a entidade sindical a realização de acordo coletivo com uma ou mais empresas correspondentes. São Paulo, 23 de abril de 2024. **Moacir Antonio Maiochi - Vice Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 58/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 16/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 16/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 16/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 24 de Abril de 2024

Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 57/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AMPLIFICAÇÃO SONORA. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 15/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 15/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 15/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 24 de abril de 2024.

Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2024 - Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (hortifruti) da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Recebimento dos envelopes: até às 08h30 do dia 17/05/2024; Abertura às 09h do dia 17/05/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua 01, 275 – Centro, Ipeúna/SP, no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, em dias úteis ou na página: http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Site da Transparência – Lei de Acesso à Informação), telefone (19) 3576-9007 ou licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 24/04/2024. Diego Heron Pinheiro - Prefeito Municipal.

COMPANHIA PUBLICA MUNICIPAL PRO-HABITAÇÃO

CNPJ: 03.007.224/0001-13

Demonstrações Financeiras - Período de 01/01/2023 a 31/12/2023

Balanço Patrimonial

Ativo Circulante	2.022	2.023
Total Ativo	R$ 305.206,94	R$ 533.338,72
Bancos	R$ 151.596,96	R$ 438.491,34
Aplicação Financeira	R$ 151.188,91	R$ 94.847,38
Adiantamento Férias	R$ 2.421,07	R$ -
Não Circulante	R$ 3.363.099,25	R$ 3.171.245,99
Financiamentos / Prestamistas	R$ 3.363.099,25	R$ 3.171.245,99
Imobilizado	R$ 22.100,00	R$ -
Móveis, Utensílios e Instalações	R$ 74.559,27	R$ 74.559,27
Veículo	R$ 130.970,82	R$ 130.970,82
(-) Depreciação	-R$ 183.430,09	-R$ 205.530,09
Total do Ativo	R$ 3.690.406,19	R$ 3.704.584,71
Passivo Circulante	**2.022**	**2.023**
Total Passivo	R$ 576.386,21	R$ 643.347,08
Obrigações Trabalhistas	R$ 9.377,08	R$ 130.011,61
Obrigações Tributárias	R$ 112.986,96	R$ 120.685,47
Contas a pagar Aluguel Moradia Emergencial	R$ 454.022,17	R$ 392.650,00
Patrimônio Liquido	**2.022**	**2.023**
Capital	R$ 400.000,00	R$ 400.000,00
Reservas	R$ 658.222,38	R$ 658.222,38
Lucros acumulados	R$ 6.745.627,47	R$ 6.692.468,73
(-) Prejuízos acumulados	-R$ 4.680.652,64	-R$ 4.689.829,87
Lucros / Prejuízo do Exercício	-R$ 9.177,23	R$ 376,39
Total do patrimônio líquido	R$ 3.114.019,98	R$ 3.061.237,63
Total do Passivo + Patrimônio Liquido	R$ 3.690.406,19	R$ 3.704.584,71

Demonstrações de Mutação de Patrimonial Liquido

Histórico	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Prejuízos	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo Inicial	R$ 400.000,00	R$ 658.222,38		R$ 2.003.015,25	R$ 3.061.237,63
Lucro/Prejuízo Exercício de 2023.	R$ 400.000,00	R$ 658.222,38		R$ 2.003.015,25	R$ 3.061.237,63

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstrações do Resultado Exercício	2.022	2.023
Outras Receitas/ Prestamistas/Contratos	R$ 195.753,40	R$ 137.315,80
(-) Impostos sobre receitas	R$ 10.736,12	R$ 11.939,30
Receita liquida	R$ 185.017,28	R$ 125.376,50
Recebimentos Governamentais	R$ 4.411.405,60	R$ 5.177.270,35
Receita Total	R$ 4.596.422,88	R$ 5.302.646,85
Despesas		
(-) Despesas Administrativas	R$ 64.317,29	R$ 214.713,18
(-) Despesas Trabalhistas	R$ 1.688.449,46	R$ 3.390.718,29
(-) Despesas Aluguel Moradia Emergencial.	R$ 1.628.631,59	R$ 782.977,83
(-) Despesas Serviços de Terceiros	R$1.218.850,52	R$ 929.744,79
Total Despesas	R$ 4.600.248,86	R$ 5.318.154,09
Total Receitas (-) Despesas	-R$ 3.825,98	-R$ 15.507,24
Receita Financeiras		
Receitas financeiras	R$ 1.447,20	R$ 20.680,14
(-) Despesas financeiras	R$ 6.798,45	R$ 4.796,51
Total Receita Financeiras	-R$ 5.351,25	R$ 15.883,63
= Prejuízo do Exercício	-R$ 9.177,23	R$ 376,39

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa Originados de:	2.022	2.023
Atividades Operacionais		
Valores Pagos a fornecedores e a empregados	R$ 3.605.431,47	R$ -
Disponibilidades - No Inicio Do Período	R$ 303.117,65	R$ 305.206,94
Disponibilidades - No Final Do Período	R$ 305.206,94	R$ 533.338,72
Resultado do Período:	-R$ 5.418,80	R$ 376,39
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais:	-R$ 9.177,23	R$ 376,39

Demonstração do Valor Adicionado

Receitas	2.022	2.023
Outras Receitas / Prestamistas/Contratos.	R$ 460.471,01	R$ 137.315,80
Recebimentos Governamentais	R$ 4.167.120,21	R$ 5.177.270,35
Impostos sobre vendas e serviços	R$ 13.846,43	R$ 11.939,30
Valor Adicionado Bruto	R$ 4.613.744,79	R$ 5.302.646,85
Receita Financeira	-R$ 16.881,77	R$ 15.883,63
Valor Adicionado Total a Distribuir	R$ 4.596.863,02	R$ 5.318.530,48
Despesas	R$ 4.602.281,82	R$ 5.318.154,09
Lucros retidos / prejuízos do exercício	-R$ 5.418,80	R$ 376,39

Notas Explicativas

Contexto Operacional: A Companhia Publica Municipal Pro Habitação - Pro Habitação, foi constituída por ações de economia mista, em substituição a extinta e incorporação Empresa Publica Municipal, fundada em 10/08/1998, que tem por finalidade: promover, coordenar, gerenciar e executar a Politica Habitacional de interesse Social, através da ação direta do Município ou através de convênios, buscando recursos que lhe permitam solucionar de maneira adequada a situação das moradias que ocupam de forma inadequada áreas de preservação ambiental, áreas de risco e em assentamentos precários do Município de Embu das Artes, visando promover a inclusão social desta população, bem como a melhoria da qualidade de vida das mesmas. Em 18/09/2023 Companhia alterou sua sede para endereço para rua Franscisco Alves, 169, Vila Carmem, Embu das Artes - SP, CEP 06803-120. conforme A.G.E., datada de: 02/09/2023. **Caixa e equivalente de caixa:** O saldo é mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. **Aplicações financeiras:** Corresponde à conta poupança da Caixa Econômica Federal. Imobilizado: O seu valor contábil foi zerado no fim do exercicio, devido ao registro depreciação. **Obrigações com Pessoal e Encargos:** Obrigações e encargos a quitar dos empregados que representa as obrigações da empresa com seus funcionários, como salários, gratificações dentre outros, assim como os encargos incidentes sobre os mesmos, como INSS, FGTS, IRRF, etc. Respeitando o princípio da competência, estes valores devem ser contabilizados no próprio mês a que se referem, em forma de provisão, mesmo que sejam pagos posteriormente, reconhecendo, neste momento, um passivo a ser pago ou recolhido. **Impostos a pagar:** impostos e contribuições devidas a pagar sobre folha de empregados. As receitas oriundas de recebimento de prestamistas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%; Aluguel Sociais:" O Valor a quitar referente ao auxílio-moradia/aluguel social Emergencial, destinado a apoiar as despesas com moradia em caráter provisório, saldo levantado em 31/12/2023, teve saldo alterado e conforme nova política os contratos destinados para quitação do aluguel será mantido no exercicio somente durante 12 meses, as demais demonstrações mantem, a Companhia registrou em 31/12/2023 lucro de R$ 376,39. A demonstração do Fluxo de Caixa: O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a **Prohab - Companhia Publica Municipal Pro Habitação** optou foi o **Indireto**. Demonstrações do Resultado Líquido (PL) consolidado (última coluna). Assim, a transferência do prejuízo e alteração de critérios contábeis escriturados em ajuste de exercícios anteriores dos outros resultados abrangentes para o resultado do período mudam, efetivamente, o total do Patrimônio Líquido (PL) houve a mutação do Patrimônio Líquido (PL). Os ajustes exercícios anteriores: Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios. Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela **PROHAB** fato esse que reiteramos novamente nessa nota por se tratar de um fato relevante no tocante as demonstrações do ano anterior - A **Companhia Publica Municipal Pro Habitacão** no corrente ano foi utilizado o plano de contas PCASP (Plano de conta aplicado ao setor Público).

Embu das Artes, 31 de Dezembro de 2023

Leandro Ferreira de Jesus Presidente | CPF: 332.445.318.65 | **Moisés Donizeti da silva Cesar - Contador** | CT CRC: 190194/O1.CPF: 037.983.608-47

Presidente - "Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Contador - "Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

FEMESP - Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ref.: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)

O Presidente da Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo – FEMESP (CNPJ 05.154.076/0001-95), no uso de suas atribuições estatutárias, vem convocar suas entidades filiadas para comparecerem à assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 19 de junho de 2024 (quarta-feira), de forma presencial a realizar-se na Rua Barão do Triunfo, 1213, bairro Campo Belo, CEP 04602-005, na Capital do Estado de São Paulo e por meio eletrônico em ambiente virtual no link: https://meet.google.com/hzg-eknt-adg, a instalar-se em primeira convocação às 19h30 e, em segunda convocação às 20h00, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1 – Apresentação dos relatórios das atividades administrativas e financeiras;

2 – Deliberação de contas do exercício de 2023;

3 – Eleger o Presidente, o Vice Presidente, o Tesoureiro e o Secretário da FEMESP para a gestão de 2024 a 2026, e separadamente, os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Dando-lhes posse imediata.

Atenciosamente,

Rodrigo Takenaka

Presidente

Alterparts Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº nº 44.574.708/0001-21 - NIRE 35.300.600.673

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Senhores Acionistas da **Alterparts Empreendimentos e Participações S.A.** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, em sua sede social, à Alameda Madeira, 328, Sala 1605, 16º Pavimento, Condomínio Complexo Madeira, Centro Industrial e Empresarial Alphaville, Barueri, CEP 06454-010, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Dario Ferreira** - Diretor

Holdplan Participações S.A.

CNPJ/MF nº 43.197.277/0001-69 - NIRE 35.300.599.209

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Senhores Acionistas da **Holdplan Participações S.A.** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, em sua sede social, à Avenida dos Remédios, n° 101, Sala 1, CEP 06298-000, São Paulo, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Agnaldo Bauermann Schunck** - Diretor

MAC-DO Administração e Participações S.A.

CNPJ: 23.549.983/0001-15

Relatório da Administração:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da MAC-DO Administração e Participações S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras completas estão arquivadas na Sede da Companhia, à disposição dos senhores acionistas, e no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariodenoticias.com.br/index.php/pt/newspaper.

Fortaleza, 25 de abril de 2024.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

Ativo Circulante	2023	2022	Passivo Circulante	2023	2022
Caixa e equivalentes a caixa	3.496	1.181	Fornecedores	56	2
Aplicações financeiras		429	Tributos a recolher	28	55
Tributos a recuperar	1.267	541	Dividendos a pagar	65.970	60.125
Dividendos a receber	45.774	83.209	Outras contas a pagar	3.301	3.326
Outros créditos	94	84	**Total do passivo circulante**	69.355	63.508
Total do ativo circulante	50.631	85.444	**Não circulante**		
Não circulante			Imposto de renda e contrib social diferidos	1.431	1.668
Aplicações financeiras	1.615	1.717	**Total do passivo não circulante**	1.431	1.668
Partes relacionadas		19.881	**Patrimônio líquido**		
Tributos a recuperar	268	268	Capital social	199.043	199.043
Propriedades para Investimentos	4.356	5.054	Reserva de Reavaliação	1.158	1.158
Investimentos	794.920	569.054	Ajustes de avaliação patrimonial	27.980	28.058
Imobilizado	1	5	Reserva de lucros	552.824	387.988
Total do ativo não circulante	801.160	595.979	**Total do patrimônio líquido**	781.005	616.247
Total do ativo	851.791	681.423	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	851.791	681.423

Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

	2023	2022		2023	2022
Receitas (despesas) operacionais	-	-	**Resultado antes dos impostos**	266.291	207.111
Receitas de aluguéis, líquidas	-	-	**Imposto de renda e contribuição social**		
Despesas gerais e administrativas	(2.811)	(2.106)	Corrente	(2.648)	(624)
Honorários da administração	-	-	Diferido	237	(114)
Resultado de equivalência patrimonial	270.027	204.504		(2.411)	(738)
Depreciação e amortização	(5)	(5)	**Lucro líquido do exercício**	263.880	206.373
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(1.737)	(21)	**Lucro líquido por ação - R$**	36,48	28,53
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	265.474	202.372	Quantidade de ações em circulação no final do exercício:	7.232.570	7.232.570
Receitas financeiras	1.222	5.580	Ordinárias	2.922.028	2.922.028
Despesas financeiras	(405)	(841)	Preferenciais	4.310.542	4.310.542
Receita (despesas) financeiras líquidas	817	4.739			

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

	2023	2022		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Tributos a recolher	2.684	9
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social, líquido de operações descontinuadas	266.291	207.111	Partes relacionadas	-	-
Ajustes ao lucro líquido do exercício	-	-	Imposto de renda e contribuição Social pagos	(2.411)	(738)
Depreciação e amortização	5	5	Outras contas a pagar	19	(10)
Resultado da equivalência patrimonial	(270.027)	(204.504)	**Fluxo de caixa liquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais**	(1.785)	25.490
Ajustes a valor justo de propriedade para investimentos e dos instrumentos financeiros derivativos	697	(335)	**Fluxo de caixa de atividades de investimentos**		
Valor residual de bens do imobilizado e propriedade para investimentos baixados	-	13	Investimentos	-	-
Imposto de renda e contribuição Social Diferidos	(237)	114	Resgate de aplicações financeiras	-	1.077
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(662)	(5.146)	Aplicação de recursos em participações societárias	(126)	-
Ajustes a valor justo de propriedade para investimentos e dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	Adiantamento para aumento de capital	(183)	(130)
Ganho por aumento de Capital	(1)	(1)	Dividendos recebidos	75.106	449
Decréscimo (acréscimo) de ativos			Amortização de partes relacionadas	20.554	-
Acrescimo / decrescimo de clientes	-	-	**Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de investimentos**	95.351	1.396
Partes relacionadas	-	29.326	**Fluxo de caixa de atividades de financiamento**	-	
Impostos e contribuições sociais a compensar	1.857	(354)	Dividendos pagos	(91.680)	(28.921)
Tributos a recuperar	-	-	**Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de financiamentos**	(91.680)	(28.921)
Outros créditos	-	-	**Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa**	1.886	(2.035)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			**Caixa e equivalentes a caixa**		
Fornecedores	-	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.610	3.645
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.496	1.610
			Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.886	(2.035)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes: Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes: Obrigação de Benefícios Definidos - Pós Emprego	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	199.043	30.179	209.006	29.358	(9.516)	-	458.070
Realização da reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-	-	(141)	-	141	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	206.373	206.373
Ajuste Conversão Cambial Reflexo	-	-	-	-	(313)		(313)
Ajuste reflexo de mensuração de plano de benefício definido	-	-	-	-	1.303	-	1.303
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	9.629	-	-	-	(9.629)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(49.186)	(49.186)
Participação não controladores	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	147.699	-	-	(147.699)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	199.043	39.808	356.705	29.217	(8.526)	-	616.247
Realização da reserva de reavaliação e custo atribuído	-	-	78	(78)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(33.076)	-	-	-	(33.076)
Reversão de reserva de lucros em Controlada	-	-	(9)	-	-	-	(9)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-		263.880	263.880
Ajuste Conversão Cambial Reflexo	-	-	-	-	45	-	45
Ajuste reflexo de mensuração de plano de benefício definido	-	-	-	-	(112)	-	(112)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo Propostos	-	-	-	-	-	(65.970)	(65.970)
Retenção de lucros	-	-	197.910	-	-	(197.910)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	199.043	39.808	521.608	29.139	(8.593)	-	781.005

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A MAC-DO Administração e Participações S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado e tem por objeto a participação no capital de empresas; a administração de bens e valores; a compra e venda de imóveis, bem como a representação por conta própria ou de terceiros e consignações. **2. Base De Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido em legislação complementar. **3. Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **4. Mudanças das Práticas Contábeis em Relação ao Exercício Anterior:** As demonstrações financeiras atuais são consistentes com as do ano anterior, portanto não existiu nenhuma norma ou interpretação que resultasse em mudança de prática contábil. **5. Políticas Contábeis Críticas e as Discricionárias:** As práticas contábeis utilizadas são aquelas emanadas dos princípios, postulados e convenções contábeis e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **6. Eventos Subsequentes Relevantes:** Não ocorreram eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis entre a data das demonstrações contábeis e a data da autorização da emissão das demonstrações contábeis, e nem existem indícios desses acontecimentos.

Composição da Diretoria

Roberto Proença de Macedo - Diretor Presidente | **Amarilio Proença de Macedo** - Diretor | **Manuela Macêdo Rosa Ferreira** - Diretora

Contador

Raimundo Nonato da Costa - CRC - CE 5942/O-7

As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da Companhia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Transcorrido o prazo de recurso referido na alínea "c" do inciso I do artigo 165 da Lei 14.133/2021, sem a efetivação de qualquer ato, e de posse, dos documentos que compõem o processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 003/2024, PROCESSO N° 026/2024, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SOM, ILUMINAÇÃO CÊNICA, PAINEL DE LED, PALCO, TENDAS, SANITÁRIOS QUÍMICOS, E GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2024, composto composto inclusive de parecer jurídico, e da COMUL (Comissão Municipal de Licitações), da Prefeitura Municipal de Alvinlândia, contidas da Ata de Julgamento de 19/04/2024, HOMOLOGO todos os procedimentos realizados que classificaram as empresas: PUBLIX PROPAGANDA LTDA ME - CNPJ N.º 50.838.044/0001-63, que apresentou o menor preço para os itens: 07, 08, 09, 10, 11, com o valor total de R$ 170.149,93 {cento e setenta mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e três centavos}; VILSON DOS SANTOS DEMARCHI ME - CNPJ N.º 26.290.618/0001-27, que apresentou o menor preço para os itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, com o valor total de R$ 157.294,78 {cento e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos}; AUGUSTO & AUGUSTO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - CNPJ N.º 10.663.692/0001-01, que apresentou o menor preço para os item: 12, com o valor total R$ 23.040,00 {vinte e três mil e quarenta reais}. Nos termos da legislação em vigor, esse termo de HOMOLOGAÇÃO foi expedido em 25/04/2024. Proceda-se a seguir as providências complementares, como comunicado, publicações, empenhos e outras medidas necessárias para que surta os efeitos legais e de direito.

Alvinlândia - SP, 25 de abril de 2024

ABIGAIL CATELI DIAS

PREFEITA MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO

ALVINLANDIA, 25 de abril de 2024

Licitação: PROCESSO 026/2024

PREGÃO PRESENCIAL 003/2024

Aberta em 19/04/2024. Resumo do Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SOM, ILUMINAÇÃO CÊNICA, PAINEL DE LED, PALCO, TENDAS, SANITÁRIOS QUÍMICOS, E GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2024. Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal resolve ADJUDICAR ao proponente PUBLIX PROPAGANDA LTDA ME - CNPJ N.º 50.838.044/0001-63, parte do objeto da licitação, no valor de R$ 170.149,93 {cento e setenta mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e três centavos} conforme Relação em Anexo; ao proponente VILSON DOS SANTOS DEMARCHI ME - CNPJ N.º 26.290.618/0001-27, parte do objeto da licitação, no valor de R$ 157.294,78 {cento e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos} conforme Relação em Anexo; e ao proponente AUGUSTO & AUGUSTO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - CNPJ N.º 10.663.692/0001-01, parte do objeto da licitação, no valor de R$ 23.040,00 {vinte e três mil e quarenta reais} conforme Relação em Anexo

ABIGAIL CATELI DIAS

PREFFEITA MUNICIPAL

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

STELO S.A. - CNPJ/MF nº 14.625.224.0001-01

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No decorrer de 2023, como parte de nossa estratégia de expandir nossa atuação na cadeia de valor, investimos em nossa equipe, aumentando em cerca de 8% o nosso quadro de colaboradores em comparação com 2022. Isso nos permitiu oferecer aos nossos clientes serviços de valor agregado e segurança em suas operações comerciais. Ao mesmo tempo, buscamos garantir a solidez de nossos serviços, com foco na excelência operacional, o que resultou em aproximadamente 1,2 bilhão de transações em nossas plataformas. No último ano, conquistamos avanços significativos na comercialização de produtos de prazo, reformulamos nosso modelo comercial e fortalecemos o relacionamento próximo e pessoal com os clientes, o que nos possibilitou atender às suas necessidades e aumentar as transações desses produtos em 36,5% em relação a 2022. Para o próximo ano, planejamos manter ações que promovam uma parceria sólida e vantajosa com nossos clientes. Contudo, agradecemos a dedicação de nossa equipe, a confiança de nossos clientes e parceiros. **Destaques 2023:** • Receita líquida totalizou R$192,6 milhões, redução de 1,9% em relação a 2022, ou R$3,7 milhões; • Lucro líquido totalizou R$85,0 milhões, redução de R$ 16,5 milhões em relação a 2022. **Perfil e Estrutura Corporativa:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 24 de abril de 2024.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	210.477	153.998
Ativos financeiros		225.584	204.342
Contas a receber de partes relacionadas	8	212.186	195.937
Contas a receber		9.200	7.539
Outros valores a receber		4.198	866
Impostos antecipados e a recuperar	4d	27.938	36.316
Total do ativo circulante		**463.999**	**394.656**
Não circulante			
Ativos financeiros		16	16
Outros valores a receber		16	16
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4b	58.027	76.156
Depósitos judiciais	10b	12	475
Imobilizado	5	1.418	2.768
Bens de direito de uso	7	-	613
Intangível	6	5.815	2.635
Total do ativo não circulante		**65.288**	**82.663**
Total do ativo		**529.287**	**477.319**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Passivos financeiros		167.105	139.509
Fornecedores	11	2.502	1.035
Contas a pagar a estabelecimentos	9	139.467	126.609
Contas a pagar com partes relacionadas	8	25.136	11.548
Arrendamentos a pagar	7	-	317
Outras obrigações	11	16.294	13.302
Impostos e contribuições a pagar	4c	29.360	36.800
Total do passivo circulante		**212.759**	**189.611**
Não circulante			
Passivos financeiros		-	333
Arrendamentos a pagar	7	-	333
Outras obrigações	11	261	3.101
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10a	2.122	5.678
Total do passivo não circulante		**2.383**	**9.112**
Patrimônio líquido			
Capital social	12	247.258	247.258
Reservas de lucros	12	66.887	31.338
Total do patrimônio líquido		**314.145**	**278.596**
Total do passivo e patrimônio líquido		**529.287**	**477.319**

Demonstrações do Resultado

	Nota	31/12/23	31/12/22
Receita líquida	13	192.638	196.384
Custo dos serviços prestados	14	(56.628)	(56.546)
Lucro bruto		**136.010**	**139.838**
Receitas (despesas) operacionais			
Pessoal	14	(35.319)	(17.067)
Gerais e administrativas	14	(6.638)	(5.855)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	8.254	3.837
Lucro operacional		**102.307**	**120.753**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	28.401	33.089
Despesas financeiras	15	(1.206)	(962)
		27.195	**32.127**
Lucro operacional antes do IR e da CS		**129.502**	**152.880**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	4	(26.349)	(33.904)
Diferidos	4	(18.129)	(17.485)
Lucro líquido do exercício		**85.024**	**101.491**

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	**85.024**	**101.491**
Movimentações do exercício	-	-
Resultado abrangente total	**85.024**	**101.491**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros/(prejuízos) Acumuladas	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**627.198**	**58.950**	**-**	**-**	**(359.275)**	**326.873**
Redução do capital social	(140.000)	-	-	-	-	(140.000)
Absorção de prejuízos acumulados	(239.940)	(58.950)	-	-	298.890	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	101.491	101.491
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.768)	(9.768)
Reserva legal	-	-	2.056	-	(2.056)	-
Reserva de lucros	-	-	-	29.282	(29.282)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**247.258**	**-**	**2.056**	**29.282**	**-**	**278.596**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**247.258**	**-**	**2.056**	**29.282**	**-**	**278.596**
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	(29.282)	-	(29.282)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.024	85.024
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(20.193)	(20.193)
Reserva legal	-	-	4.250	-	(4.250)	-
Reserva de lucros	-	-	-	60.581	(60.581)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**247.258**	**-**	**6.306**	**60.581**	**-**	**314.145**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	31/12/23	31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		129.502	152.880
Ajustes para conciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	5, 6 e 7	2.107	2.456
Baixas e provisões para perdas de imobilizado, intangível e direito de uso	5, 6 e 7	916	149
Pagamentos de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10	(3.295)	1.043
Despesa financeira sobre arrendamento	7	20	38
Imposto de renda e contribuição social		(44.478)	(51.389)
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber com partes relacionadas		(16.249)	(59.614)
Contas a receber		(1.661)	(830)
Impostos antecipados e a recuperar		26.507	7.475
Outros valores a receber		(3.332)	178
Depósitos judiciais		463	-
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.467	(2.129)
Contas a pagar estabelecimentos		12.858	42.081
Impostos e contribuições a pagar		13.471	36.724
Dividendos a pagar		(10.426)	(9.768)
Contas a pagar com partes relacionadas		13.588	10.249
Arrendamentos a pagar		(414)	87
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis		(261)	(371)
Outras obrigações		152	(4.778)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		**120.935**	**124.481**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.911)	(25.869)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		**100.024**	**98.612**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de bens de direito de uso	5	-	(87)
Aquisições de intangível	6	(4.240)	(1.460)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades de investimento		**(4.240)**	**(1.547)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Redução de capital		-	(140.000)
Dividendos pagos	12c	(39.049)	-
Arrendamentos pagos	7	(256)	(341)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		**(39.305)**	**(140.341)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**56.479**	**(43.276)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	3	153.998	197.274
Saldo final	3	210.477	153.998
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**56.479**	**(43.276)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Stelo S.A. ("Companhia" ou "Stelo"), é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 03 de novembro de 2011 e tem como objetivo principal o fornecimento de soluções de pagamento para empresas de comércio eletrônico, como serviços de processamento de pagamentos (Gateway de pagamento), Conciliação, AntiFraude, Tokenização, Checkout, bem como relacionando-se com um ou mais credenciadores e habilitando estabelecimentos comerciais a aceitar instrumentos de pagamento, ampliando a rede de relacionamento dos arranjos de pagamento, sendo uma empresa de soluções de pagamentos do Grupo Cielo. A partir de setembro de 2020, a Companhia acrescentou ao seu objeto social a atividade de "comércio varejista especializado de equipamentos de ponto de venda e terminais multifunção para leitura de cartões de crédito, débito e similares", ao incorporar a BRASPAG - Tecnologia em pagamento Ltda. ("BRASPAG"). **2. Resumo das principais práticas contábeis - 2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As Demonstrações Contábeis foram apreciadas pela Administração e autorizadas para emissão em 24 de abril de 2024. **2.2 Base de elaboração:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Reconhecimento de receita:** As receitas de prestação de serviço são reconhecidas quando o serviço foi prestado para o cliente e a sua emissão da nota fiscal, transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de descontos incondicionais, cancelamentos e os impostos sobre os serviços. A receita de subcredenciamento é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes - a) Contas a receber operacionais:** Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, decorrentes do processamento de compras de produtos e/ou serviços via e-commerce. **b) Contas a pagar a clientes:** São relativas às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia, incluem os valores transacionados com utilização de cartões (débito/crédito) para compras de produtos e/ou serviços via e-commerce. **2.7 Imobilizado:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.8 Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por: **Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **Ativos intangíveis gerados internamente:** Os gastos atribuídos ao desenvolvimento de um ativo intangível em fase de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado. **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:** Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.9 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Impostos diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. **2.10 Benefícios a empregados - Previdência Complementar:** Refere-se a valores que a Companhia é contratante em um plano de previdência complementar com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. **2.11 Provisões para contingências:** Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **2.12 Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **2.13 Ativos e passivos financeiros - a. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) ao custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo. **2.14 Operações de arrendamento:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento**: Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia. **Prazo de arrendamento:** A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento:** Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada exercício durante o prazo do contrato. **2.15 Uso de estimativas:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre passivos contingentes e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas no mínimo semestralmente. **2.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Na data de autorização das Demonstrações Contábeis, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto. Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante. A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	2.571	7.343
Aplicações financeiras	207.906	146.655
Total	**210.477**	**153.998**

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. **4. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos - a. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes:** A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	129.502	152.880
Alíquota vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(44.031)	(51.979)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(447)	590
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(44.478)**	**(51.389)**
Correntes	**(26.349)**	**(33.904)**
Diferidos	**(18.129)**	**(17.485)**

b. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. **Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - ativo**

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	50.602	61.907
Provisão para despesas com fornecedores	6.703	13.484
Provisão para riscos tributários e cíveis	722	765
Total	**58.027**	**76.156**

Conforme melhor expectativa da Administração, a realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, no montante de R$ 58.027 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 76.156 em 31 de dezembro de 2022), ocorrerão ao longo dos próximos 6 anos, à medida que a Companhia gerar lucros tributáveis por meio da ampliação de suas atividades e da melhor rentabilização de seu negócio, conforme plano avaliado pela Administração. Abaixo, segue a expectativa de realização do crédito tributário por exercício:

	31/12/2023
2024	13.858
2025	7.808
2026	7.997
2027	8.241
2028	8.529
2029 a 2032	11.594
Total	**58.027**
Desconto a valor presente	**(6.360)**
Total líquido de Desconto a Valor Presente	**51.667**

c. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	26.976	34.789
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	673	570
Imposto Sobre Serviços - ISS	378	368
Programa de Integração Social - PIS	141	119
Outros tributos a recolher	1.192	954
Total	**29.360**	**36.800**

d. Impostos a compensar e a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	8.612	10.469
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social	18.570	25.355
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS	756	492
Total	**27.938**	**36.316**

5. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Custo (31/12/2023)	Depreciação acumulada (31/12/2023)	Líquido (31/12/2023)	Líquido (31/12/2022)
Equipamentos de processamento de dados	20	2.129	(1.652)	477	758
Instalações	10	2.913	(2.335)	578	1.524
Máquinas e equipamentos	10 - 20	935	(883)	52	104
Móveis e utensílios	10	835	(524)	311	382
Total		**6.812**	**(5.394)**	**1.418**	**2.768**

Segue a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2022	Baixas	Depreciações	31/12/2023
Equipamentos de processamento de dados	758	(9)	(272)	477
Instalações	1.524	(524)	(422)	578
Máquinas e equipamentos	104	-	(52)	52
Móveis e utensílios	382	-	(71)	311
Total	**2.768**	**(533)**	**(817)**	**1.418**

	31/12/2021	Baixas	Depreciações	31/12/2022
Total	**3.905**	**(149)**	**(988)**	**2.768**

6. Intangível

	Taxa anual de depreciação - %	Custo (31/12/2023)	Depreciação acumulada (31/12/2023)	Líquido (31/12/2023)	Líquido (31/12/2022)
Desenvolvimento de projetos (a)	20	13.249	(7.434)	5.815	2.635
Total		**13.249**	**(7.434)**	**5.815**	**2.635**

a) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita. As movimentações do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

	31/12/2022	Adições	Depreciações	31/12/2023
Desenvolvimento de projetos	2.635	4.240	(1.060)	5.815
Total	**2.635**	**4.240**	**(1.060)**	**5.815**

	31/12/2021	Adições	Depreciações	31/12/2022
Total	**2.337**	**1.460**	**(1.162)**	**2.635**

7. Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar: Segue a movimentação do ativo de bens de direito de uso, compostos por aluguéis de imóveis utilizados pelo período contratual, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**832**
Adições	87
Amortização	(306)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**613**
Amortização	(230)
Baixas	(383)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**-**

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**866**
Registro de contratos de arrendamento a pagar	94
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(7)
Pagamento de aluguel	(341)
Despesa financeira	38
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**650**
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(414)
Pagamento de aluguel	(256)
Despesa financeira	20
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**-**

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, todos os contratos de locação das filiais estão encerrados. **8. Transações com partes relacionadas:** A Companhia mantém operações com partes relacionadas, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar, dos quais acionistas Controladores Indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) e acionista Controlador Direto (Cielo S.A - Instituição de Pagamento), bem como serviços financeiros, despesas e receitas. Os principais saldos de ativos, passivos e resultados em 31 de dezembro 2023 e 2022, decorrentes de operações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Ativos		
Contas a receber com partes relacionadas		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	212.186	195.937
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixas e equivalentes Banco Bradesco - Controlador indireto	1.623	5.322
Caixas e equivalentes Banco do Brasil - Controlador indireto	839	1.899
Total	**214.648**	**203.158**
Passivos		
Contas a pagar com partes relacionadas		
Cielo S.A - Instituição de pagamento - Controlador direto	(25.136)	(11.548)
Total	**(25.136)**	**(11.548)**
Receita e Despesas		
Receita da prestação de serviço		
Receita da prestação de serviço Cielo - Controlador direto (a)	141.898	149.942
Despesas diversas		
Despesas diversas Cielo - Controlador direto	(3.172)	(713)
Despesas diversas Banco Bradesco - Controlador indireto	(2.931)	(2.346)
Despesas diversas Banco do Brasil - Controlador indireto	(115)	(59)
Despesas financeiras		
Despesas financeiras Banco Bradesco - Controlador indireto	(28)	(26)
Despesas financeiras Banco do Brasil - Controlador indireto	(401)	(469)
Total	**135.251**	**146.329**

a) Cielo S.A- Instituição de pagamento - Controlador direto - Refere-se à remuneração decorrente do serviço de intermediação, consultoria e processamento de dados. **9. Contas a pagar a estabelecimentos:** Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde a R$ 139.467 (R$ 126.609 em 31 de dezembro de 2022). Os valores são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **10. Riscos tributários, cíveis e trabalhistas - (a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como segue:

	31/12/2022	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamento	31/12/2023
Tributárias	5.238	390	(3.910)	161	-	1.879
Trabalhistas	95	-	(95)	-	-	-
Cíveis	345	274	(160)	45	(261)	243
Total	**5.678**	**664**	**(4.165)**	**206**	**(261)**	**2.122**

	31/12/2021	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamento	31/12/2022
Total	**5.006**	**1.115**	**(355)**	**283**	**(371)**	**5.678**

Processos tributários: Referem-se à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas prováveis em ações tributárias é de R$ 1.879 (R$ 5.238 em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia. **Processos cíveis:** Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R$ 243 (R$ 345 em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia. **Passivos contingentes classificados como perda possível:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações cíveis e tributárias envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos.

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	8.450	7.223
Cíveis	3.051	5.294
Total	**11.501**	**12.517**

(b) Depósitos judiciais: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 corresponde a R$ 12 (R$ 475 em 31 de dezembro de 2022).

11. Fornecedores e outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante:		
Fornecedores (a)	**2.502**	**1.035**
Outros passivos	**16.294**	**13.302**
Programa de participação nos resultados - PPR	7.153	3.899
Provisões sobre folha de pagamento	3.192	3.575
Provisão para despesas diversas	5.949	5.828
Total	**18.796**	**14.337**
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	261	3.101
Total	**261**	**3.101**

(a) O saldo é composto por valores a pagar aos fornecedores da Companhia, principalmente relacionados ao desenvolvimento, manutenção e suporte de redes, sistemas e processamentos. **12. Patrimônio líquido - a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 247.258 (R$ 247.258 em 31 de dezembro de 2022), representado por 735.426.778 (setecentos e trinta e cinco milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (735.426.778 em 31 de dezembro de 2022). **b. Reserva de lucros - legal:** Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com as regras contábeis brasileiras. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 6.306 (R$ 2.056 em 31 de dezembro de 2022). **c. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingencias, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos referente ao resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 39.049. O pagamento dos dividendos ocorreu em 26 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício no montante de R$ 20.193, que serão pagos após a realização da Assembleia Geral e até 31 de dezembro de 2024. **13. Receita líquida:** A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como pela receita proveniente do processamento das transações da plataforma de e-commerce e pelo desenvolvimento de projetos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	216.469	219.536
Impostos sobre a receita	(23.831)	(23.152)
Total	**192.638**	**196.384**

14. Gastos por natureza: O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com adquirência	(34.273)	(30.314)
Gastos com pessoal	(48.218)	(36.317)
Serviços profissionais	(21.297)	(17.054)
Depreciações e amortizações	(2.107)	(2.457)
Vendas e Marketing	(310)	(400)
Diversos, líquidos	15.874	10.911
Total	**(90.331)**	**(75.631)**
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(56.628)	(56.546)
Pessoal	(35.319)	(17.067)
Gerais e administrativas	(6.638)	(5.855)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.254	3.837
Total	**(90.331)**	**(75.631)**

15. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	21.378	28.607
Aquisição de recebíveis	8.248	6.043
Outras receitas financeiras	160	53
PIS e Cofins	(1.385)	(1.614)
Total	**28.401**	**33.089**
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(435)	(530)
Descontos concedidos	(11)	(117)
Atualização monetária de contingências	(206)	(283)
Outras despesas financeiras	(554)	(32)
Total	**(1.206)**	**(962)**
Resultado Financeiro	**27.195**	**32.127**

16. Benefícios a empregados

	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Previdência complementar (a)	141	80
Benefícios com empregados (b)	5.064	3.957
Total	**5.205**	**4.037**

(a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em custo dos serviços prestados. (b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida e de acidentes pessoais. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em custo dos serviços prestados. **17. Gestão de riscos:** O Grupo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB n° 198/2022. **(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos:** O Grupo Cielo ("Grupo") que contempla as controladas diretas e indiretas da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, da qual a Stelo S.A. faz parte, mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos. O Grupo mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. **(b) Risco de Crédito:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e aos custos de recuperação. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	210.477	153.998
Total		**210.477**	**153.998**

(c) Gestão de Risco Operacionais: A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável. **(d) Gestão de Risco de liquidez:** Refere-se à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía endividamento. **(e) Gestão de Risco de Mercado - Risco de taxa de juros em aplicações financeiras:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, assim como receitas e despesas que possam ser impactadas em decorrência de variação das taxas de juros, dos preços de ações e da variação cambial. De acordo com uma política de gestão global, como forma de diminuir eventuais riscos, a Companhia mantém relacionamento apenas com instituições financeiras de primeira linha, com a realização de aplicações financeiras tradicionais, não havendo nenhum ativo ou passivo financeiro indexado em moeda estrangeira ou operações com instrumentos derivativos. **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2023 10%	31/12/2023 25%	31/12/2023 50%	31/12/2022 10%	31/12/2022 25%	31/12/2022 50%
Resultado	2.138	5.344	10.689	2.861	7.152	14.304

18. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Bens e ativos	50.818
Ataque Cibernético	25.000

Relatório dos Auditores Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da - **Stelo S.A.** - Barueri - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis da Stelo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stelo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
CRC 1SP296875/O-4

Central Eólica Baixa do Feijão III S.A.

CNPJ/MF: 14.496.290/0001-10 - NIRE: 35.300.414.659

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 10:45 do dia 15 [quinze] de março de 2024, na sede da Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 5, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representado 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 364.312/23-3 em 13 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: ***6. Encerramento:*** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **5.2.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. *Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia* São Paulo, 15 de março de 2024. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 127.226/24-2 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

CNPJ/MF: 14.496.545/0001-45 - NIRE: 35.300.414.551

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 10:30 do dia 15 [quinze] de março de 2024, na sede da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representado 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 365.988/23-6 em 14 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: ***6. Encerramento:*** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **5.2.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. *Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia* São Paulo, 15 de março de 2024. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 127.654/24-0 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 58/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15.707/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS EM UMEES (UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE) PARA MUTIRÃO DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA (CASTRAÇÃO) E IDENTIFICAÇÃO ELETRÔNICA POR MEIO DE MICROCHIPAGEM DE CÃES E GATOS DE AMBOS OS SEXOS.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 15/05/2024 às 09:30 horas.

EDITAL: 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 68.817/2023
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES VÔ LUCATO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 11/06/2024 às 09:30 horas.

Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 24 de abril de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

ALIANÇA PAGAMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ nº 20.300.867/0001-70

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.060	5.737
Ativos financeiros		96	169
Contas a receber de partes relacionadas	5	54	157
Outros valores a receber		42	12
Total do ativo circulante		**6.156**	**5.906**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4	5	47
Bens de direito de uso	6	-	246
Total do ativo não circulante		**5**	**293**
Total do ativo		**6.161**	**6.199**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Passivos financeiros		71	448
Fornecedores		-	16
Arrendamentos a pagar	6	-	147
Outras obrigações	7	71	285
Impostos e contribuições a recolher	4	30	83
Total do passivo circulante		**101**	**531**
Não circulante			
Passivos financeiros		-	115
Arrendamentos a pagar	6	-	115
Total do passivo não circulante		**-**	**115**
Patrimônio líquido			
Capital social	8	5.383	5.383
Reserva de lucros		677	170
Total do patrimônio líquido		**6.060**	**5.553**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.161**	**6.199**

Demonstrações do Resultado

	Nota	31/12/23	31/12/22
Receita líquida	9	581	11.831
Custo dos serviços prestados	10	(93)	(3.730)
Lucro bruto		**488**	**8.101**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	10	(366)	(1.536)
Participações em controladas		-	47.465
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10	(64)	(5.240)
Lucro operacional		**58**	**48.790**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	688	244
Despesas financeiras	11	(13)	(206)
		675	38
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**733**	**48.828**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	4	(184)	(6.359)
Diferidos	4	(42)	5.833
Lucro líquido do período		**507**	**48.302**

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	507	48.302
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**507**	**48.302**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	499.789	-	(244.115)	255.674
Absorção de prejuízos contábeis	(195.983)		195.983	-
Redução de capital	(298.423)	-	-	(298.423)
Lucro líquido do exercício	-	-	48.302	48.302
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:				
Reserva de lucros	-	170	(170)	-
Saldos em 31/12/2022	**5.383**	**170**	**-**	**5.553**
Saldos em 31/12/2022	**5.383**	**170**	**-**	**5.553**
Lucro líquido do exercício	-	-	507	507
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:				
Reserva de lucros	-	507	(507)	-
Saldos em 31/12/2023	**5.383**	**677**	**-**	**6.060**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	31/12/23	31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e da CS		733	48.828
Ajustes para conciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		94	1.029
Equivalência patrimonial		-	(47.465)
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível		-	3.752
Baixa de contratos de arrendamento (direito de uso)	6	152	4.888
Despesa financeira sobre arrendamento	6	7	203
Imposto de renda e contribuição social		(170)	(526)
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas	5	103	1.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4b	16	353
Outros valores a receber		(30)	32
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(16)	(307)
Impostos e contribuições a pagar		28	(122)
Arrendamentos a pagar		(165)	(4.268)
Outras obrigações		(214)	208.933
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		**538**	**311.333**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(111)	(6.312)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		**427**	**305.021**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado de uso		-	(360)
Aquisições de bens de direito de uso		-	(978)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) nas atividades de investimento		**-**	**(1.338)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Arrendamentos pagos		(104)	(938)
Redução de capital social		-	(298.423)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		**(104)**	**(299.361)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**323**	**4.322**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	3	5.737	1.415
Saldo final	3	6.060	5.737
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**323**	**4.322**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Aliança Pagamentos e Participações Ltda ("Companhia" ou "Aliança") foi constituída no Brasil em 22 de maio de 2014 e tem como objetivo principal a prestação de serviços à Cielo S.A - Instituição de Pagamento, de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais, por meio de atendimento presencial em lojas físicas. **2. Resumo das principais práticas contábeis - 2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração e autorizadas para a emissão em 24 de abril de 2024. **2.2 Base de elaboração:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrado pelo valor justo. Caixa e equivalentes de caixa são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem o valor de mercado ou de realização. **2.6 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Impostos diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e as leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. **2.7 Provisões para contingências:** Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **2.8 Dividendos:** Os lucros apurados pela Companhia terão a destinação que lhes for atribuída pelos sócios, conforme estabelecido no contrato social. No caso da distribuição, será observada a proporção que cada sócio detiver no capital social. **2.9 Ativos e passivos financeiros - a. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo. **2.10 Operações de arrendamento:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento**: Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia. **Prazo de arrendamento:** A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento**: Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento do reconhecimento do contrato de arrendamento. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer da sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada exercício durante o prazo do contrato. **2.11 Uso de estimativas:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aquisição de cartão de crédito), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente. **2.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Na data de autorização das Demonstrações Contábeis, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto. Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante. A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	100	404
Aplicações financeiras	5.960	5.333
Total	**6.060**	**5.737**

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. **4. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos - a. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes** - A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	733	48.828
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(249)	(16.601)
Equivalência patrimonial	-	16.138
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	23	(63)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(226)**	**(526)**
Correntes	(184)	(6.359)
Diferidos	(42)	5.833

b. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. **Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - ativo**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para despesas com fornecedores	5	47
Total	**5**	**47**

Conforme melhor estimativa da Administração, o imposto de renda e contribuição social deferidos constituídos sobre provisão para despesas com fornecedores, no montante de R$ 5 (R$ 47 em 31 de dezembro de 2022), serão realizados em um prazo superior a 12 meses. O saldo líquido de ajuste a valor presente é de R$ 28. **c. Impostos e contribuições a recolher**

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6	13
Imposto Sobre Serviços - ISS	3	7
Programa de Integração Social - PIS	1	3
Outros tributos a recolher	20	60
Total	**30**	**83**

5. Transações com partes relacionadas: A Companhia mantém operações com partes relacionadas, tais como contas a receber e a pagar e outros direitos e obrigações. Os principais saldos de ativos, passivos e resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decorrentes de operações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Contas a receber com partes relacionadas		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	54	157
Caixas e equivalentes		
Banco Bradesco - Controlador indireto	94	304
Banco do Brasil - Controlador indireto	100	100
Total	**248**	**561**
Receita e Despesas		
Receita da prestação de serviço		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	678	13.767
Despesas diversas		
Banco Bradesco - Controlador indireto	-	(277)
Receitas financeiras		
Banco Bradesco - Controlador indireto	-	89
Despesas financeiras		
Banco Bradesco - Controlador indireto	(1)	(1)
Banco do Brasil - Controlador indireto	(2)	(3)
Total	**675**	**13.575**

6. Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar: A movimentação do ativo de bens de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**4.938**
Adições	978
Amortização	(782)
Baixas	(4.888)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**246**
Amortização	(94)
Baixas	(152)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**-**

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento mercantil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**5.265**
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.179
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(202)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(5.245)
Pagamento de aluguel	(938)
Despesa financeira	203
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**262**
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(165)
Pagamento de aluguel	(104)
Despesa financeira	7
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**-**

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, todos os contratos de locação das lojas físicas estão encerrados.**7. Outras obrigações**

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de participação nos resultados - PPR	-	192
Provisão para gastos operacionais	71	93
Total	**71**	**285**

8. Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 5.383 (R$ 5.383 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 5.383.000 (cinco milhões, trezentos e oitenta e três mil) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os sócios. **b. Dividendos:** Os lucros apurados pela Companhia terão a destinação que lhes for atribuída pelos sócios, conforme estabelecido no contrato social. No caso da distribuição, será observada a proporção que cada sócio detiver no capital social. **9. Receita líquida:** A receita é proveniente da prestação pela Companhia de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais através de seus pontos de atendimento que foram fechados entre 2022 e 2023, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	678	13.767
Impostos sobre a receita	(97)	(1.936)
Total	**581**	**11.831**

10. Gastos por natureza: O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal	-	(3.073)
Depreciações e amortizações	(94)	(1.029)
Serviços profissionais	(435)	(711)
Diversos, líquidos	6	(5.693)
Total	**(523)**	**(10.506)**
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(93)	(3.730)
Gerais e administrativas	(366)	(1.536)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(64)	(5.240)
Total	**(523)**	**(10.506)**

11. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	722	256
PIS e Cofins	(34)	(12)
Total	**688**	**244**
Despesas financeiras:		
Despesas financeiras de contratos de aluguel	(7)	(202)
Despesas bancárias	(3)	(4)
Outras despesas financeiras	(3)	-
Total	**(13)**	**(206)**
Resultado Financeiro	**675**	**38**

12. Gestão de riscos: O Grupo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB nº 198/2022. **(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos:** O Grupo Cielo ("Grupo") que contempla as controladas diretas e indiretas da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, da qual a Aliança Pagamentos e Participações Ltda. faz parte, mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos. O Grupo mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro de parâmetros aceitáveis para a natureza e níveis de operação. **(b) Risco de Crédito:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A Companhia possui diretos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras e parceiros comerciais registrados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.060	5.737
Total		**6.060**	**5.737**

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes: Os serviços prestados pela Aliança são cobrados de seus clientes mediante a emissão de nota fiscal e cobrança. Uma vez que seu único cliente é a Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, que é a sua controladora integral, não há risco de crédito para estas operações. **(c) Gestão de Riscos Operacionais:** A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outras. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável. **(d) Gestão de Risco de liquidez:** Refere-se à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía endividamento. **(e) Gestão de Risco de Mercado - Risco de taxa de juros em aplicações financeiras:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, assim como reflete as despesas que possam ser impactadas em decorrência de variação das taxas de juros, dos preços de ações e da variação cambial. De acordo com uma política de gestão global, como forma de diminuir eventuais riscos, a Companhia mantém relacionamento apenas com instituições financeiras de primeira linha, com a realização de aplicações financeiras tradicionais, não havendo nenhum ativo ou passivo financeiro indexado em moeda estrangeira ou operações com instrumentos derivativos. **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	72	180	361	26	64	128

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Aliança Pagamentos e Participações Ltda** - Barueri - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis da Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Pagamentos e Participações Ltda em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini CRC 1SP296875/O-4

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.

CNPJ/MF: 04.959.392/0001-71 - NIRE: 35.300.508.793

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 11:15 do dia 15 [quinze] de março de 2024, na sede da CENAEEL - Central Nacional de Energia Elétrica S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 2, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representado 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 373.378/23-3 em 18 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: ***6. Encerramento:*** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **5.2.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. *Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia* São Paulo, 15 de março de 2024. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 127.225/24-9 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FDC Participações Ltda.

CNPJ nº 19.429.651/0001-20 - NIRE 35.228.086.557

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIAS

1. Data, hora e local: No dia 18 de abril de 2024, às 10h00, na sede da **FDC Participações Ltda.** ("Sociedade"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes 584, Parte A, Vila Olímpia, CEP 04553-000. **2. Convocação e Presença**: Convocação dispensada nos termos do Artigo 1.072, parágrafo 2º do Código Civil, diante da presença da totalidade das sócias da Sociedade, a saber: **FDC NETHERLANDS COÖPERATIEF U.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, com endereço comercial em Schiphol Boulevard 231, 1118, BH Amsterdã Schiphol, Países Baixos, inscrita no CNPJ sob o nº 22.531.611/0001-07, representada por seu procurador, Sr. **Paulo Cesar de Azevedo Antunes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade "RG" nº 187594508 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 116.788.298-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com escritório também na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes 538, Parte A, Vila Olímpia, CEP 04553-000; e **FDC GLOBAL HOLDINGS B.V.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, com endereço comercial em Schiphol Boulevard 231, 1118, BH Amsterdã Schiphol, Países Baixos, inscrita no CNPJ sob o nº 22.531.612/0001-43, representada por seu procurador, Sr. **Paulo Cesar de Azevedo Antunes**, acima qualificado. **3. Mesa**: Composta pelo Sr. Paulo Cesar de Azevedo Antunes, como presidente, e pela Sra. Viviane de Camargo, como secretária. **4. Ordem do dia**: deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade no valor total de **R$32.500.000,00**, com o cancelamento de 32.500.000 quotas, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social. **5. Deliberação**: as sócias da Sociedade aprovam a redução do capital social, totalmente integralizado, de **R$76.567.123,00**, para **R$44.067.123,00**, com uma redução, portanto, de **R$32.500.000,00**, com o correspondente cancelamento de 32.500.000 quotas, passando o total de quotas representativas do capital social a ser **44.067.123** quotas. Ainda, conforme disposto no Artigo 1.084 do Código Civil, a redução do capital social será realizada restituindo-se às sócias o valor nominal das quotas que serão canceladas. **6. Encerramento e Aprovação da Ata**. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada pelo procurador das sócias da Sociedade e pelas demais pessoas presentes, para todos os efeitos legais. São Paulo, 18 de abril de 2024. Sócias: FDC Netherlands Coöperatief U.A. - p.p.: Paulo Cesar de Azevedo Antunes; FDC Global Holdings B.V. - p.p.: Paulo Cesar de Azevedo Antunes. Mesa: Paulo Cesar de Azevedo Antunes - Presidente da Mesa, Viviane de Camargo - Secretária da Mesa.

Consurb S/A Empreendimentos Imobiliários - CNPJ nº 55.323.455/0001-30

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/23 R$	31/12/22 R$
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa equivalente de caixa	**3.101.893,64**	**2.097.764,97**
Caixa e Bancos	70.618,66	214.077,74
Aplicações Financeiras	3.031.274,98	1.883.687,23
Clientes	1.360.128,63	1.446.420,91
Adiantamentos a funcionarios	4.500,00	7.568,68
Estoque (nota 3)	2.928.786,96	2.413.997,73
Outros valores a receber	2.953,97	1.164,27
Total do Ativo Circulante	**7.398.263,20**	**5.966.916,56**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Investimentos (nota 4)	10.987.897,75	10.951.217,96
Imobilizado (nota 5)	935.833,27	920.903,25
(-) Deprec./Amort. Acumulada (nota 5)	(888.330,73)	(877.799,97)
Total do Ativo Não Circulante	**11.035.400,29**	**10.994.321,24**
TOTAL ATIVO	**18.433.663,49**	**16.961.237,80**

PASSIVO	31/12/23 R$	31/12/22 R$
PASSIVO CIRCULANTE		
Empréstimos de pessoas ligadas	414.784,68	650.952,24
Fornecedores	34.468,63	86.283,75
Salários e Encargos Trabalhistas	188.264,67	210.328,16
Encargos Tributários	481.116,45	485.771,65
Dividendos a Pagar	437.278,98	546.864,09
Outras contas a pagar	3.909,26	69.250,59
Imposto Renda e Contribuição Social	15.771,44	24.638,69
Total do Circulante	**1.575.594,11**	**2.074.089,17**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Receitas diferidas (Nota 7)	474.488,53	536.305,68
Total do Passivo não Circulante	**474.488,53**	**536.305,68**
PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Capital Social (Nota 6)	7.000.000,00	7.000.000,00
Reserva Legal	1.400.000,00	1.283.955,82
Reservas de lucros a disposição da AGO	7.983.580,86	6.066.887,13
Total do Patrimônio Líquido	**16.383.580,85**	**14.350.842,95**
TOTAL PASSIVO	**18.433.663,49**	**16.961.237,80**

Demonstração do Resultado Exercícios

	31/12/23 R$	31/12/22 R$
Serviços Vendidos	255.011,12	183.563,02
Imóveis e participações Imobiliárias	1.514.194,78	1.701.775,67
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**1.769.205,90**	**1.885.338,69**
Impostos e Devoluções	(67.283,01)	(63.764,30)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**1.701.922,89**	**1.821.574,39**
Custo dos Serviços e Imóveis Vendidos	(33.020,30)	(7.449,67)
LUCRO BRUTO	**1.668.902,59**	**1.814.124,72**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(2.678.404,64)	(2.547.644,93)
Despesas Tributarias	(562.460,15)	(492.670,93)
Depreciação e Amortização	(10.530,76)	(8.685,50)
Financeiras Líquidas	280.478,04	(141.364,98)
Resultado nas participações societárias	3.778.667,16	2.741.177,36
RESULTADO OPERACIONAL	**2.476.652,24**	**1.364.935,74**
LUCRO ANTES DO IMP. RENDA	**2.476.652,24**	**1.364.935,74**
Provisão para I.Renda e C.S.L.L.	(144.166,54)	(99.708,19)
LUCRO LIQUIDO	**2.332.485,70**	**1.265.227,55**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/23	31/12/22
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.701.238,95**	**1.424.346,67**
Prejuízo/Lucro Liquido Contábil	2.332.485,70	1.265.227,55
AJUSTES		
Depreciação e Amortização	10.530,76	8.685,50
VARIAÇÕES NOS CIRCULANTES		
Aumento/Diminuição Nas Contas a Receber	86.292,28	183.399,71
Aumento/Diminuição Nos Estoques e nas Despesas	(513.510,25)	(962,12)
Aumento/Diminuição Nas Contas a Pagar e Provisões	(152.742,39)	145.999,72
Aumento/Diminuição Nas Contas Diferidas	(61.817,15)	(178.003,69)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(409.585,11)**	**(1.142.302,33)**
Empréstimos	0,00	(876.022,06)
Pagamento de Dividendos	(409.585,11)	(266.280,27)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(51.609,81)**	**(173.473,96)**
Aquisições de Imobilizado	(14.930,02)	(13.287,79)
Investimentos em Outras Empresas	(36.679,79)	(160.186,17)
RESULTADO DE FLUXO DE CAIXA	**1.240.044,03**	**108.570,38**
Equivalentes de caixa no inicio do exercicio	2.097.764,97	935.004,40
Equivalentes de caixa no final do exercicio	3.101.893,64	2.097.764,97

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mutações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos Em 30/12/21	**7.000.000,00**	**1.220.694,44**	**5.064.920,96**	**13.285.615,40**
Distribuição de Lucros	-	-	(200.000,00)	**(200.000,00)**
Lucro Líquido do Exercício	-	63.261,38	1.201.966,17	**1.265.227,55**
31/12/22	**7.000.000,00**	**1.283.955,82**	**6.066.887,13**	**14.350.842,95**
Distribuição de Lucros			(300.000,00)	**(300.000,00)**
Ajuste de exercício anterior			252,20	**252,20**
Lucro Líquido do Exercício		116.044,18	2.216.441,53	**2.332.485,70**
31/12/23	**7.000.000,00**	**1.400.000,00**	**7.983.580,86**	**16.383.580,85**

Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: A sociedade tem por objetivo social: a) Compra, Venda e Locação de imóveis; b) Loteamento, Desmembramento ou Desdobro de terrenos por conta própria e de terceiros; c) Incorporação imobiliária; d) Prestação de serviços técnicos e de administração a terceiros. **Nota 2 - Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei 11.638/2007 e a NBC TG 1.000. a) As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com as medições físicas de cada contrato, e baseado nos custos incorridos e apropriados até a data, pelo mesmo critério. b) As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando o tempo de vida útil econômica dos bens, de acordo com a legislação. c) A Provisão para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base nos livros fiscais apurados de acordo com a legislação em vigor. d) O histórico e as projeções do contas a receber indicaram ser desnecessária a constituição de Provisão para Devedores Duvidosos. **Nota 3 - Estoques**

	2023	2022
Imóveis para comercialização	498.351,72	517.662,34
Loteam/incorporação imobl. em andamento	2.430.435,24	1.896.335,39
	2.928.786,96	**2.413.997,73**

Os estoques estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos custos com benfeitorias, e compreendem os imóveis destinados a venda. **Nota 4 - Investimentos**

	2023	2022
a) Investimentos		
Incentivos Fiscais	R$ 13.073,58	R$ 13.073,58
Total	**R$ 13.073,58**	**R$ 13.073,58**
b) Sociedades em conta de participação		
SCP Reserva/Morada do Engenho	R$ 45.600,00	R$ 45.600,00
SCP Ribeirão Preto /Conquista	R$ 182.659,25	R$ 182.159,25
SCP Itapetininga	R$ 37.208,71	R$ 37.208,71
SCP São Carlos	R$ 3.806.268,55	R$ 2.752.078,31
SCP Montemor	R$ 275.168,52	R$ 247.940,00
SCP São Carlos - Salto 1	R$ 148.981,35	R$ -
SCP Reserva 2	R$ 9.563,18	R$ 7.877,03
SCP Itaguaré/Bertioga	R$ 49.353,03	R$ -
Equiv Patr SCP Bragança e Bragança Iv	R$ 176.063,28	R$ 167.801,18
Equiv P. Reserva/ Morada do Engenho	R$ 45.621,68	R$ 225.631,54
Equiv Patr SCP Itaguaré/Bertioga	R$ (19.619,82)	R$ -
Equiv Patr SCP Rib Preto/Conquista	R$ (71.159,23)	R$ (70.721,27)
Equiv Guarulhos/Itaquaquecetuba	R$ 477.816,27	R$ 711.164,94
Equiv Patr SCP Jard Imperador	R$ 66.170,88	R$ 66.057,94
Equiv Patr SCP Itapetininga	R$ (2.135,35)	R$ (2.135,35)
Equiv Patr SCP São Carlos	R$ 543.590,36	R$ 1.190.452,68
Equiv Patr SCP Ak 18 Empreend e Partip Ltda	R$ 1.896,67	R$ 1.916,48
Equiv Patr SCP Montemor	R$ (54,43)	R$ (748,68)
Equiv Patr SCP Reserva 2	R$ (8.449,66)	R$ (462,54)
Total	**R$ 5.764.543,24**	**R$ 5.561.820,22**

Estes investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, cujos efeitos estão reconhecidos com base nos balanços apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e referem-se a sociedades em conta de participação.

c) Outras Participações		
Campos de Atibaia Empreend Imobiliários	R$ 508.513,45	R$ 508.513,45
Equivalência Patrimonial	R$ 4.701.767,48	R$ 4.867.810,71
Total	**R$ 5.210.280,93**	**R$ 5.376.324,16**

Este investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujos efeitos estão reconhecidos com base nos balanços apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e refere-se a participação direta no capital social. **Nota 5 - Imobilizado**

Imobilizado	2023	2022	Deprec
Móveis e Utensilios	R$ 192.506,04	R$ 192.410,85	10,00%
Instalações	R$ 6.293,59	R$ 6.293,59	10,00%
Máquinas e Equipamentos	R$ 311.492,58	R$ 309.721,58	10,00%
Equipamentos Telefônicos	R$ 17.625,03	R$ 15.025,03	20,00%
Computadores Eletronicos	R$ 309.451,03	R$ 298.987,20	20,00%
Veiculos	R$ 98.465,00	R$ 98.465,00	20,00%
Total do custo	R$ 935.833,27	R$ 920.903,25	
(-) Depreciação Acumulada	R$ (888.330,73)	R$ (877.799,97)	
Total	**R$ 47.502,54**	**R$ 43.103,28**	

Nota 6 - Capital Social: O Capital Social de R$ 7.000.000,00 encontra-se totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 7.000.000 ações no valor de R$ 1,00. **Nota 7 - Receitas Diferidas:** Estão contabilizadas as receitas e custos não realizados, decorrentes da venda de imóveis. **Nota 8 - Seguros:** Os seguros contratados são suficientes para a cobertura de eventuais perdas. **Nota 9 - Contingências:** Não são conhecidas eventuais contingências que possam afetar o resultado.

DIRETORIA

Ceci Soares Krahenbuhl Piccina - Diretora Presidente

Lazaro Venancio da Silva - CRC TC 1 SP 195828/0-7

Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A.

CNPJ/MF: 14.496.317/0001-75 - NIRE: 35.300.414.675

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 11:00 do dia 15 [quinze] de março de 2024, na sede da Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 6, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representado 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 364.386/23-0 em 13 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: ***6. Encerramento:*** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **5.2.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. *Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia* São Paulo, 15 de março de 2024. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 127.227/24-6 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Eólica Jaú S.A.

CNPJ/MF: 17.227.909/0001-80 - NIRE: 35.300.444.264

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 11:45 do dia 15 [quinze] de março de 2024, na sede Central Eólica Jaú S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 7, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 372.227/23-5 em 14 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: ***6. Encerramento:*** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **5.2.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. *Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia* São Paulo, 15 de março de 2024. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 127.705/24-7 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

SERVINET SERVIÇOS LTDA. - CNPJ nº 01.416.845/0001-25

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	89.292	94.855
Ativos financeiros		89.591	65.532
Contas a receber de partes relacionadas	7	75.552	55.886
Outros valores a receber		14.039	9.646
Total do ativo circulante		**178.883**	**160.387**
Não circulante			
Ativos financeiros		1.267	-
Outros valores a receber		1.267	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4b	29.735	25.082
Depósitos judiciais	8b	5.822	3.505
Imobilizado	5	2.458	8.635
Investimentos		13	11
Bens de direito de uso	9	1.638	5.251
Intangível	6	400	400
Total do ativo não circulante		**41.333**	**42.884**
Total do ativo		**220.216**	**203.271**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/23	31/12/22
Circulante			
Passivos financeiros		92.865	87.265
Fornecedores		1.069	2.277
Arrendamentos a Pagar		828	2.074
Contas a pagar com partes relacionadas	7	3.911	2.019
Outras obrigações	10	87.057	80.895
Impostos e contribuições a pagar	4c	27.597	20.202
Total do passivo circulante		**120.462**	**107.467**
Não circulante			
Passivos financeiros		9.426	10.737
Arrendamento a pagar		1.016	3.718
Outras obrigações	10	8.410	7.019
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8a	20.311	13.548
Total do passivo não circulante		**29.737**	**24.285**
Patrimônio líquido			
Capital social	11a	11.010	11.010
Reserva de capital	11b	685	685
Reserva de lucros		59.852	61.628
Outros resultados abrangentes		(1.530)	(1.804)
Total do patrimônio líquido		**70.017**	**71.519**
Total do passivo e patrimônio líquido		**220.216**	**203.271**

Demonstrações do Resultado

	Nota	31/12/23	31/12/22
Receita líquida	12	605.595	490.834
Custo dos serviços prestados	13	(528.569)	(434.741)
Lucro bruto		**77.026**	**56.093**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(25.260)	(20.210)
Equivalência patrimonial	13	3	1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(13.004)	(5.176)
Lucro operacional		**38.765**	**30.708**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	6.052	5.298
Despesas financeiras	14	(2.958)	(2.321)
		3.094	**2.977**
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**41.859**	**33.685**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	4a	(18.196)	(14.248)
Diferidos	4a	4.794	3.806
Lucro líquido do exercício		**28.457**	**23.243**

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	**28.457**	**23.243**
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	**274**	**149**
Benefício pós-emprego	274	149
Resultado abrangente total	**28.731**	**23.392**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.010**	**685**	**-**	**38.385**	**-**	**(1.953)**	**48.127**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.243	-	23.243
Destinação sobre lucro líquido do exercício:							
Reservas de lucros	-	-	-	23.243	(23.243)	-	-
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	149	149
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.010**	**685**	**-**	**61.628**	**-**	**(1.804)**	**71.519**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.010**	**685**	**-**	**61.628**	**-**	**(1.804)**	**71.519**
Dividendos adicionais distribuidos	-	-	-	(30.233)	-	-	(30.233)
Reserva legal	-	-	2.202	(2.202)	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.457	-	28.457
Destinação sobre lucro líquido do exercício:							
Reservas de lucros	-	-	-	28.457	(28.457)	-	-
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	274	274
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.010**	**685**	**2.202**	**57.650**	**-**	**(1.530)**	**70.017**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	31/12/23	31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e da CS		41.859	33.685
Ajustes para conciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	5,6 e 9	3.670	4.337
Equivalência patrimonial		(3)	(1)
Baixas para perdas de imobilizado e direito de uso	9	6.429	2.606
Provisões de contingências	8	8.375	6.561
Despesa financeira sobre arrendamento	9	229	340
Imposto de renda e contribuição social		(13.402)	(10.442)
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de partes relacionadas		(19.666)	(11.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.653)	(3.729)
Outros ativos		(5.659)	(7.467)
Depósitos judiciais		(2.317)	(1.212)
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.208)	1.435
Contas a pagar com partes relacionadas		1.892	757
Impostos e contribuições a pagar		22.598	16.821
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	8	(1.612)	(3.887)
Arrendamentos a pagar		(1.967)	(278)
Outros passivos		7.827	18.017
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		**42.392**	**46.412**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.203)	(14.013)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		**27.189**	**32.399**
Aquisições de imobilizado de uso	5	-	(1.371)
Aquisições de bens de direito de uso	9	(309)	(1.179)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades de investimento		**(309)**	**(2.550)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos		(30.233)	-
Arrendamentos pagos	9	(2.210)	(2.492)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		**(32.443)**	**(2.492)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(5.563)**	**27.357**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	3	94.855	67.498
Saldo final	3	89.292	94.855
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(5.563)**	**27.357**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Servinet Serviços Ltda ("Companhia" ou "Servinet") foi constituída no Brasil em 16 de agosto de 1996 e tem como objetivo principal a prestação de serviços à Cielo S.A - Instituição de Pagamento de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e débito, por meio de visitas presenciais aos estabelecimentos, e o desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Companhia. **2. Resumo das principais práticas contábeis - 2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração e autorizadas para a emissão em 24 de abril de 2024. **2.2 Base de elaboração:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **2.6 Imobilizado:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.7 Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por: **Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **Ativos intangíveis gerados internamente:** Os gastos atribuídos ao desenvolvimento de um ativo intangível em fase de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado. **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:** Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.8 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos:** A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **Impostos diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos fiscais e os correspondentes valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. **2.9 Benefícios a empregados - Previdência Complementar:** Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência complementar com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. **Benefício Pós-emprego:** Representa valores que a Companhia possui com assistência médica decorrente de benefício pós-emprego, referente as expectativas de despesas com assistência médica. **2.10 Provisões para contingências:** Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **2.11 Dividendos:** Os lucros apurados pela Companhia terão a destinação que lhes for atribuída pelos sócios, conforme previsto no contrato social, ao término de cada exercício no qual os lucros tenham sido apurados. No caso de distribuição, será observada a proporção que cada sócio detiver no capital social. **2.12 Ativos e passivos financeiros - a. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo. **2.13 Operações de arrendamento:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato a valor presente e (ii) o respectivo ativo de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento**: Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia. **Prazo de arrendamento:** A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento:** Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada exercício durante o prazo do contrato. **2.14 Uso de estimativas:** A preparação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas no mínimo semestralmente. **2.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Na data de autorização das Demonstrações Contábeis, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto. Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante. A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	249	555
Aplicações financeiras	89.043	94.300
Total	**89.292**	**94.855**

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. **4. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos - a. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes:** A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	41.859	33.685
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(14.232)	(11.453)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	830	1.011
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(13.402)**	**(10.442)**
Correntes	**(18.196)**	**(14.248)**
Diferidos	**4.794**	**3.806**

b. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. **Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - ativo**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para despesas diversas	22.829	20.475
Provisão para riscos tributários e cíveis	6.906	4.607
Total	**29.735**	**25.082**

Conforme melhor estimativa da Administração, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos constituídos sobre provisão para despesas diversas, no montante de R$ 22.829 serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R$ 6.906 será realizada em um prazo superior a 12 meses e se refere aos créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos. Abaixo, segue a expectativa de crédito tributário por exercício: Abaixo, segue a expectativa de realização do crédito tributário por exercício:

	31/12/2023
2024	14.185
2025	3.682
2026	3.882
2027	1.080
2028 a 2032	6.906
Total	**29.735**
Desconto a valor presente	**(3.259)**
Total líquido de Desconto a Valor Presente	**26.476**

c. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	7.395	5.223
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.710	4.113
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.634	2.767
Programa de Integração Social - PIS	1.238	891
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	7.468	5.431
Outros tributos a recolher	2.152	1.777
Total	**27.597**	**20.202**

5. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - % (31/12/2023)	Custo (31/12/2023)	Depreciação acumulada (31/12/2023)	Líquido (31/12/2023)	Líquido (31/12/2022)
Equipamentos de processamento de dados	20	2.980	(2.974)	6	8
Máquinas e equipamentos	20	2.916	(2.916)	-	-
Instalações	10	6.533	(4.739)	1.794	7.797
Móveis e utensílios	10	2.669	(2.011)	658	830
Total		**15.098**	**(12.640)**	**2.458**	**8.635**

Segue a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2023
Equipamentos de processamento de dados	8	-	-	(2)	6
Instalações	7.797	-	(4.388)	(1.615)	1.794
Móveis e utensílios	830		-	(172)	658
Total	**8.635**	**-**	**(4.388)**	**(1.789)**	**2.458**

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2022
Total	**10.801**	**1.371**	**(1.312)**	**(2.225)**	**8.635**

6. Intangível

	Custo (31/12/2023)	Líquido (31/12/2023)	Líquido (31/12/2022)
Contratos de serviços (a)	400	400	400
Total	**400**	**400**	**400**

(a) Contratos de Serviços - Refere-se aos dispêndios incorridos para aquisição de ponto comercial, com vida útil indeterminada, não se sujeitando, portanto, à amortização mensal. A recuperação deste ativo ocorre quando da alienação do ponto comercial ou pela redução ao valor recuperável. Não houve movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **7. Transações com partes relacionadas:** A Companhia mantém operações com partes relacionadas, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar, dos quais acionistas Controladores Indiretos (Banco Bradesco e Banco do Brasil) e acionista Controlador Direto (Cielo S.A - Instituição de Pagamento), bem como serviços financeiros, despesas e receitas. Os principais saldos de ativos, passivos e resultados em 31 de dezembro 2023 e 2022, decorrentes de operações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Ativos		
Contas a receber com partes relacionadas		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	75.552	55.886
Caixas e equivalentes de caixa		
Banco Bradesco - Controlador indireto	253	450
Banco do Brasil - Controlador indireto	1.516	103
Total	**77.321**	**56.439**
Passivos		
Contas a pagar com partes relacionadas		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	(3.911)	(2.019)
Total	**(3.911)**	**(2.019)**

	2023	2022
Receita da prestação de serviço		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	705.892	572.104
Despesas diversas		
Cielo S.A - Instituição de Pagamento - Controlador direto	(1.892)	(730)
Banco Bradesco - Controlador indireto	(58.455)	(41.108)
Banco do Brasil - Controlador indireto	(818)	(690)
Receitas financeiras		
Banco Bradesco - Controlador indireto	35	485
Despesas financeiras		
Banco Bradesco - Controlador indireto	(34)	(36)
Banco do Brasil - Controlador indireto	(32)	(26)
Total	**644.696**	**529.999**

8. Riscos tributários, cíveis e trabalhistas - (a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como segue:

	31/12/2022	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31/12/2023
Tributárias	754	-	-	79	-	833
Trabalhistas	12.794	9.954	(3.698)	2.040	(1.612)	19.478
Total	**13.548**	**9.954**	**(3.698)**	**2.119**	**(1.612)**	**20.311**

	31/12/2021	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31/12/2022
Total	**10.874**	**6.512**	**(1.372)**	**1.421**	**(3.887)**	**13.548**

As adições correspondem substancialmente ao complemento das provisões para riscos trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **(b) Depósitos judiciais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários e trabalhistas, cujas movimentações estão assim demonstradas: **Processos tributários**: Referem-se à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas prováveis em ações tributárias é de R$ 833, e o saldo de depósito judicial é de R$ 668 (R$ 754 e R$ 668 em 2022, respectivamente). A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia. **Processos trabalhistas:** Referem-se às demandas trabalhistas que, em geral, decorrem do pedido de equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R$ 19.478, e o saldo de depósito judicial é de R$ 5.154 (R$ 12.794 e R$ 2.837 em 2022, respectivamente). **Processos possível:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	1.010	588
Trabalhistas	170.359	90.858
Cíveis	12	2.288
Total	**171.381**	**93.734**

9. Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar: A movimentação do ativo de bens de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**7.478**
Adições	1.179
Amortização	(2.112)
Baixas	(1.294)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**5.251**
Adições	309
Amortização	(1.881)
Baixas	(2.041)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**1.638**

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento mercantil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**8.222**
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.294
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(115)
Remensuração do saldo de arrendamento a pagar	(1.457)
Pagamento de aluguel	(2.492)
Despesa financeira	340
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**5.792**
Registro de contratos de arrendamento a pagar	341
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(32)
Baixa de contratos e arrendamentos a pagar	(2.276)
Pagamento de aluguel	(2.210)
Despesa financeira	229
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**1.844**

Nos quadros abaixo, apresentamos a abertura por prazo de vencimento dos saldos apresentados no passivo:

Ano de vencimento:	
2024	897
2025	897
2026	150
Total	**1.944**
Juros e Ajuste a Valor Presente	**(100)**
Passivo de Arrendamento	**1.844**

10. Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante:		
Programa de participação nos resultados - PPR	56.452	51.671
Provisões sobre folha de pagamento	28.241	23.438
Outros valores a pagar	2.364	5.786
Total	**87.057**	**80.895**
Passivo não circulante:		
Benefício Pós-emprego	3.529	3.553
Provisões sobre folha	4.881	3.466
Total	**8.410**	**7.019**
Total outros passivos	**95.467**	**87.914**

11. Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 11.010 (R$ 11.010 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 11.010.000 (onze milhões e dez mil) quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os sócios. **b. Reserva de capital:** A reserva de capital é representada por reservas de incentivos fiscais. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 685 (R$ 685 em 31 de dezembro de 2022). **c. Reserva de lucros - legal:** Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 2.202, atingindo o limite de constituição de 20% do capital social. **d. Dividendos:** Os lucros apurados pela Companhia terão a destinação que lhes for atribuída pelos sócios, conforme previsto no contrato social, ao término de cada exercício no qual os lucros tenham sido apurados. No caso da distribuição, será observada à proporção que cada sócio detiver no capital social. Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Reunião de Sócios a distribuição de dividendos referente ao resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 30.233. O pagamento dos dividendos ocorreu em 02 de junho de 2023. **12. Receita líquida:** A receita é proveniente da prestação de serviços à Cielo S.A - Instituição de Pagamento de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e débito, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	705.892	572.104
Impostos sobre a receita	(100.297)	(81.270)
Total	**605.595**	**490.834**

13. Gastos por natureza: O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal	(463.493)	(398.132)
Administrativo	(19.055)	(12.842)
Depreciações e amortizações	(3.670)	(4.337)
Serviços profissionais	(2.541)	(3.032)
Diversos, líquido	(78.071)	(41.783)
Total	**(566.830)**	**(460.126)**
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(528.569)	(434.741)
Gerais e administrativas	(25.260)	(20.210)
Participações em controladas	3	1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.004)	(5.176)
Total	**(566.830)**	**(460.126)**

14. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.287	5.549
Outras receitas financeiras	59	7
PIS e Cofins	(294)	(258)
Total	**6.052**	**5.298**
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(70)	(119)
Juros de mora e multas	(184)	(131)
Atualização monetária de contingências	(2.119)	(1.421)
Outras despesas financeiras	(585)	(650)
Total	**(2.958)**	**(2.321)**
Resultado Financeiro	**3.094**	**2.977**

15. Benefícios a empregados

	31/12/2023	31/12/2022
Previdência complementar (a)	2.112	1.928
Benefícios com empregados (b)	99.404	72.932
Total	**101.516**	**74.860**

(a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em custo dos serviços prestados. (b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida e de acidentes pessoais. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em custo dos serviços prestados. **Benefícios pós-emprego:** A Servinet possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 3.529 (R$ 3.553 em 31 de dezembro de 2022). As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 6,0% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 15,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No Patrimônio líquido o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R$1.530 (R$1.804 em 31 de dezembro de 2022). **16. Gestão de riscos:** O Grupo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB n° 198/2022. **(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos:** O Grupo Cielo ("Grupo") que contempla as controladas diretas e indiretas da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, da qual a Servinet Serviços Ltda. faz parte, mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos. O Grupo mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. **(b) Risco de Crédito:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e aos custos de recuperação. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras e parceiros comerciais registrados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	89.292	94.855
Total		**89.292**	**94.855**

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes: Os serviços prestados pela Servinet são cobrados de seus clientes mediante a emissão de nota fiscal e cobrança. Uma vez que seu único cliente é a Cielo S.A - Instituição de Pagamento, que é a sua controladora integral, não há risco de crédito para estas operações. **(c) Gestão de Riscos Operacionais:** A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável. **(d) Gestão de Risco de liquidez:** Refere-se à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía endividamento. **(e) Gestão de Risco de Mercado - Risco de taxa de juros em aplicações financeiras:** Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, assim como receitas e despesas que possam ser impactadas em decorrência de variação das taxas de juros, dos preços de ações e da variação cambial. De acordo com uma política de gestão global, como forma de diminuir eventuais riscos, a Companhia mantém relacionamento apenas com instituições financeiras de primeira linha, com a realização de aplicações financeiras tradicionais, não havendo nenhum ativo ou passivo financeiro indexado em moeda estrangeira ou operações com instrumentos derivativos. **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2023 10%	31/12/2023 25%	31/12/2023 50%	31/12/2022 10%	31/12/2022 25%	31/12/2022 50%
Resultado	629	1.572	3.144	555	1.387	2.775

17. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Bens e ativos	3.133

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Servinet Serviços Ltda** - Barueri - SP - **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis da Servinet Serviços Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Servinet Serviços Ltda em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 24/04/2024. **KPMG Auditores Independentes Ltda. -** CRC 2SP-027685/O-0 F SP. **Gustavo Mendes Bonini -** CRC 1SP296875/O-4.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO 01/2024 cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE JOGOS E COMPETIÇÕES DE DIVERSAS MODALIDADES. As Pessoas Jurídicas interessadas poderão inscrever-se por meio de entrega de seus envelopes, para o credenciamento, no Departamento de Compras e Licitações, rua 22, nº22- A, Jardim Teixeira, no período das 08:30 horas do dia 29/04/2024 até as 16:30 horas do dia 20/05/2024. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 26/04/2024. Orlândia, SP, 24 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 32/2024 cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM AULAS E TREINAMENTO NA MODALIDADE FUTSAL. O período de envio das propostas será a partir de 26/04/2024 até 14/05/2024 às 13:30h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 14/05/2024 às 14:00h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 26/04/2024. Orlândia, SP, 24 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 42/2024 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS. O período de envio das propostas será a partir de 26/04/2024 até 10/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 10/05/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 26/04/2024. Orlândia, SP, 24 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 44/2024 cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA GERAL DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA -SP. O período de envio das propostas será a partir de 26/04/2024 até 15/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 15/05/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 26/04/2024. Orlândia, SP, 24 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Rodrigo Colauto Taborda - Secretário Municipal de Infraestrutura
PREGÃO ELETRÔNICO nº 341/2023 PROCESSO n° 61.749/2023
UASG 986249 Nº COMPRA 341/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SEPULTAMENTO. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 24 de Abril de 2024

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90015/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº **PE-90015/2024 - DRS.XV**, do tipo **Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00188164/2024-77**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS**" **- Entrega Imediata**, para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº **PE-90015/2024-DRS.XV**, será no dia **03/05/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90022/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90022/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00148655/2023-85**, objetivando a compra de "**MEDICAMENTOS**" **- Entrega Imediata,** para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90022/2024-DRS.XV**, será no dia **13/05/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Jose Gustavo Celestino De Campos - Secretário Municipal de Educação
PREGÃO ELETRÔNICO nº 084/2024 PROCESSO n° 11.268/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 900842024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE VENTILADORES. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO nº 056/2024 PROCESSO n° 9.212/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 900562024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESTUDANTIS PLINIO PAGANINI. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 24 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Paulo Sérgio Alves - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços
PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2024 PROCESSO n° 5.522/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90006/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 24 de Abril de 2024

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Supremo intima deputada Carla Zambelli para responder à denúncia da PGR

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou, terça-feira (23), a intimação da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) e de Walter Delgatti para que apresentem resposta à denúncia feita pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. O prazo de resposta é de 15 dias, de acordo com a Lei 8.038/1990 e o Regimento Interno do STF.

No despacho, o ministro determinou, ainda, a retirada do sigilo dos autos (Petição 11626).

O caso se refere à invasão de sistemas informáticos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a adulteração de informações.

A PGR sustenta que Delgatti, sob o comando da parlamentar, invadiu dispositivos informáticos do CNJ, mediante violação indevida de mecanismos de segurança, "com o fim de adulterar dados, tudo no intuito de prejudicar a administração do judiciário, da justiça e da credibilidade das instituições e gerar, com isso, vantagens de ordem política para a denunciada".

Armas - A deputada Carla Zambelli já é ré no STF por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. Os fatos se referem a condutas da deputada na véspera do segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

Nunes Marques libera julgamento sobre políticos em estatais; análise será de 10 a 17/05

O ministro Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou o julgamento que discute as travas impostas pela Lei das Estatais à nomeação de políticos para cargos diretivos. Ele havia pedido vista em dezembro do ano passado.

O julgamento estava sendo realizado no plenário presencial, mas o ministro devolveu o processo para o plenário físico e já agendou uma data: de 10 a 17 de maio.

O dispositivo da lei que impede a nomeação de políticos está suspenso desde março de 2022 por decisão liminar do então ministro Ricardo Lewandowski, que era relator do processo, atendendo a pedido do PCdoB. A ação é de interesse do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que fez uma série de nomeações vedadas pela lei desde a sua suspensão. Até o momento, o placar está em 1 a 1. Há um voto do ministro André Mendonça favorável às travas da lei e um voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski, para flexibilizar as normas.

A Lei das Estatais foi aprovada em 2016, durante o governo Michel Temer (MDB) e proíbe a nomeação de representantes do órgão regulador do setor, ministros e secretários de Estados e municípios, dirigentes de partido político, parlamentares e titulares de cargos superiores na administração pública que não sejam servidores concursados.

STJ elege presidente e vice da Corte e corregedor do CNJ para mandato que vai até 2026

O Plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elegeu, por aclamação, terça-feira, 23, os ministros Herman Benjamin, para o cargo de presidente, e Luis Felipe Salomão, atual corregedor nacional de Justiça, como vice-presidente. Eles ocuparão os lugares dos ministros Maria Thereza de Assis Moura e Og Fernandes, respectivamente. Para substituir Salomão no cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi eleito o ministro Mauro Campbell Marques. O mandato em curso termina no fim de agosto, quando assumem os novos comandantes do tribunal que também ficam responsáveis pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). A escolha seguiu o critério de antiguidade na Corte. Benjamin, que já atuou como promotor no Ministério Público de São Paulo, passou a fazer parte do STJ em 2006, nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo ele, a expectativa é de muito trabalho para que o tribunal cumpra sua missão da melhor maneira possível.

(Foto: EBC)

A escolha seguiu o critério de antiguidade na Corte. Benjamin, que já atuou como promotor no Ministério Público de São Paulo, passou a fazer parte do STJ em 2006, nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo ele, a expectativa é de muito trabalho para que o tribunal cumpra sua missão da melhor maneira possível.

O magistrado compõe a Corte Especial, ao lado dos outros 14 ministros mais antigos do tribunal, e também a Primeira e a Segunda Turma, especializadas em direito público. Entre 2015 e 2017, ocupou uma cadeira no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e relatou a ação que pedia a cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer.

Já Salomão, atual corregedor no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), agradeceu a confiança dos demais ministros e afirmou que está disposto a fazer o melhor pela Corte. O magistrado, que presidiu a comissão de juristas responsável pelo projeto de reforma do Código Civil, será sucedido pelo ministro Mauro Campbell Marques, atual diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que passará a ser comandada pelo ministro Benedito Gonçalves. Antes de ser nomeado pelo presidente Lula, no entanto, Marques precisará passar por sabatina e votação no Senado. Ele ressaltou que a função é complexa, mas o trabalho bem feito dos ministros que o antecederam deixará a missão mais fácil.

Moraes manda PF aprofundar investigação sobre fraude em cartão de vacina de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou que a Polícia Federal (STF) aprofunde as investigações que ligam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a uma fraude no cartão de vacinação. O pedido do PGR, Paulo Gonet foi feito após análise do relatório em que a PF imputou ao ex-presidente e mais 16 investigados supostos crimes de associação criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informação.

Moraes quer que a PF esclareça se algum certificado de vacinação foi apresentado por Bolsonaro e pelos demais integrantes da comitiva presidencial quando entrou nos EUA e se havia, à época, norma que exigisse apresentação de certificado de vacina de todo estrangeiro, mesmo que fosse detentor de passaporte e visto diplomático.

Também determinou que a PF aprofunde as investigações sobre os indícios de falsidade dos registros de vacinação em nome dos familiares do deputado Gutemberg Reis de Oliveira (MDB-RJ) e para que seja relatado o resultado da quebra de sigilo do seu celular.

Por fim, Moraes quer que sejam anexados os laudos periciais dos demais aparelhos eletrônicos apreendidos, além daqueles do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, e sua esposa, Gabriela Cid.

PUBLICIDADE LEGAL

Vicar S.A. Comercial e Agropastoril - CNPJ/MF nº 61.529.236/0001-04

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - em Reais

Relatório da Diretoria: Srs Acionistas: De conformidade com as disposições legais e Estatutarias vimos submeter à apreciação as contas relativas ao exercício de 2023.

Balanços Patrimoniais Ativo	2023	2022
Circulante	**42.280.418,72**	**46.790.102,76**
Disponibilidades	32.806.626,08	35.868.088,44
Créditos a Receber	14.839,83	12.063,68
Estoques	9.458.952,81	10.909.950,64
Não Circulante	**6.654.965,71**	**4.767.884,73**
Depósitos Judiciais	12.665,14	0,00
Investimentos	25.490,95	25.490,95
Imobilizado Líquido	6.616.809,62	4.742.393,78
Total Geral do Ativo	**48.935.384,43**	**51.557.987,49**

Balanços Patrimoniais Passivo	2023	2022
Circulante	**10.763.269,80**	**12.836.742,91**
Contas a Pagar	10.763.269,80	12.836.742,91
Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Patrimônio Liquido	**38.172.114,63**	**38.721.244,58**
Capital Social	24.506.699,79	24.506.699,79
Reserva de Capital	6.270.776,00	6.270.776,00
Reserva Legal	4.579.236,46	4.490.876,48
Reserva de Lucro	2.815.402,38	3.452.892,31
Total Geral do Passivo	**48.935.384,43**	**51.557.987,49**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido

	Capital Realizado	Reserva Legal	Lucro Acumulado	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2.021	24.506.699,79	3.423.428,97	0,00	2.855.041,32	6.270.776,00	37.055.946,08
Aumento ou Redução de Capital:						
Lucro (Prejuízo) do Exercício			13.281.115,91			13.281.115,91
Lucro (Prejuízo) do Exerc.anterior			384.182,59			384.182,59
Reserva Legal		683.264,92	-683.264,92			0,00
Reserva se Lucro			-12.982.033,58	12.982.033,58		0,00
Dividendos				-12.000.000,00		-12.000.000,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2.022	24.506.699,79	4.106.693,89	0,00	3.837.074,90	6.270.776,00	38.721.244,58
Aumento ou Redução de Capital:						
Lucro (Prejuízo) do Exercício			9.450.870,05			9.450.870,05
Reserva Legal		472.542,57	-472.542,57			0,00
Reserva de Lucro			-8.978.327,48	8.978.327,48		0,00
Dividendos				-10.000.000,00		-10.000.000,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2.023	24.506.699,79	4.579.236,46	0,00	2.815.402,38	6.270.776,00	38.172.114,63

Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	9.450.870,05	13.281.115,91
Ajuste por: Depreciação	407.488,41	243.178,20
	9.858.358,46	**13.524.294,11**
Aumento nas contas a receber de cliente e outros	-15.441,29	1.374.456,13
Aumento/Diminuição nos estoques	1.450.997,83	-1.363.708,53
Aumento/Diminuição contas a pagar - fornecedores	-2.073.473,11	-72.096,24
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**9.220.441,89**	**13.462.945,47**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda/Compra de ativo imobilizado	-2.281.904,25	-155.027,12
Aplicações		0,00
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**-2.281.904,25**	**-155.027,12**
Fluxos de caixa das atividades financiamento		
Dividendos pagos	-10.000.000,00	-12.000.000,00
Caixa liquido usado nas atividades de financiamento	**-10.000.000,00**	**-12.000.000,00**
Aumento liquido de caixa e equivalente de caixa	**-3.061.462,36**	**1.307.918,35**
Caixa e equivalente de caixa no inicio do exercício	35.868.088,44	34.560.170,09
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**32.806.626,08**	**35.868.088,44**

Demonstração do Resultado

	2023	2022
1 - Receita de Vendas		
Bovinos e outros prod. Agrícolas	9.720.015,33	12.785.566,73
(-) Custo Gado Vendido	-6.280.859,37	-4.512.127,15
(-) Impostos Incidentes s/ Vendas	-210.410,36	-271.998,25
2 - Lucro Bruto	**3.228.745,60**	**8.001.441,33**
(-) Administrativas	-2.550.037,02	-2.629.298,51
(-) Tributarias	-937.113,92	-828.281,02
(+) Outras Receitas Operacionais	7.867.769,43	7.833.631,51
3 - Despesas Operacionais	**4.380.618,49**	**4.376.051,98**
4 - Lucro Operacional	**7.609.364,09**	**12.377.493,31**
(+) Outras Receitas Não Operacionais	3.389.914,56	2.241.884,77
5 - Receitas Não Operacionais	**3.389.914,56**	**2.241.884,77**
(-) Resultado Particips Outras Empresas	0,00	0,00
6 - Despesas Não Operacionais	**0,00**	**0,00**
7 – Lucro Antes do IRPJ e CS	**10.999.278,65**	**14.619.378,08**
(-) CS Sobre o Lucro	-463.828,25	-415.484,35
(-) IR Pessoa Jurídica	-1.084.580,35	-922.777,82
8 - Resultado do Exercício Lucro /(Prejuizo)	**9.450.870,05**	**13.281.115,91**

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

	2023	2022
Receitas	**17.591.094,70**	**20.730.268,75**
Vendas de Mercadorias e Produtos e outras	17.591.094,70	20.730.268,75
Insumos Adquiridos de Terceiros	**5.241.618,19**	**3.951.478,30**
Custo de Mercadorias Vendidas	4.568.562,45	3.049.940,66
Materias, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	673.055,74	901.537,64
Valor Adicionado Bruto	**12.349.476,51**	**16.778.790,45**
Retenções	**407.488,41**	**243.178,20**
Depreciação	407.488,41	243.178,20
Valor Adicionado Liquido pela Entidade	**11.941.988,10**	**16.535.612,25**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**3.394.483,49**	**2.138.541,28**
Receitas Financeiras	3.394.483,49	2.138.541,28
Valor Adicionado Total a Distribuir	**15.336.471,59**	**18.674.153,53**
Distribuição do Valor Adicionado	**5.885.601,54**	**5.393.037,62**
Pessoal e Encargos	3.391.400,15	3.218.630,90
Impostos Taxas e Contribuições	2.486.322,52	2.166.679,70
Juros e Alugueis	7.878,87	7.727,02
Lucro do Exercicio	**9.450.870,05**	**13.281.115,91**

A Diretoria — **Wagner Luiz de Oliveira Tao** - CRC 1SP 196890/O-8

As demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas na íntegra encontram-se disponíveis na sede social.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que se encontram abertas nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionadas:

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 90009/2024

Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de honrarias e medalhas

Tipo: Menor preço

Início da Sessão Pública: dia 10/05/2024, às 09h

Plataforma ComprasNET: https://www.gov.br/compras/pt-br

Informações e Edital completo à disposição no Setor de Compras e Contratos da Câmara Municipal de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h às 11h e das 12h às 17h, telefones: (19) 3403-6561 e (19) 3403-6529 ou através do site: www.camarapiracicaba.sp.gov.br.

Piracicaba, 24 de abril de 2024
Ana Lucia Gomes Fernandes
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO 007/2024 (PMP 090/2024)
Para "Implantação do sistema informatizado de auditoria e fiscalização das instituições financeiras bem como a locação de sistema informatizado" com recebimento das propostas até dia 10/05/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS 046/2024 (PMP 4277/2024)
Para "Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de monitoria para eventos da Semelp (educação física /aquática / monitoria e animação) e empresa especializada na prestação de serviços de controlador de pessoas e apoio operacional em eventos, com turno de 08 horas, com fornecimento de mão de obra, pelo período de 12 meses" com recebimento das propostas até dia 13/05/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO 052/2024 (PMP 5731/2024)
Para "Contratação de empresa especializada em manipulação, preparação e fornecimento de alimentação em sistema self service para atender ao 26º Jogos da Melhor Idade que ocorrerá na cidade de Pindamonhangaba" com recebimento das propostas até dia 10/05/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS 058/2024 (PMP 5602/2024)
Para "Aquisição de fita com área reagente para verificação quantitativa de glicemia capilar" com recebimento das propostas até dia 20/05/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS 059/2024 (PMP 5609/2024)
Para "Aquisição de móveis hospitalares para suprir as necessidades das unidades de saúde do município, por um período de 12 meses" com recebimento das propostas até dia 21/05/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

1º EDITAL DE RETIFICAÇÃO/NOVA DATA

Pregão Eletrônico Nº 23/2024

Objeto: Aquisição de equipamentos para implantação de cursos de panificação e confeitaria. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 09/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 09/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 09/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 24 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 56/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais descartáveis. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 14/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 14/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 14/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 24 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/24 – Secretaria de Obras – CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADAS NA PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, NO ÂMBITO DE PROGRAMAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, A SEREM IMPLEMENTADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA/SP. O recebimento dos envelopes fechados solicitados serão de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 002/2024 – Secretaria de Obras - e se dará impreterivelmente até 10h00min do dia **28 de maio de 2024**, na Sala de Licitação, sito à Av. Adherbal da Costa Moreira, nº 255, Centro, Campo Limpo Paulista/SP. Nesta mesma data, às 10h00min, serão abertos em ato público. O Edital estará disponível na íntegra a partir do dia **29 de abril de 2024**, sem custos, os interessados deverão acessar o site www.campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda retirá-lo na Diretoria de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 11 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, com custo de R$ 20,00 (vinte reais), de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos. Publique-se

Augusto Pereira Filho
Secretário de Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

REABERTURA nos Termos da Lei 8.666/93 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 131/23 – Objeto Registro de preços para eventual aquisição de material de sinalização de trânsito para interdição/desvio, destinados à Diretoria de Trânsito e Transportes, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.** Despacho do Secretário Municipal de Gestão Pública, informando o provimento à impugnação apresentada tempestivamente pela empresa WORLD CENTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA, em 19/04/2024, alterando desta forma o edital e anexos. Informando ainda a reabertura de prazos para a sessão do pregão epigrafado**: CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro das propostas Iniciais**: 09 horas do dia 25/04/24 até às 09 horas do dia 10/05/24**. Abertura de Propostas Iniciais: **10/05/24 às 09:05 horas**. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.campolimpopaulista.sp.gov.br ou www.novobbmnet.com.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8376/4039-8326, pelo e-mail: pregão@campolimpopaulista.sp.gov.br ou diretamente na Diretoria de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

FAUSTO LUIS ALVES
Secretário Municipal de Gestão Pública

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

MEDICINA & SAÚDE

Check-up anual ajuda no diagnóstico precoce de doenças graves, alerta especialista

___ Claudia E. F. Bis Furlan, coordenadora do curso de Enfermagem da Faculdade Anhanguera, orienta a importância do acompanhamento médico regular

(Foto: Freepik)

Embora seja essencial para identificar doenças precocemente, o hábito do "check-up anual" ainda não está enraizado na cultura brasileira. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a julho de 2021, cerca de 70,6 milhões de brasileiros não se submetem ao "check-up" anualmente, uma prática que envolve uma série de testes e exames para avaliar a saúde e detectar possíveis problemas de forma antecipada.

Claudia E. F. Bis Furlan, coordenadora do curso de Enfermagem da Faculdade Anhanguera de Ribeirão Preto, ressalta que a prática de consultas médicas regulares é fundamental para detectar doenças em estágios iniciais, o que aumenta as possibilidades de tratamentos menos complexos.

Independentemente de idade, sexo ou condições físicas, é necessário reservar um tempo para atualizar os exames. "O 'check-up' é essencial para qualquer pessoa. Muito mais do que viver, as pessoas querem viver bem e com saúde. Os exames de rotina que prescrevemos são exatamente para entender e avaliar cada paciente, seus fatores de risco, histórico familiar e como podemos seguir cada acompanhamento clínico", explica Claudia.

Portanto, fazer uma avaliação médica detalhada é uma das etapas que contribuem para atestar que a saúde esteja em dia e o momento oportuno para tomar providências em caso de descoberta de enfermidades. A prevenção de doenças e a descoberta delas em estados precoces, garantem melhor qualidade de vida.

Especialistas orientam que o ideal é ir às consultas uma vez por ano, mas essa média pode variar a depender das condições clínicas de cada paciente. Caso a pessoa apresente alguma patologia como hipertensão, diabetes, taxas elevadas do colesterol, entre outros, esse período pode ser mais curto.

Furlan alerta para o benefício da realização regular de exames na prevenção de várias doenças, o que resulta em uma abordagem mais precisa por parte dos médicos. "Em muitas situações, identificar rapidamente uma anomalia pode significar uma cura eficaz ou um tratamento mais ágil."

No caso das mulheres, o acompanhamento ginecológico não pode ser negligenciado. Isso porque podem ser acometidas por infecções identificadas em avaliações específicas.

"A medicina sempre tem as suas especificidades. No caso das mulheres, o especialista, além dos tipos mais gerais de exames, precisa também fazer um monitoramento do aparelho reprodutivo. Só desta forma conseguimos constatar com brevidade os casos de miomas, tumores, alterações intestinais e câncer de mama, por exemplo", orienta a professora.

Os homens também devem realizar procedimentos peculiares. "Principalmente a partir dos 40 anos, os homens, que culturalmente vão ao consultório com menos frequência, precisam realizar dois testes: o toque retal, feito pelo urologista e a dosagem de PSA, um exame de sangue que pode apontar alguma alteração na próstata", conclui Claudia.

Abaixo, a coordenadora cita os tipos mais comuns de exames prescritos durante uma consulta de rotina:

Exames laboratoriais com amostras de sangue, fezes e urina;
Avaliação psicológica;
Monitoramento de vacinas
Exames cardiológicos;
Exames respiratórios;
Exames oftalmológicos;
Exames de imagem para áreas diversas;
Exames de mama e colo de útero;
Exames urológicos.

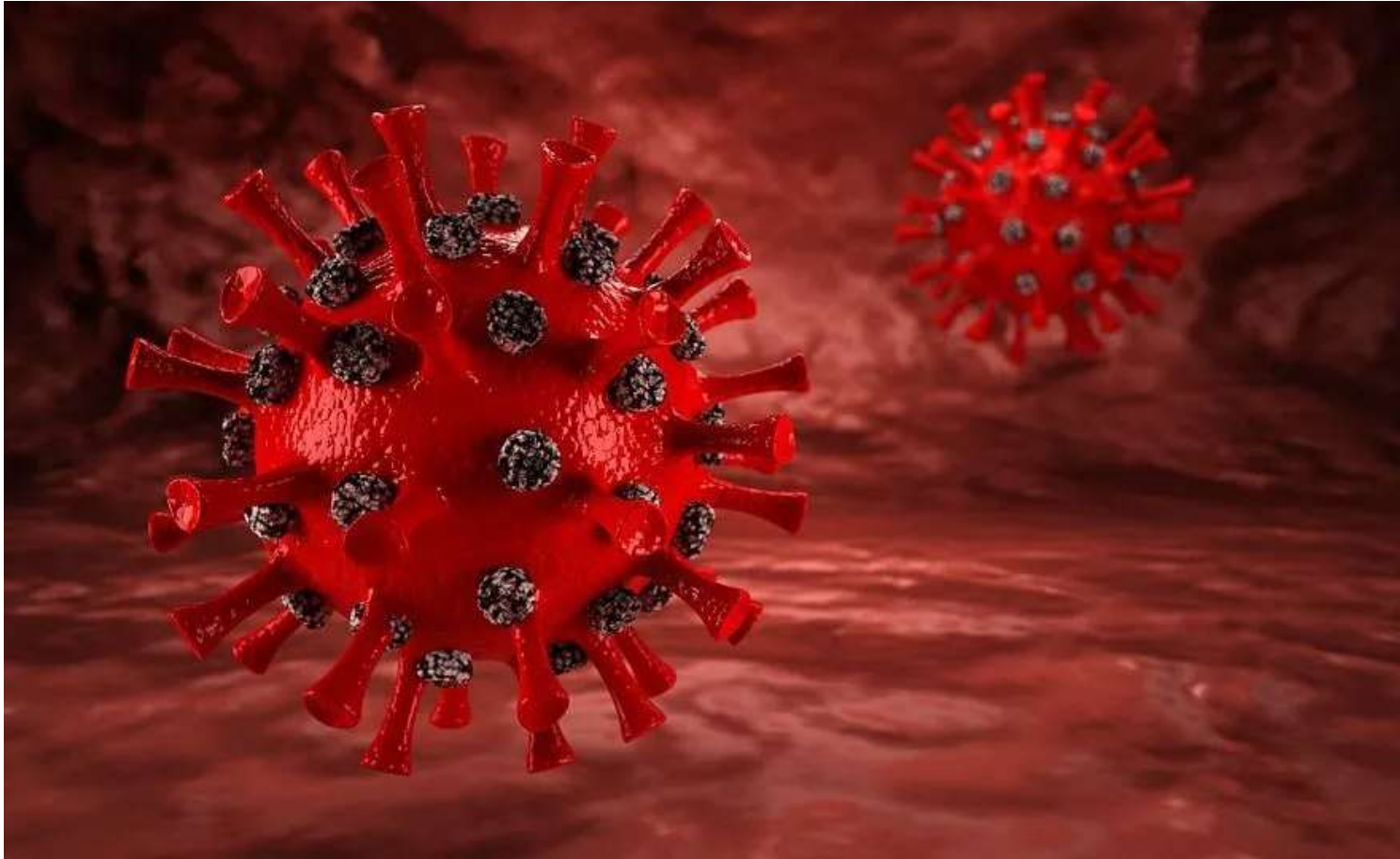
Covid-19, dengue e Influenza: conheça os impactos das infecções em pessoas com doenças cardíacas e câncer

___ Evidências apontam alto índice de internações devido à piora clínica causada pelo vírus; dependendo do caso, pode ocorrer a suspensão de tratamento e até levar a óbito

(Foto: Medi2Go/Pixabay)

Com a explosão das infecções atuais, muito se discute sobre os impactos que essas doenças causam em nosso organismo. A Covid-19, a gripe H1N1 e a dengue são doenças que, cada uma na sua intensidade e modo, trazem grandes desafios e preocupações para a saúde nacional. Com semelhanças, por exemplo, na estrutura viral e diferenças, como na transmissão e letalidade, as três têm um fator em comum: são causadoras de impactos que devem ser estudados para melhorar a qualidade da saúde da população.

As infecções respiratórias são grandes portas de entrada para complicações de outras doenças. Ultimamente, muitos estudos demonstram as sequelas causadas pela Covid-19 nos pulmões, cérebro e coração, mas outras doenças como dengue, Influenza e até mesmo a gripe podem impactar em pacientes oncológicos e cardíacos.

De acordo com o Dr. Fernando Assakawa, cardiologista do Hcor, é possível observar um aumento no índice de internações devido a problemas como infarto agudo do miocárdio, miocardite e tromboembolismo. "O coração é o órgão responsável por bombear o sangue para todo o corpo. Quando o vírus está dentro do organismo, ele pode causar vários danos e inflamação em diversos órgãos. Um deles é o coração, sendo a inflamação do músculo cardíaco uma das possíveis complicações que podem reduzir ou até mesmo dificultar o bombeamento do sangue adequado aos órgãos necessários", explica o especialista.

Outras complicações que podem ocorrer são os acidentes vasculares cerebrais (AVCs) e insuficiência cardíaca, principalmente em pacientes portadores de alguma cardiopatia. "Em casos como esses, o coração do paciente tem maior dificuldade em bombear o sangue. Quando o indivíduo é acometido por alguma infecção viral, respiratória ou por uma arbovirose, como a dengue, ocorre um aumento da demanda ao coração, seja pela febre ou desidratação que pode acarretar em alguma arritmia ou descompensação cardíaca. É importante ficar atento, pois o coração pode apresentar dificuldade de adaptação neste cenário e provocar um evento de maior gravidade", alerta Dr. Fernando.

Em paralelo, a dengue, assim como qualquer outra infecção, atrapalha o tratamento oncológico porque pode atrasar, adiar ou interromper temporariamente a quimioterapia e/ou a radioterapia. Além disso, os pacientes com câncer têm mais chances de apresentar dengue grave. Esse risco é maior nos pacientes com câncer acima de 60 anos, que também apresentam comorbidades, como diabetes, hipertensão arterial, cardiopatia, doença renal ou pulmonar crônica, por exemplo.

Por isso, pacientes que estão em tratamento oncológico devem redobrar os cuidados. Geralmente, indivíduos que passam pelo processo de quimioterapia têm o sistema imunológico mais fragilizado, tornando-os mais suscetíveis a contrair infecções respiratórias. "Com o diagnóstico preciso de dengue, gripe ou influenza, a pessoa deve contatar seu médico de rotina o mais breve possível para que a melhor conduta seja aplicada, a fim de evitar uma complicação na própria patologia oncológica", afirma Dr. Henrique Alkalay, oncologista clínico do Hcor.

O médico reforça, ainda, que cânceres hematológicos (como as leucemias e os linfomas) e os tumores de fígado podem chamar ainda mais a atenção por já possuírem características comuns de distúrbio de plaquetas ou anemia. "A dengue, influenza e gripe são capazes de causar lesões que impedem uma coagulação precisa do sangue, fazendo com que o paciente possua sangramentos e uma recuperação ainda mais difícil".

Os especialistas ressaltam que a melhor forma de evitar contrair qualquer um dos vírus é manter o calendário vacinal completo. "Em casos de pacientes que estejam em tratamento imunoterápico, é necessário avaliar cada separadamente", aponta Dr. Henrique. Para evitar o contágio pela dengue, os cuidados são os mesmos: não deixar água acumulada e usar repelente.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEDICINA & SAÚDE

Manchas na visão podem indicar doenças graves – Saiba como identificar

Especialista do Hospital CEMA explica quais enfermidades têm como sintoma o aparecimento de manchas no campo visual e alerta que algumas delas podem provocar até cegueira

Deveria ser mais comum, mas o fato é que são poucas as pessoas que procuram um oftalmologista para fazer um check-up ocular. No entanto, problemas de visão são recorrentes e alguns podem ser graves. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 285 milhões de pessoas têm algum problema visual, e grande parte desses casos têm tratamento e poderia ser evitado. Por isso que é essencial ficar de olho em alguns sintomas que podem indicar enfermidades: é o caso das manchas que aparecem na visão. “Existem diversos tipos de manchas ou alterações visuais que as pessoas podem experimentar, cada uma indicando diferentes condições ou problemas oculares. Entre elas, as piores são relacionadas ao descolamento de retina ou retinopatia diabética, pois dependendo do nível, não há retorno visual”, explica o oftalmologista do Hospital CEMA, Bruno Manni.

(Foto: Getty Images/iStockphoto)

Abaixo, o especialista lista quais são as manchas mais comuns e o que cada uma delas pode significar.

Moscas Volantes - O que são: moscas volantes são pequenas manchas, pontos, fios ou teias que parecem flutuar no campo de visão. Essas manchas podem aparecer como sombras cinzentas ou translúcidas, que se movem lentamente na frente dos olhos, especialmente ao olhar para um fundo claro, como o céu azul ou uma parede branca.

Elas aparecem quando há pequenos pedaços de detritos dentro do vítreo, um gel transparente que preenche o interior do olho. O médico explica que, à medida em que as pessoas envelhecem, o vítreo pode começar a se liquefazer ou encolher e pedaços de gel podem se aglomerar. Quando a luz passa através desses aglomerados, eles projetam sombras na retina, o que cria essa percepção de “moscas volantes”.

Quando aparecem: além do envelhecimento natural, a miopia, cirurgia de catarata, descolamento do vítreo posterior (DVP) e trauma ocular são causas de moscas volantes.

Manchas pretas - O que são: pontos escuros no campo de visão, essas manchas pretas podem ocorrem quando há alterações na visão relacionadas a alguma condição sistêmica.

Quando aparecem: diabetes descontrolado, enxaquecas oftalmológicas ou hipertensão podem estar por trás desse sintoma.

Drusas - O que são: drusas são depósitos amarelados que se formam sob a retina, na área conhecida como mácula, que é responsável pela visão central e detalhada. Elas podem variar de tamanho: enquanto algumas são pequenas e não afetam a visão, outras são maiores, mais numerosas e podem levar a alterações visuais.

Quando aparecem: Elas são comumente associadas ao envelhecimento, mas fatores genéticos, ambientais e estilo de vida, como tabagismo, podem contribuir para sua formação. As drusas são consideradas um dos primeiros sinais de degeneração macular relacionada à idade (DMRI), uma das principais causas de perda de visão em pessoas com mais de 50 anos. A presença de drusas aumenta o risco de desenvolvimento de formas avançadas de DMRI.

Flashes luminosos - O que são: flashes luminosos são percepções de luzes piscando ou faíscas na visão que ocorrem sem uma fonte de luz externa real. Elas, geralmente, aparecem como linhas ziguezagueantes, relâmpagos ou estrelas piscando, podendo ser observados em um ou ambos os olhos.

Quando aparecem: casos de descolamento de vítreo, de retina, enxaqueca ou trauma ocular podem provocar flashes luminosos.

É importante ressaltar que qualquer aparecimento de manchas no campo de visão deve ser investigado por um oftalmologista. Na maioria dos casos, o rápido diagnóstico pode fazer toda a diferença para proteger a saúde dos olhos.

Tumores benignos podem causar dor e precisam ser retirados?

Embora sejam chamados de benignos por não serem cancerígenos, alguns tumores podem causar desconforto e dor, especialmente se estiverem pressionando tecidos circundantes, nervos ou órgãos, enquanto outros podem ser assintomáticos.

Natália Helena Valleta, médica oncologista e professora do curso de Medicina da Faculdade Pitágoras, aponta outros sintomas que merecem atenção. “Além de pressionar eventualmente músculos, nervos ou órgãos, o tumor pode gerar dor devido a uma inflamação que pode desencadear a liberação de substâncias que estimulam os nervos; ou ainda a irritação desse nervo, levando a formigamento, dormência na área afetada”, salienta a especialista.

Quanto à necessidade de remoção, geralmente é determinada pelo médico com base em vários fatores, como tamanho, localização, sintomas associados e potencial de crescimento. Veja abaixo:

Sintomas: se o tumor está causando dor, desconforto ou outros sintomas que afetam a qualidade de vida do paciente, a remoção pode ser recomendada para aliviar esses sintomas.

Localização: se o tumor está em uma área que pode afetar a função de um órgão vital ou está colocando pressão em estruturas importantes, pode ser necessário removê-lo.

Risco de crescimento ou complicações: alguns tumores benignos têm o potencial de crescer ou causar complicações ao longo do tempo. Nesses casos, a remoção pode ser recomendada para evitar problemas futuros.

Estética: em certos casos, os tumores benignos podem estar localizados em áreas visíveis e causar preocupações estéticas. Quando isso ocorre, a remoção pode ser solicitada pelo paciente, ao médico.

Alguns tumores benignos podem ser deixados intactos se não estiverem causando problemas, enquanto outros podem precisar ser removidos para aliviar sintomas ou prevenir complicações futuras. “Mesmo que não apresente uma ameaça, um tumor benigno pode afetar a qualidade de vida do paciente. No entanto, é preciso destacar que a decisão de remover um tumor benigno deve ser tomada em consulta com um médico especialista, como um cirurgião ou oncologista, que pode avaliar o caso individualmente e discutir as opções de tratamento mais apropriadas para o paciente”, esclarece a médica.

(Foto: Divulgação)

Doenças reumáticas são mais comuns no sexo feminino

Apesar de afetar tanto homens quanto mulheres, pesquisas indicam que o sexo feminino sofre mais com doenças reumáticas. As doenças autoimunes, de todos os órgãos e sistemas, afetam aproximadamente 8% da população mundial, sendo cerca de 78% mulheres, de acordo com informações da Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR).

A reumatologista da Sociedade Paulista de Reumatologia (SPR), Dra. Luiza Fuoco, explica a razão para essa prevalência. “Os principais motivos estão atribuídos à influência dos hormônios sexuais, ao cromossomo X e a outros fatores fisiológicos. De uma forma geral, as doenças autoimunes são duas vezes mais comuns nas mulheres do que nos homens, mas essa diferença varia entre as doenças”, explica.

Segundo ela, a Síndrome de Sjögren é até 16 vezes mais comum em mulheres do que em homens, enquanto a Doença de Crohn e a diabetes tipo 1 afeta mulheres e homens de forma aproximadamente igual”.

(Foto: Freepik)

As doenças reumáticas são condições que afetam as articulações, músculos, ossos e tecidos do corpo humano, e são conhecidas por sua variedade e complexidade clínica. Entre elas, destacam-se a artrite reumatoide, osteoartrite, fibromialgia, lúpus eritematoso sistêmico e espondilite anquilosante.

A genética também desempenha um papel fundamental na definição da suscetibilidade a doenças autoimunes. Apesar de não haver nenhum tratamento preventivo específico, ter um padrão alimentar saudável, evitar o consumo de álcool, cigarro e exposição solar em excesso, praticar atividade física, manter o peso adequado, cuidar da saúde mental, ter uma boa rotina de sono podem auxiliar a ter uma vida mais saudável e a reduzir o risco do desenvolvimento de quadros ou desdobramentos que agravem as condições clínicas.

A Dra. Luiza Fuoco explica que apesar dessas doenças afetarem mais mulheres, o sistema de defesa é melhor. “Nem tudo é desvantagem. As mulheres apresentam uma melhor defesa contra infecções do que os homens. Algumas doenças autoimunes melhoram durante a gestação devido às alterações hormonais e outras alterações fisiológicas. Embora a prevalência feminina em doenças autoimunes tenha sido reconhecida há mais de 100 anos, a atenção e o financiamento de pesquisa só recentemente ofereceram novas perspectivas na área. Quanto mais se pesquisa e se compreende sobre as razões para essas diferenças entre os sexos, maiores serão as possibilidades de otimizar e adequar o tratamento para as mulheres”, completa.

Além disso, é importante que, ao presenciar dor e ou inchaço articular, dor ou fraqueza muscular, fadiga, febre, perda do apetite, lesões de pele, queda de cabelo persistentes, as mulheres procurem uma avaliação médica. “O tratamento precoce evita e minimiza danos permanentes nos aspectos emocionais, físicos, sociais, financeiros e familiares relacionados à saúde da mulher portadora de uma doença autoimune”, alerta a reumatologista da SPR.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Mata Atlântica e Cerrado registram menor desmatamento em cinco anos em São Paulo

___ Análises de imagens de satélite, atuação conjunta e fiscalização intensificada explicam redução de 33% no índice

(Foto: Canva/Perfil Brasil)

A supressão irregular de vegetação nativa no estado de São Paulo recuou para o menor índice nos últimos cinco anos, com uma queda de 33%. Em 2023, foram registrados 1.389 hectares com indícios de desmatamento no bioma Mata Atlântica, ante 2.101 hectares em 2019. Os dados são do Painel Verde do Estado de São Paulo, plataforma digital que reúne informações oficiais de várias fontes. O painel é alimentado e gerenciado pela Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil). Já quanto ao cerrado, de acordo com a mesma fonte, em 2023 foram 76,7 hectares com indícios, contra 94,8 hectares em 2022. Em 2019, primeiro ano da série, foram 166,19 hectares.

Importante observar que 90% das intervenções irregulares pela destruição da vegetação nativa no bioma Mata Atlântica ocorreram em áreas de menor extensão, de até um hectare (ha), o que costuma levar a uma disparidade de dados no que concerne aos levantamentos feitos a partir de satélites com órbitas mais elevadas e menor precisão.

No caso da Semil, no entanto, a tecnologia de satélite empregada permite o levantamento a partir de polígonos de 500 m² ou mais, mas em regiões metropolitanas (onde a intensidade das supressões irregulares é maior) a análise pode ser feita em quadrantes a partir de apenas 100 m². Ao todo, foram monitorados pelo sistema 1.360.455 km² em 2023, o que significa que a análise de imagens cobriu ao menos quatro vezes o território estadual.

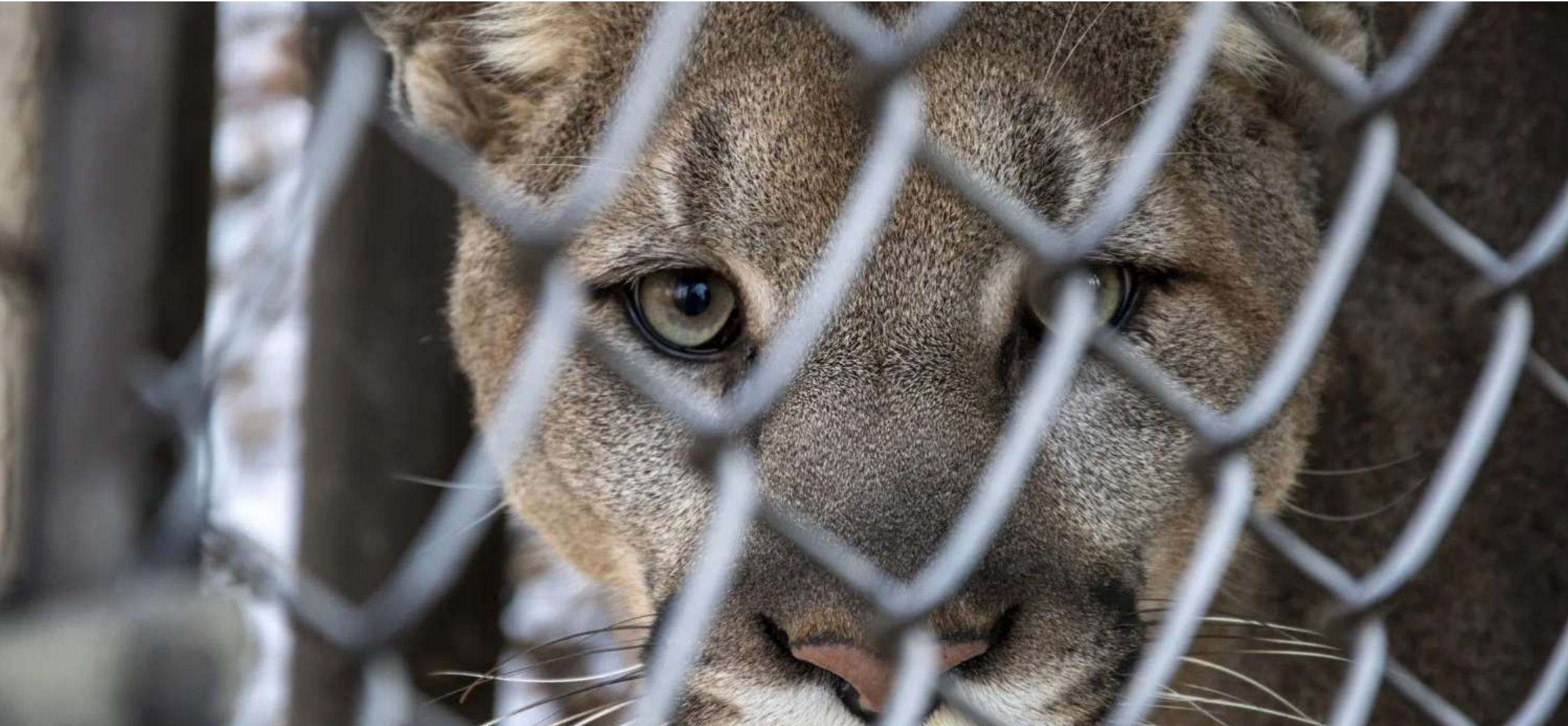
"Esse resultado mostra que o esforço concentrado, alinhado, associado ao que há de melhor em tecnologia, consegue trazer resultados efetivos de proteção ao meio ambiente como um todo, não só ao bioma da Mata Atlântica", avalia a secretária Natália Resende. "Tanto é assim que houve redução na detecção de áreas com indícios de desmatamento também no Cerrado", acrescenta.

A partir deste monitoramento, as equipes da Semil encaminharam 402 alertas à Polícia Militar Ambiental no ano passado. Ao todo, foram detectados 618,13 hectares, ou 6,18 km², com indícios de supressão ilegal de vegetação nativa. Destes, 171,01 hectares, ou 1,71 km², já foram autuados. Outra parte segue sob análise da Polícia Militar e pode receber autuação.

Ainda em 2023, foram realizadas 82 mil ações de policiamento ambiental e estas resultaram em 5.100 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRS) em todo o estado. Ainda segundo o Painel Verde, São Paulo tem mais áreas de florestas em regeneração do que desmatadas.

Quatro medidas que você pode tomar para contribuir com o combate ao tráfico de animais

___ Proteger a vida selvagem requer alguns cuidados, tanto no mundo físico quanto no digital, confira algumas medidas de combate simples e eficazes

(Foto: Divulgação)

O tráfico de animais selvagens é uma das atividades criminosas mais lucrativas e devastadoras para a biodiversidade do planeta. A captura e comercialização ilegal de espécies silvestres ameaçam não apenas a vida dos animais envolvidos, mas também têm um impacto significativo nos ecossistemas globais. Para combater essa prática insidiosa, é essencial que cada um de nós assuma a responsabilidade de proteger a vida selvagem, tanto no mundo físico quanto no digital.

Neste contexto, a fundadora da Ampara Animal, Juliana Camargo, compartilha valiosas orientações para contribuir com o combate ao tráfico de animais. Por meio de medidas simples, mas eficazes, é possível fazer uma grande diferença na proteção das espécies vulneráveis e na luta contra a exploração ilegal de animais selvagens. A seguir, apresentamos quatro medidas que você pode adotar para se engajar nessa importante causa.

1. Vigilância Consciente nas Redes Sociais:

Esteja atento ao seu comportamento online, especialmente no Instagram. Cuidado com as interações, likes, comentários e tempo gasto em conteúdos relacionados a animais selvagens. Surpreendentemente, aproximadamente 37% das buscas por compra de macacos são desencadeadas por conteúdos do Instagram. Mesmo animais considerados menos "fofos", como cobras e serpentes, têm 18% de suas compras influenciadas por conteúdos na plataforma. Para saber mais, acompanhe a campanha Alg*ritimo Selvagem, liderada pela Ampara Animal no no Instagram (amparanimal e amparasilvestre) e, no site.

2. Personalização do Feed:

Ensine o algoritmo do Instagram sobre seus interesses, evitando o impulso de conteúdos que promovam a posse de animais selvagens. No Reels ou nos posts normais em "Explorar", clique nas três reticências e depois em 'Não tenho interesse'. Ao fazer isso regularmente, você contribui para direcionar o algoritmo a exibir menos conteúdo relacionado à posse ilegal de animais silvestres.

3. Consciência na Compra de Produtos:

Verifique a procedência dos produtos que você compra. Apesar dos crescentes movimentos de conscientização sobre o uso de materiais não animais e a proibição de testes em animais, ainda há empresas que resistem a aderir a essas práticas éticas. Ao apoiar apenas marcas comprometidas com a proteção da fauna, você contribui para uma causa maior.

4. Denúncia de Maus Tratos Online:

Lembre-se de que animais selvagens pertencem à natureza. Se você encontrar conteúdos que mostram animais selvagens sendo tratados como animais de estimação, mesmo que possam parecer adoráveis à primeira vista, é essencial denunciar essas situações. No Instagram, utilize as ferramentas de denúncia sempre que presenciar a exploração ilegal de animais selvagens.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Construções sustentáveis são caminho para um futuro inteligente e responsável com o meio ambiente

Para pesquisador e docente no Centro Universitário Facens, mudanças climáticas e demanda social impulsionam o setor

(Foto: Divulgação)

As mudanças climáticas e a crescente demanda por sustentabilidade em diversos setores impulsionam uma tranformação significativa na forma como as construções são concebidas e realizadas em todo o mundo. Nesse cenário, o Brasil se destaca como o quarto país com maior número de construções sustentáveis no mundo, de acordo com o ranking da United States Green Building referente a 2023.

Segundo o Prof. Dr. Rodrigo Geraldo, coordenador da graduação em Engenharia Civil do Centro Universitário Facens – referência nacional em metodologias inovadoras de educação nas áreas de engenharia, tecnologia, arquitetura e saúde –, ser sustentável é uma necessidade social e faz parte da estruturação, inclusive, de um Plano Diretor de Tecnologia de Cidade Inteligente (PDTCI). "A edificação sustentável é um componente de suma importância para que uma cidade seja inteligente, uma vez que se adere a eixos como urbanização, energia, meio ambiente, saúde e qualidade de vida. Uma edificação sustentável terá impactos diretos em todos eles e nas definições das soluções que a cidade irá propor para cumprir um plano como esse", diz.

Na prática, de acordo com o especialista, uma obra sustentável e inteligente precisa de profissionais que buscam implementar esses conceitos em todas as etapas, da concepção à entrega. "Durante os processos produtivos, é preciso pensar nos materiais e nas técnicas construtivas que serão utilizadas para reduzir impactos no meio ambiente. Por exemplo, é possível optar por materiais naturais e diminuir aqueles que são tóxicos para o meio ambiente, maximizar o uso de luz solar, de luz natural, evitando o consumo excessivo de energia; diminuir o desperdício de água na edificação e criar ambientes que têm conforto térmico", explica.

Além dos impactos do aquecimento global, há uma preocupação dos negócios em atender a essa demanda. Rodrigo explica que existem certificações como "os selos LEED e AQUA, concedidos para construções que cumprem critérios de ordem ambiental, social, minimizam resíduos, promovem a economia de água, energia, etc. Uma vez que esses itens são cumpridos e a edificação recebe essa certificação, é uma forma de conscientizar e tornar público que aquela obra foi executada dentro desses parâmetros. Isso tende a aumentar cada vez mais."

Para o professor, o Ensino Superior tem um papel crucial no desenvolvimento de processos e de produtos que sejam mais sustentáveis para a construção civil, desenvolvendo profissionais que saibam aplicar as técnicas e materiais mais sustentáveis, e também conscientes da relevância de se considerar esses aspectos. "A Facens é um Smart Campus, um laboratório vivo onde pesquisamos materiais, processos e técnicas construtivas que sejam menos impactantes em termos ambientais. Também é papel da academia avaliar novos produtos do mercado para atestar que atendam aos critérios mínimos estabelecidos por normas técnicas vigentes, provando a viabilidade técnica, econômica e ambiental dos mesmos. E por último, experimentar. Nossos alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia Civil desenvolvem durante toda a graduação projetos e pesquisas sobre construções mais sustentáveis, gerando protótipos e avaliando o desempenho térmico dos materiais e edificações propostas", conclui.

MMA, Abir e Ancat lançam campanha para incentivar descarte consciente de embalagens

Parceria entrou em nova fase com campanha 'Crie esse hábito', lançada em abril

(Foto: Divulgação)

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima iniciou nova fase de campanha "Crie esse hábito", com objetivo de incentivar o descarte consciente de embalagens consumidas fora de casa. A iniciativa é uma parceria do MMA com as associações brasileiras das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir) e dos Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat).

O lançamento da campanha ocorreu em 9 de abril, em São Paulo, na Anuga Brasil, a maior feira de alimentos e bebidas da América Latina. Vídeo educativo produzido pela parceria será divulgado nos canais do ministério e das associações.

O governo federal, destacou o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do MMA, Adalberto Maluf, busca desenvolver iniciativas que orientem os municípios sobre a necessidade de ação conjunta para o gerenciamento e tratamento eficaz de resíduos sólidos.

"Do ponto de vista das empresas e do governo, uma ação integrada é fundamental para que essa revolução seja feita em bases sustentáveis. A campanha 'Crie Esse Hábito' é um excelente exemplo dessa união, informando o consumidor sobre o descarte consciente de embalagens e destacando a importância da inclusão socioprodutiva dos catadores", afirmou Maluf.

Em março, Abir e Ancat assinaram novo protocolo de intenções para incentivar a economia circular de embalagens, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O acordo determina apoio ao desenvolvimento de um programa de logística reversa entre as associações, assim como a criação de entidade gestora, como prevê a legislação.

A parceria determina também melhorias no design de embalagens para reduzir o uso de energia e matéria prima em sua produção e a redução gradativa de embalagens de bebidas com baixo índice de reciclagem no país. Outros objetivos incluem ampliar o uso de conteúdos reciclados nas embalagens, aumento do portfólio de retornáveis e fortalecimento de cooperativas e organizações de catadores.

"Somos parte da solução e esta parceria diz muito sobre responsabilidades compartilhadas", afirmou o presidente da Abir, Victor Bicca. "O novo vídeo educativo garante ainda mais informação à população e aos consumidores sobre o descarte de embalagens de forma consciente, contribuindo com a sustentabilidade e valorizando o trabalho tão importante dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis."

O presidente da Ancat, Roberto Rocha, destacou a importância de incluir catadoras e catadores na campanha, desenvolvida a partir de um acordo de cooperação técnica entre MMA e Abir.

"Esses trabalhadores são a base da cadeia de reciclagem, seja quando atuam em organizações, seja como autônomos. Por isso, além da atividade fundamental que fazem na coleta e separação de resíduos, os catadores e as catadoras são agentes de conscientização ambiental, por representar esse trabalho no dia a dia das pessoas. Essa conexão entre catadores, setor público e iniciativa privada é no que a Ancat acredita para fazer avançar os números da reciclagem, os resultados sociais e a economia circular", afirmou Rocha.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676